

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

Brenda de Fraga Espindula

**AS INTERFACES SOCIOESTATAIS PROPORCIONADAS POR UMA INICIATIVA
DE PARTICIPAÇÃO DIGITAL:
uma análise da wikicidade Portoalegre.cc**

Porto Alegre

2016

Brenda de Fraga Espindula

**AS INTERFACES SOCIOESTATAIS PROPORCIONADAS POR UMA INICIATIVA DE
PARTICIPAÇÃO DIGITAL:**

uma análise da wikicidade Portoalegre.cc

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi

Porto Alegre

2016

CIP - Catalogação na Publicação

Espindula, Brenda

As interfaces socioestatais proporcionadas por uma iniciativa de participação digital: uma análise da wikicidade Portoalegre.cc / Brenda Espindula. -- 2016.

121 f.

Orientador: Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Porto Alegre, BR-RS, 2016.

1. Participação digital. 2. Interfaces socioestatais. 3. Plataformas colaborativas. 4. Wikicidade. I. Fedozzi, Prof. Dr. Luciano Joel, orient. II. Título.

Brenda de Fraga Espindula

**AS INTERFACES SOCIOESTATAIS PROPORCIONADAS POR UMA INICIATIVA DE
PARTICIPAÇÃO DIGITAL:**

uma análise da wikicidade Portoalegre.cc

Dissertação aprovada com louvor.

Porto Alegre, 29 de março de 2016.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luciano Joel Fedozzi

Orientador

Profa. Dra. Soraya Maria Vargas Cortes

UFRGS

Profa. Dra. Leticia Maria Schabbach

UFRGS

Prof. Dr. Julian Borba

UFSC

Porto Alegre

2016

Em especial, dedico ao meu parceiro de aventuras Fernando Kehl, pelo aconchego, pela esperança e pelos sonhos nutridos.

Mas não poderia deixar de oferecer esse arrazoado aos lutadores e lutadoras da América Latina que defendem corajosamente a construção da democracia e a justiça social em tempos tão turbulentos como esses em que vivemos.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a muitas pessoas que de, alguma maneira, influenciaram o processo de investigação e de escrita que apresento aqui.

Sem dúvida, ao Conselho Nacional de Pesquisa (CNPq), pela bolsa concedida no último ano do mestrado, decisivo para a finalização da dissertação.

Aos professores e às professoras do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, em especial, àqueles que tive contato nas aulas e nas bancas, pelas experiências e aprendizados. Entre eles, um abraço fraterno para o meu orientador, Luciano Fedozzi.

Aos profissionais e gestores municipais ligados ao projeto da plataforma Portoalegre.cc, pelas entrevistas concedidas e pelas informações disponibilizadas. Em particular, pela receptividade, ao Daniel Bittencourt, cofundador da plataforma.

À minha família, que sempre deu-me força, ao perguntar “E aí? Tá conseguindo escrever?” e ao transmitir palavras de apoio.

A minha professora Jane do Ensino Fundamental, fez-me socióloga desde pequena, propondo a realização de entrevistas, fichamentos, redações e gráficos como atividades educativas, sem contar, o estímulo ao pensamento crítico.

Aos meus colegas da turma de mestrado, pelas trocas, pelos altos papos, pelas cervejas e pelos Camparis.

Aos meus amigos e amigas, Márcio, Cris, Titi, Gabi, Camile, Lúcia, Aline, Jorge, Moreno, que na militância, nos debates e nas noites compartilham comigo o sonho de um mundo mais justo. Com carinho especial, ao Fabrício Solagna, amigo e grande mestre em sociologia, que orientou-me nos momentos de sufoco.

E àqueles e àqueles que fizeram bom proveito desse trabalho.

Michel de Certeau, in The Practice of Everyday Life, proposes that people use “tactics to negotiate” the strategies that are arranged for them by organizations or institutions. That is precisely what happened with the development of social media platforms and the apps built on top of them: users “negotiate” whether and how to appropriate them in their quotidian habits. (VAN DICJK, 2013, p. 6)

RESUMO

As relações entre internet e política passam a ser, de forma crescente, campo das investigações sociológicas no Brasil. Em particular, a evolução das plataformas digitais tem implicações relevantes para as formas de engajamento dos cidadãos e para a participação política. O estudo de caso da wikicidade Portoalegre.cc apresentado nessa dissertação questionou em medida essa iniciativa de participação digital possibilitou a interação entre o governo local, os cidadãos e a empresa de tecnologia que desenvolveu o projeto, estabelecendo, assim, interfaces que efetivassem à criação e à mobilização de projetos colaborativos entre sociedade, mercado e Estado. Por meio da investigação em fontes documentais secundárias, em entrevistas semiestruturadas, no conteúdo gerado na plataforma e nas sistematizações provenientes da técnica de livre navegação no *website*, foram realizadas a descrição da plataforma como um construto tecnocultural e uma estrutura socioeconômica, bem como a caracterização das dimensões que a definem como uma iniciativa de participação digital. A partir desses esforços investigativos, identificou-se que os cidadãos-usuários participaram mais por demandas e opiniões sobre a ação estatal e sobre a condição urbana e menos por meio de proposições e de mobilizações representativas de práticas colaborativas conforme previa a proposta da plataforma. Sem contar, que a gramática relacional entre a esfera civil – circunscrita aos cidadãos-usuários envolvidos – e a Administração Municipal de Porto Alegre não caracterizou-se pela troca mútua. Nesse sentido, foi baixa a efetividade das potencialidades do mapeamento colaborativo, produzido por meio da plataforma Portoalegre.cc, para a materialização de projetos colaborativos entre atores sociais e atores estatais. Dentre outras razões, essa realidade contribuiu para a descontinuidade da iniciativa.

Palavras-chave: Participação Digital; Interfaces Socioestatais; Plataformas Colaborativas; Wikicidade.

ABSTRACT

The relations between the internet and policy become increasingly field of sociological research in Brazil. The evolution of digital platforms has particularly important implications for civic engagement and political participation. The case study of Portoalegre.cc wikicity, dealt in this dissertation, evaluated in extent this initiative of digital participation enabled the interaction between the local government, citizens and the technology company that developed the project, thereby exploiting new forms of interfaces that had the creation and the mobilisation of collaborative projects between society, market and State. By analysis of secondary source documents, semi-structured interviews, platform's generated content database and free navigation technique through the site , it has been described the platform as a techno-cultural construct and a socioeconomic structure, as well as it was characterized the dimensions that define as an initiative of digital participation. From these investigative efforts, it was identified that the citizens-users participated more by demands and opinions on the state action or on the urban condition and less to the proposition and the mobilisation of collaborative practices as envisaged in the proposal of the platform. Added to that, the relational grammar between the civil sphere - circumscribed to citizens-users involved - and the city government of Porto Alegre was not of mutual exchange. In this sense, the effectiveness of potential of collaborative mapping produced by means of platform Portoalegre.cc was low, having little impact for collaborative projects between social actors and state actors. Among other reasons, this reality has contributed to the discontinuity of the initiative.

Keywords: Digital Participation; State-society Interfaces; Collaboratives platforms; Wikicity.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Abordagens dos estudos sobre e-participação.....	27
Figura 2. A configuração temática dos estudos sobre e-participação.....	29
Figura 3. Esquema da concepção de wikicidade.....	59
Figura 4. Tela inicial da plataforma no endereço www.portoalegre.cc	62
Figura 5. Tela de inserção da causa na plataforma.....	63
Figura 6. Exemplo de <i>wikispot</i> registrado na plataforma.....	64
Figura 7. Mapeamento das causas registradas por bairros.....	86
Figura 8. Campanha Sai do Facebook na página Portoalegre.cc	91
Figura 9. Interfaces socioestatais na iniciativa de participação digital estudada.....	106

LISTA DE QUADROS

Quadro 1. Síntese das dimensões-chave da e-participação.....	31
Quadro 2. Objeto e concepção democrática das quatro posicionamentos identificadas.....	33
Quadro 3. Possibilidades a partir dos quatro posicionamentos.....	33
Quadro 4. Tipos de lógica de ação e troca.....	45
Quadro 5. Categorias analíticas escolhidas.....	48
Quadro 6. Pessoas selecionadas e entrevistas concretizadas.....	52
Quadro 7. Categorias utilizados como nós no NVivo.....	54
Quadro 8. Categorias descritivas para exame das ações sugeridas propostas nas causas.....	67

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1. Número de causas por categorias da plataforma Portoalegre.cc	69
Gráfico 2. Causas mais visualizadas e mais “curtidas” (número de <i>likes</i>) por categoria.....	70
Gráfico 3. Frequência das causas pelos significados e ações futuras sugeridas.....	77
Gráfico 4. Causas inseridas e <i>likes</i> por tipo de causa.....	78
Gráfico 5. Causas que tiveram mais <i>likes</i>	79

LISTA DE TABELAS

Tabela 1. Significado das causas por categorias preestipuladas na plataforma (em %)	71
Tabela 2. Frequência das causas registradas em 12 bairros	86
Tabela 3. Situação das causas protocoladas no FalaPOA	99

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

API	Application Programming Interface (API), ou Interface de Programação de Aplicativos, na língua portuguesa.
CapacitaPOA	Módulo do Sistema Intermunicipal de Capacitação em Planejamento e Gestão Local Participativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre
CC	Creative Commons
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
FalaPOA	Canal de atendimento ao cidadão da PMPA
FISL	Fórum Internacional do Software Livre
GSL	Governança Solidária Local
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBM	International Business Machines
LUNG	Lung Agência de Inteligência Social Ltda
ObservaPOA	Observatório da Cidade de Porto Alegre
OP	Orçamento Participativo
PMPA	Prefeitura Municipal de Porto Alegre
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROCEMPA	Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre
RMPA	Região Metropolitana de Porto Alegre
SMGL	Secretaria Municipal de Governança Local
UNISINOS	Universidade do Vale do Rio dos Sinos

SUMÁRIO

<u>1.INTRODUÇÃO.....</u>	<u>13</u>
<u>1.1.Problema de pesquisa, objetivos e hipótese.....</u>	<u>15</u>
<u>2.NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS, INTERNET E POLÍTICA COMO TEMA DE PESQUISA.....</u>	<u>18</u>
<u>2.1.Governo eletrônico e governança eletrônica como “digitalização das democracias”.....</u>	<u>20</u>
<u>2.2.A democracia digital sob o debate da participação civil na vida pública.....</u>	<u>23</u>
<u>2.3.A necessidade de mecanismos participativos e os contornos da participação digital.....</u>	<u>26</u>
<u>2.4.Mapeando as “possibilidades democráticas digitais” a partir das visões de democracia....</u>	<u>31</u>
<u>2.5.As implicações da Internet e das novas tecnologias digitais para a participação e as relações com o debate sobre tecnologia.....</u>	<u>34</u>
<u>2.6.As tecnologias digitais colaborativas e locativas: “nova” democracia digital?.....</u>	<u>37</u>
<u>3.CATEGORIAS ANALÍTICAS UTILIZADAS.....</u>	<u>42</u>
<u>3.1.O conceito de interfaces socioestatais.....</u>	<u>44</u>
<u>3.2.A plataforma Portoalegre.cc como iniciativa de participação digital.....</u>	<u>46</u>
<u>3.3.Quadro analítico.....</u>	<u>48</u>
<u>4.PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO.....</u>	<u>50</u>
<u>4.1.Coleta de dados.....</u>	<u>51</u>
<u>4.2.Análise de dados.....</u>	<u>53</u>
<u>5.A PARTICIPAÇÃO DIGITAL MEDIADA PELA PLATAFORMA PORTOALEGRE.CC..</u>	<u>56</u>
<u>5.1.O que é a plataforma Portoalegre.cc.....</u>	<u>60</u>
<u>5.1.1.Tecnologia da plataforma Portoalegre.cc.....</u>	<u>61</u>
<u>5.1.2.Usuários, usos e conteúdo.....</u>	<u>65</u>
<u>5.1.3.Status de propriedade, governança e modelo de negócio da plataforma.....</u>	<u>79</u>
<u>5.2.O projeto da plataforma Portoalegre.cc como uma iniciativa de participação digital.....</u>	<u>83</u>
<u>5.2.1.Acesso dos cidadãos à iniciativa.....</u>	<u>83</u>
<u>5.2.2.Duração, financiamento e promoção da iniciativa.....</u>	<u>88</u>
<u>5.2.3.Atores envolvidos na iniciativa.....</u>	<u>93</u>
<u>5.2.4.Ciclo de produção das políticas públicas.....</u>	<u>97</u>

<u>5.2.5.Fatores críticos.....</u>	<u>100</u>
<u>5.2.6.Possibilidades democráticas digitais.....</u>	<u>101</u>
<u>5.2.7. Interfaces socioestatais na iniciativa de participação digital estudada.....</u>	<u>104</u>
<u>5.2.8. A plataforma Portoalegre.cc à luz da hipótese do estudo.....</u>	<u>109</u>
<u>6.CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</u>	<u>112</u>
<u>7.REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....</u>	<u>115</u>
<u>8.APÊNDICES.....</u>	<u>121</u>
<u>8.1.Apêndice A.....</u>	<u>121</u>
<u>8.2.Apêndice B.....</u>	<u>124</u>
<u>8.3.Apêndice C.....</u>	<u>125</u>

1. INTRODUÇÃO

A dissertação apresentada aqui trata sobre a experiência da plataforma *online* Portoalegre.cc, hospedada no endereço virtual <http://portoalegre.cc> e nomeada como uma *wikicidade* por seus fundadores. Ser “um espaço de colaboração cidadã, onde [se] pode conhecer, debater, inspirar e transformar a própria cidade” é a forma como ela foi definida na sua página de apresentação. Por meio de um convênio formalizado entre a Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS) e a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA), a plataforma digital foi lançada em março de 2011 e teve duração até o final de 2014. A concepção e o desenvolvimento foram em grande medida de responsabilidade da *startup*¹ Lung, empresa incubada no parque tecnológico da UNISINOS e constituída por profissionais ligados à universidade.

A iniciativa nasceu inspirada no projeto chamado Redenção.cc realizado em 2010 pela universidade acima mencionada. Esse projeto produziu uma página de internet (<http://redencao.cc>), na qual foram identificados elementos, personagens, objetos, relações e fatos históricos ocorridos no Parque Farroupilha, tradicional parque do município de Porto Alegre (RS), gerando conteúdos, debates e proposições como um fórum de discussão sobre o parque. Fotografias, vídeos e textos foram associados aos locais do parque foram compartilhados em plataformas sociais *online*, como Facebook, Twitter e Vimeo. Além de publicarem conteúdo – textos, fotos e vídeos - diretamente na página, os participantes do projeto realizaram ações presenciais, individuais e coletivas, no parque. Baseada nessa experiência de grande repercussão na cidade, a PMPA buscou parceria com a universidade para ampliar essa experiência a toda cidade de Porto Alegre, através do desenvolvimento da plataforma Portoalegre.cc.

O que seria, então, uma *wikicidade*? Examinando a literatura que menciona o termo, duas iniciativas foram encontradas, a *Real Time Rome* e Portoalegre.cc. Em relação à *wikicidade Real Time Rome*, ela foi criada pelo MIT SENSEable City Lab², em parceria com a empresa de telecomunicações Telecom Italia, e apresentada na Bienal de Veneza no ano de 2006, com objetivo de proporcionar conhecimento em tempo real sobre a dinâmica da cidade de Roma, a partir de dados agregados provenientes de celulares, ônibus e táxis. A partir da proposta dessa *wikicidade*,

1 *Start up* são empresas de pequeno porte que podem ser definidas como empresas iniciantes de tecnologia. Fonte: Wikipédia (https://pt.wikipedia.org/wiki/Companhia_startup).

2 Laboratório de pesquisa e inovação instalado no Massachusetts Institute of Technology (MIT). A página do laboratório pode ser acessada em <http://senseable.mit.edu>.

Calabrese e Ratti (2006), desenvolvedores do projeto, discutem sobre como uma cidade pode ser efetivamente modelada e controlada em tempo real, tal como um “*Cyber Physical System*”.

Sobre a iniciativa investigada aqui, a plataforma Portoalegre.cc, um dos trabalhos do campo disciplinar da Comunicação, identificados na revisão da literatura, conclui que “com o apoio da tecnologia a sociedade está usando seu tempo livre para assumir as rédeas da solução de problemas comuns, ou, pelo menos, chamando a atenção para tal” e que “as redes de mobilização estão assumindo um importante papel na construção da democracia, por vezes auxiliando ou, em outras, confrontando o poder público” (GERSON; VALIATI, 2012).

Outros artigos sobre a plataforma Portoalegre.cc partem da mesma problemática: como a *wikicidade*, e a participação através do compartilhamento de causas, favorecem ou “atuação cidadã” ou a “ciberdemocracia”. Essa problematização tem ligação direta com objetivo propalado pelos criadores da plataforma ao defini-la com “um espaço de colaboração cidadã, onde [se] pode conhecer, debater, inspirar e transformar a própria cidade”. De certa forma, esses estudos tentam repensar a efetividade desse objetivo, ou seja, a relação entre *wikicidade* e “atuação cidadã” ou a ação política dos usuários dessas tecnologias enquanto ciberativismo.

Desse modo, Bianchini; Grimberg (2012) discutem a potencialidade da plataforma para a construção de um imaginário urbano coletivo, categoria analítica que utilizam, e como isso pode promover uma atuação cidadã a partir das questões ligadas ao espaço urbano. A problemática proposta pelas autoras é de que maneira as novas tecnologias, enquanto novas ferramentas participativas, em especial uma *wikicidade*, possibilitam a transformação do espaço a partir do tipo de interação social que elas promovem. As autoras acabam por concluir que a plataforma Portoalegre.cc não expressa “real engajamento cidadão dos usuários” e sim que a *wikicidade* favorece a afirmação e conformação do imaginário urbano da cidade de Porto Alegre.

Maira et al. (2011) estudam o tipo da plataforma, o tipo de recursos tecnológicos colaborativos disponíveis e a forma de utilização pelos usuários e, a partir das noções de *smart mob*³ e de *noopolitik*⁴, procuram explicar a ação política e a participação de “cidadãos conectados”, sugerindo que a experiência “do wikimapa de Porto Alegre [é] uma ferramenta na construção da ciberdemocracia” (*idem*, p. 226). Por essas noções, os autores sustentam que o uso da Portoalegre.cc “traduz um ciberativismo, a construção de uma esfera pública virtual, conectando e

3 A ideia de *smart mob* refere-se às “manifestações políticas articuladas por meio do ciberespaço que empoderam as pessoas com o uso das novas tecnologias”, termo cunhado por Howard Rheingold (MAIRA et al., 2011, p. 220).

4 Conforme os autores do trabalho, a *smart mob* enquanto “uma cidadania construída e mediada pelo ciberespaço” articula-se com a noção de *noopolitik*, feita por Manuel Castells, pela qual são analisadas “as questões políticas que surgem da formação de uma 'noosfera' ou ambientes de informação global, que inclui o ciberespaço e todos os outros sistemas de informação” (MAIRA et al., 2011, p. 228).

ressignificando a cidade e seus habitantes, fortalecendo memórias, lugares, afetividades e por fim a cidadania” (*ib*, p. 228).

É fato que as duas experiências de *wikicidade*, Roma e Porto Alegre, estruturam-se a partir de pressupostos tecnológicos e concepções políticas muito diferenciados (ESPINDULA, 2015), bem como o caso aqui investigado, pela sua originalidade, carece de estudos que aprofundem a discussão sobre as relações entre o uso das tecnologias digitais e os potenciais democráticos proporcionadas por elas.

Pelo exposto, as condições de emergência, os processos de desenvolvimento e utilização dessas plataformas e aplicativos *online* e as implicações políticas desencadeadas são aspectos relevantes para a investigação sociológica. Estudos empíricos sobre a relação entre os usos políticos das tecnologias digitais de informação e comunicação e a participação dos indivíduos, das organizações e redes de movimentos por meio delas são aspectos que podem contribuir para o amadurecimento do diversificado campo de pesquisa sobre internet e política que vêm sendo desenvolvido no país, bem como ampliar a influência de abordagens sociológicas na área, já que estudos disciplinares da Comunicação são marcadamente hegemônicos no campo (SAMPAIO; NICOLÁS; BRAGATTO, 2011).

Mais ainda, a evolução das plataformas digitais e as implicações para as formas de engajamento dos cidadãos exige renovadas pesquisas que consigam dar conta das tendências configuradas pelas tecnologias digitais. Exemplos dessa evolução são os processos colaborativos e interativos presentes dos *softwares* e aplicações digitais, bem como o uso ampliado da função de geolocalização. Em particular a essa última tendência, a funcionalidade da geolocalização e a produção de dados espaciais digitais são processos que tendem a engendrar mudanças importantes para os usos políticos das plataformas e aplicativos. Nesse sentido, a investigação sociológica deve estar cada vez mais preocupada com as tecnologias digitais e com a necessidade de propor novos olhares para o tema.

1.1. PROBLEMA DE PESQUISA, OBJETIVOS E HIPÓTESE

O problema de pesquisa delineado para a presente dissertação é o seguinte:

Em que medida a *participação digital*, proporcionada pela plataforma Portoalegre.cc, possibilitou a interação entre o governo municipal, os cidadãos e a empresa *startup* de tecnologia que desenvolveu o projeto? Quais *interfaces socioestatais* foram estabelecidas por meio dessa iniciativa de democracia digital? E até que ponto a *colaboração*, objetivo desejado com a iniciativa da plataforma Portoalegre.cc, caracterizou essas interfaces?

Objetivo geral

- analisar quais interfaces socioestatais foram estabelecidas a partir da iniciativa de democracia digital investigada.

Objetivos específicos

- caracterizar a *participação digital* no caso da plataforma Portoalegre.cc, por meio dos atores envolvidos, das tecnologias utilizadas, das regras de engajamento, da duração, da acessibilidade, do financiamento, da promoção da iniciativa e dos fatores críticos;

- examinar as informações geradas no processo de *participação digital* estudado, através da análise do conteúdo das *causas* registradas na plataforma;

- investigar em que medida a *colaboração* caracterizou as *possibilidades democráticas digitais* da iniciativa em foco e estabeleceu determinadas interfaces socioestatais.

A investigação foi guiada pela seguinte hipótese:

- A plataforma digital Portoalegre.cc pode ser considerada como uma modalidade de participação institucionalizada na gestão pública local. Mais do que uma experiência de governo eletrônico, por meio da qual o Estado “digitaliza” o acesso público à informação e a oferta dos serviços públicos, a plataforma Portoalegre.cc representou as tendências mais contemporâneas de participação civil na vida pública a partir dos ambientes virtuais, visando o incentivo à criação e à mobilização de projetos colaborativos entre sociedade, mercado e Estado.

Sendo assim, a presente dissertação conta com quatro capítulos. No primeiro, “Novas tecnologias digitais, internet e política como tema de pesquisa”, são abordados aspectos da literatura brasileira e internacional considerados relevantes para investigar a relação entre internet e política e as implicações democráticas dessa articulação. No segundo capítulo, “Categorias analíticas utilizadas”, é apresentado o quadro analítico constituído pelas dimensões e categorias de análise definidas para a investigação. No terceiro capítulo, “Procedimentos metodológicos da investigação”, discorre-se sobre a metodologia que sustentou o processo de pesquisa e a historicidade da coleta e da análise de dados realizadas. Já no quarto capítulo, “A participação digital mediada pela plataforma Portoalegre.cc”, é realizada a descrição dos elementos que caracterizam a plataforma e o seu caráter enquanto uma iniciativa de participação digital, bem como são apresentadas as inferências sobre quais interfaces socioestatais foram estabelecidas a partir do caso analisado e em que medida os projetos colaborativos caracterizaram essas interações. Por fim, nas Considerações Finais, destaca-se algumas questões para futuras investigações sobre plataformas digitais e suas implicações democráticas a partir do caso estudado.

2. NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS, INTERNET E POLÍTICA COMO TEMA DE PESQUISA

O conjunto de estudos especializados que referem-se aos experimentos, iniciativas, projetos ou reflexões acerca dos usos políticos das tecnologias digitais e da internet é permeado pela recorrência de verbetes como “democracia digital”, “democracia virtual”, “e-democracia”, “democracia eletrônica”, “teledemocracia”, “participação digital”, “participação eletrônica”, “e-participação”, “governo eletrônico”, “governo digital”, “governança digital”, “governo aberto”, entre outros. De maneira geral, os termos não dizem respeito aos mesmos processos sociopolíticos e enfoques analíticos; pelo contrário, projetos de cidades digitais, sites de partidos políticos, portais governamentais, fóruns temáticos de discussões a utilização de redes sociais pelos governos são abarcados por esses termos, bem como as análises partem de diferentes campos disciplinares (Comunicação, Ciência Política, Sociologia, Planejamento Urbano, Ciência da Computação, Administração, etc).

Nesse sentido, mesmo que seja trabalho hercúleo realizar uma inventariação do campo de pesquisa sobre internet e política, seja no contexto nacional ou em outros países, alguns pesquisadores estão procurando sistematizar os diversos artigos, livros e produções acadêmicas que tratam sobre o tema, a fim de encontrar possíveis aproximações, eixos estruturantes e temas recorrentes, a exemplo de Chadwick; Howard (2009), Rothberg (2008), Sampaio; Nicolás; Bragatto (2011), Curtinovi (2013) e SÆBØ; Rose; Skiftenes Flak (2008).

Um aspecto abordado nessas sistematizações é o reconhecimento de que os estudos pioneiros que versam sobre a relação entre internet e política, especialmente com a popularização da Web entre os anos 1990 e início de 2000, caracterizam-se pelo foco no “discurso da potência técnica”, enquanto “retóricas a respeito de mudanças radicais que se dariam a partir da apropriação social e política de novos artefatos tecnológicos” (SAMPAIO; NICOLÁS; BRAGATTO, 2011, p. 4). Elas podem ser entendidas como posturas frente ao fenômeno técnico, fruto do desenvolvimento das tecnologias de comunicação e do imaginário que acompanha as transformações técnicas contemporâneas.

Com a expansão da internet, essas posturas, ou “imaginários da cibercultura”, caracterizaram-se por posicionamentos teóricos e filosóficos divergentes e, mesmo, polarizados. Por um lado, uma visão negativa da tecnologia sustenta um posicionamento “neoludista” que alerta para os efeitos destrutivos da internet na sociedade e exige a necessidade de regular as novas tecnologias, tendo como Paul Virilio e Jean Baudrillard como intelectuais de expressão dessa postura. Por outro

lado, as novas tecnologias são pensadas pelo significativo potencial emancipatório na medida em que elas proporcionariam uma descentralização das estruturas de poder, fomentando a inteligência coletiva e a convivência comunitária. Entre os pensadores chamados de tecnoutópicos podem ser citados Pierre Lévy e Nicholas Negroponte. Na tentativa de superar a polarização exacerbada sobre os impactos sociais das novas tecnologias de comunicação, uma outra perspectiva propôs estabelecer um consenso entre essas visões acima apresentadas e sugeriu uma mirada realista para o fenômeno tecnológico, tendo como pensadores David Shenk, Andrew Shapiro e Steven Johnson (LEMOS, 1998).

Em particular no Brasil, ao longo dos últimos anos, as reflexões calcadas nas retóricas utópicas ou distópicas sobre a internet passam a ser deslocadas a favor de estudos empíricos e mais claros em relação à plataforma conceitual de análise. Em especial, as teorias políticas, em sua diversidade de enfoques, passam a ser utilizadas para compor os conceitos e categorias analíticas dos estudos sobre internet e política, em especial, sobre democracia digital.

Nesse sentido, as “especializações paradigmáticas” presentes na tradição política acabaram por desdobrar-se no conjunto de produções que pensam a mediação das tecnologias digitais nas práticas políticas. Ao tratar como essas especializações configuram o cenário da sociologia política, Scherer-Warren (2015) aponta que há uma divisão em dois campos na análise da realidade sociopolítica, a saber: um conjunto que aborda a política institucional, com ênfase para as perspectivas institucionalistas e da escolha racional, e outro que centra-se na “cultura-política”, pela qual são tratadas “a relação, a participação e os conflitos da sociedade civil, terceiro setor, dos movimentos sociais e das manifestações públicas com a esfera governamental e com as instituições estatais, a partir de uma leitura do sujeito político relativamente autônomo do campo estatal-institucional” (*idem*, p. 48). A reprodução dessa clivagem repercute nos estudos sobre internet e política, podendo ser observadas ênfases ou na sociedade ou no Estado. Assim, os estudos enfatizam ou temas como engajamento cívico, capital social, participação política, esfera pública e deliberação política ou questões sobre o aparato institucional dos Estados e as oportunidades de interface digital promovidas por eles (GOMES, 2010).

Além disso, a definição de plataformas conceituais e analíticas fundadas na tradição da Ciência Política demarca ainda outra clivagem no tratamento do tema internet e política. A grande maioria dos estudos começa a discutir as possibilidades do ambiente digital para a superação dos impasses democráticos, em forte diálogo com a tradição das teorias democráticas e com as problematizações que elas apresentam, ou seja, a reflexão sobre a potência técnica da internet é substituída por elementos teóricos e analíticos que sustentam-se em visões distintas (e até irreconciliáveis) sobre democracia. Como apontado por Gomes (2010), frente ao “babelismo”

polissêmico do conceito de democracia, um dos perigos é o “automatismo de pressupostos”, ou seja, em muitos casos, a pouca reflexividade do pesquisador com o emprego da ideia de democracia leva a análises em que não é claro o modelo da teoria democrática utilizado. Ainda, para além do campo acadêmico, os requisitos democráticos (a partir dos modelos de democracia) que estão implicados nas iniciativas digitais de todas as ordens não são claros, ou mesmo não são preocupação para os atores estatais e sociais que as promovem.

Assim, da aproximação com as diferentes perspectivas democráticas, é possível perceber nos estudos sobre democracia digital

[...] uma mal-contida tensão entre uma ideia de democracia digital como extensão qualificada, para o universo digital, dos regimes democráticos reais (a ideia de democracia digital como digitalização da democracia) e outra ideia de democracia digital como forma de correção de deficits democráticos ou de implantação de formas e experiências democráticas em Estados e circunstâncias democraticamente deficitários (a ideia de democracia digital como suplementação, reforço ou correção da democracia). (GOMES, 2010, p.243).

De certa forma, é um reposicionamento da distinção entre abordagens “administrativas” e “críticas” presente na literatura sobre política e democracia para as produções sobre democracia digital, nas quais em cada uma delas parâmetros determinados de democracia são assumidos para pensar as práticas concretas dos usos das tecnologias digitais na política, caracterizando-se fortemente por um viés normativo na análise dos fenômenos.

Sugere-se aqui que o mapeamento dessa clivagem pode auxiliar na sistematização dos estudos que tratam sobre democracia digital. Mais do que isso, essa tensão assume uma relevância significativa para quem quer analisar o tema, já que uma abordagem “administrativa” indica o privilégio na análise para os procedimentos do aparato estatal e para a atuação dos governos (tomando como pressuposto o modelo liberal-representativo hegemônico e o que dele se materializa), ao tempo que uma abordagem “crítica” põe em relevo o problema da participação civil para a legitimação do regime político e a superação dos deficits democráticos. Abaixo, procura-se apresentar brevemente a diferença entre essas abordagens.

2.1. GOVERNO ELETRÔNICO E GOVERNANÇA ELETRÔNICA COMO “DIGITALIZAÇÃO DAS DEMOCRACIAS”

A grande maioria das elaborações que utilizam os termos governo eletrônico ou e-governo dão ênfase à política institucional no âmbito do Estado e, conjuntamente, tendem a repercutir as concepções hegemônicas presentes na teoria democrática. Em síntese, a perspectiva democrática

que tornou-se hegemônica na segunda metade do século XX conseguiu dar respostas a três questões, tanto em termos teóricos quanto práticos: “a da relação entre procedimento e forma; a do papel da burocracia na vida democrática; e a inevitabilidade da representação nas democracias de grande escala” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 44). Como desdobramento, os estudos sobre governo eletrônico acabam por reforçar a ideia de que a democracia está para a forma e para os desenhos institucionais dos governos, na medida em que preocupam-se com a modernização da gestão pública por meio de soluções tecnológicas, a eficiência dos processos operacionais e administrativos dos governos e a prestação de serviços públicos *online* (DINIZ et al., 2009; FERGUSON, 2002; PIMENTA; CANABARRO, 2014). Em muitos casos, a partir do contexto de reformas de Estado, esses estudos procuram refletir sobre a mediação tecnológica para processos gerenciais dos órgãos do setor público, ou seja, sobre a automação dos procedimentos internos ao Estado; bem como discutem como a oferta de serviços públicos pode ser otimizada pelos canais digitais de comunicação.

Ferguson (2002), por exemplo, sugere três tipos de mudanças induzidas pelas novas tecnologias de informação e comunicação à ação governamental: automação, informatização e transformação. A primeira onda diz respeito ao uso das tecnologias digitais como tecnologia de produção, para obter eficiência e reduzir custos. A informatização, como o segundo tipo de mudanças, trata das oportunidades das novas funcionalidades tecnológicas para a qualidade do serviço público, o que pode incluir consultas *online* aos cidadãos e geração de informações para tomada de decisão. Já a transformação é entendida como a mudança na natureza dos serviços públicos, passando pela reengenharia dos processos e pelo envolvimento dos cidadãos na definição de prioridades e na tomada de decisões.

Ainda, o debate sobre governança eletrônica e sobre inclusão/exclusão digital são recorrentemente associados aos estudos que tratam de governo eletrônico. De maneira geral, a ideia de governança eletrônica e, mais recentemente, de governança digital, diz respeito à aproximação e à articulação entre diferentes grupos sociais e instituições privadas e públicas para dar materialidade ao que se concebe como governo eletrônico (FERGUSON, 2002; PIMENTA; CANABARRO, 2014). Por outro lado, o debate sobre a inclusão ou exclusão digital tem grande ressonância nas produções sobre o governo eletrônico, pois a não universalização do acesso à internet e às novas tecnologias digitais seria um risco para a própria implantação do governo eletrônico. Por esse argumento, os governos deveriam atentar-se para políticas de infraestrutura tecnológica e políticas de inclusão digital para superar esse risco (ROVER, 2008).

Com passar dos anos 2000, a noção sobre governo eletrônico, e sobre como conceber a relação entre as novas tecnologias digitais e os governos, foi ampliando-se e começou a referir-se à

interação entre Estado e sociedade por meio dos diversos canais possibilitados pelas novas tecnologias de informação e comunicação. Assim, constitui-se um campo de debate que propõe a noção de governo aberto, podendo este ser caracterizado como “aberto à participação e à colaboração dos cidadãos no ciclo de políticas públicas, e capaz de prestar contas de forma pública e transparente em reforço ao controle democrático dentro e fora do Estado” (PIMENTA; CANABARRO, 2014, p. 10).

Essa concepção tem bases nos princípios de uma articulação internacional multilateral chamada de Parceria Governo Aberto (*Open Government Partnership*) lançada em 2011 e que atualmente conta com a adesão de 66 países, incluindo o Brasil⁵. Conforme consta na missão na página *online*, a parceria propõe que os governos tornem-se mais transparentes, mais *accountables*⁶ e mais sensíveis aos seus cidadãos, favorecendo a abertura de dados governamentais por meios das novas tecnologias digitais (daí a noção de “dados abertos”) e a colaboração dos cidadãos para solucionar questões governamentais. Entretanto, uma certa ambiguidade perpassa o sentido de governo aberto, já que “pode significar tanto dados abertos governamentais quanto uma forma mais aberta de governar” (SAMPAIO, 2014, p.16). Nesse sentido, para além da difusão, geração e publicidade dos dados governamentais em formatos digitais, novos modos de governança estariam implicados à gestão pública, sendo baseados na “cocriação e coprodução de dados e das decisões políticas” (*idem*, p. 18). Ainda, é bom destacar que a ideia de colaboração na noção de governo aberto estaria mais próxima aos princípios do movimento do código aberto⁷, em vez da concepção de participação, que tem origens claras nas teorias democráticas (HARRISON et al., 2012 apud SAMPAIO, 2014, p. 17).

Ao analisar as contribuições da cientista política de Harvard, Pipa Norris, assumidamente schumpeteriana⁸, Gomes (2010) destaca que na produção da autora os efeitos políticos da internet são explicados pela noção de promoção da transparência, de *accountability* dos órgãos de governo e de fortalecimento dos canais de comunicação entre cidadãos e instituições estatais. Essas questões

5 Mais informações podem ser vistas em <http://www.opengovpartnership.org/>. O número de 66 países diz respeito até o mês de novembro de 2015.

6 O termo *accountability* geralmente não é traduzido para a língua portuguesa, pela dificuldade de transposição da ideia, mas, grosso modo, pode referir-se à prestação de contas. Lavalley; Vera (2011) sugerem uma interpretação sobre esses deslocamentos conceituais na teoria democrática.

7 Mais informações podem ser acessadas na <http://opensource.org>.

8 A teoria democrática de Schumpeter, podendo ser nominada como elitismo realista, sustenta que, “diante da irracionalidade dos indivíduos, a soberania popular é substituída por uma concepção de democracia como *método político de formação de governo*, e a participação na política deve ser limitada ao voto para formar um governo que tomará as decisões” (FEDOZZI et al., 2012, p. 19).

têm significativa repercussão no conjunto da literatura sobre governo eletrônico, governo digital e governo aberto (bem como certas concepções de governança que derivam delas), podendo-se afirmar que esses estudos dialogam em grande medida com as ênfases do padrão liberal-representativo de democracia.

Entretanto, esses estudos são interpelados pelos debates e críticas apresentados pelas teorias democráticas alternativas ao modelo hegemônico (em particular pelas exigências de mecanismos participativos), fruto das disputas que se estabelecem entre as agendas políticas, bem como pelo fato da heterogeneidade da configuração política dos Estados modernos contemporâneos. Essa condição pode tornar mais clara o fato da ambiguidade do governo aberto e de noções como o de governança, já que há uma tensão sobre os significados de colaboração e participação e as exigências de democratização permeiam as suas definições e caracterizações.

2.2. A DEMOCRACIA DIGITAL SOB O DEBATE DA PARTICIPAÇÃO CIVIL NA VIDA PÚBLICA

A tendência predominante para a grande maioria dos estudos sobre democracia digital é demarcada especialmente pelo debate sobre a participação civil na vida pública, sendo, de forma recorrente, problematizado por meio das questões normativas relacionadas aos modelos de democracia. Marcadamente, esses estudos destacam aspectos relacionados à crise do sistema político e a necessidade de mecanismos que deem conta da participação civil na vida pública para, assim, articular esses elementos com a análise sobre o caráter e os efeitos das tecnologias digitais (GOMES, 2005a). Nesse sentido, retoma-se abaixo a discussão sobre a crise do sistema político que influenciam esses estudos, a partir da tradição das teorias democráticas e, do mesmo modo, expõe-se como as experiências de democracia digital e a noção de participação têm sido argumentadas a partir dessas teorias.

Na medida em que a legitimidade da democracia moderna na sua forma liberal é questionada, proposições tem sido apresentadas para fortalecer o sistema político. O afastamento entre a esfera política (a que produz decisões e ações governamentais) e a esfera civil (que considera legítimo o poder desta esfera política) tem sido percebido como um dos elementos principais que conformam a crise do sistema político (BOBBIO, 2000; LAVALLE; HOUTZAGER; CASTELLO, 2006; MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006). Se, por um lado, o modelo liberal de democracia defende que a participação do cidadão deve ser circunscrita à participação eleitoral, com vistas à escolha de elites políticas capazes de gerenciar o Estado, por outro lado, as críticas a esse modelo sugerem novas saídas para a configuração do sistema político. Alguns pensadores

apontam a necessidade da criação e da consolidação de mecanismos que garantam a intervenção dos cidadãos nos processos de tomada de decisões do Estado, caracterizando um modelo mais participativo de democracia (BARBER, 1984; PATEMAN, 1992). Reforçando essa perspectiva da necessidade de mais participação dos cidadãos nos negócios públicos, outros autores, representantes das tradições liberal-republicanas, propõem o fortalecimento da “sociedade civil” e da deliberação pública no sistema político vigente (COHEN; ARATO, 1994; HABERMAS, 2003).

Há de se ter cuidado ao referir-se à crise do sistema político, pois não é termo de simples significação – imerso na polissemia -, já que perspectivas teóricas e, mesmo discursos políticos, podem fazer referência a ele sustentando-se em olhares muito diferenciados. Pode tratar-se de “crise de representação”, ou “crise de legitimação”, ou “crise da democracia representativa”, entre tantas outras terminologias. E mesmo as reivindicações de mudanças, que por ventura superariam a propalada crise, também constituem-se de conteúdos diferenciados. Nesse sentido, ater-se a dois aspectos que a literatura aponta como parte da crise do sistema político pode ser útil para delinear a expressão desse fenômeno, a saber: a desconfiança com o formato de representação política atualmente em voga na maioria dos Estados contemporâneos; e os baixos índices de engajamento cívico e participação política dos cidadãos nas democracias modernas.

O primeiro aspecto diz respeito aos limites do processo político em que o cidadão elege representantes que deliberam e tomam decisões em seu lugar, ou seja, são críticas ao mecanismo de representação política hegemônico na maioria dos sistemas políticos dos Estados contemporâneos. Em certo sentido, essas críticas retomam o debate sobre os tipos de representação em disputa na modernidade e dirigem-se ao modelo que tornou-se hegemônico, o qual dá certo grau de autonomia para o representante eleito deliberar, podendo inclusive contrariar a opinião daqueles que o elegeram, sem perda de mandato (BOBBIO, 2000). Essa desconfiança sobre o formato de representação tensiona, assim, o modelo elitista de governo representativo, que pressupõe uma separação entre esfera política e esfera civil e tem como efeito colateral uma excessiva autonomização da esfera política (MANIN; PRZEWORSKI; STOKES, 2006).

Já o segundo aspecto que dá contornos ao que pode se chamar de crise do sistema político são os baixos índices de engajamento cívico e participação política dos cidadãos na vida pública. De maneira geral, o tema do engajamento cívico remonta a tradição de Tocqueville que entendia as organizações cívicas locais como uma virtude para um “bom” governo. Putnam (1996) dá desdobramento a essa perspectiva através da noção de capital social, afirmando que o envolvimento dos cidadãos em associações civis está diretamente ligado à qualidade das instituições democráticas. Assim, a proposição refere-se à ideia de que os laços comunitários e as conexões entre cidadãos estabelecem confiança mútua e senso de coletividade, proporcionando solidez à vida

pública e ao funcionamento da democracia. Do contrário, baixo engajamento cívico implica deficits democráticos. Ainda, o tema da participação foi tratado pela teoria pluralista a partir da concepção de poliarquia proposta por Robert Dahl, o qual refere-se a uma ordem democrática em que os governos são entendidos pelos processos de negociação entre diferentes grupos de interesse. Assim, a ideia de participação passa pela noção da agregação dos múltiplos interesses, definidora da qualidade da poliarquia (DAHL, 1997).

A par do debate apresentado até aqui, pode-se afirmar, de maneira geral, que os contornos da crise do sistema político passam pelo incômodo com a percepção de que a esfera política está desconectada da esfera civil, estando as decisões e ações no âmbito do Estado cada vez menos legitimadas pelo conjunto dos cidadãos. A superação dos impasses dessa crise tem gerado agendas políticas alternativas que sustentam-se em teorias democráticas que buscam ampliar os espaços de participação dos cidadãos nas tomadas de decisão política e na vida pública.

As críticas ao cânone democrático hegemônico foram feitas pelas teorias da democracia participativa e da democracia deliberativa. Enquanto o arcabouço da democracia participativa exige a criação de canais (formais ou informais) mais consistentes para a participação do cidadão no sistema político, a democracia deliberativa preocupa-se com o diálogo público baseado em argumentos racionais dos atores sociais e políticos para a solução de conflitos e a tomada de decisões (FEDOZZI et al., 2012). Em contraposição ao elitismo democrático, a teoria participacionista (em suas diversas influências) questionou o fato de que a participação dos cidadãos era reduzida ao momento das eleições periódicas dos representantes, já que um dos principais requisitos democráticos para o elitismo competitivo é o papel das elites políticas na condução de governos e das decisões no âmbito do Estado. Além disso, também é crítica à concepção da democracia como procedimento de agregação de interesses, conforme supõem as teorias hegemônicas. Mesmo não sendo tema novo da teoria democrática, a deliberação procedimentalista foi enfatizada na proposta alternativa e normativa ao modelo democrático vigente, tendo como principal expoente Jürgen Habermas(2003). A ideia era que processos deliberativos, ou *inputs* discursivos-participativos, pelos atores da sociedade civil nos espaços da esfera pública democrática, poderiam fortalecer a legitimação da relação entre Estado e sociedade.

De maneira geral, essas perspectivas colocam ênfase na necessidade da participação civil na vida pública, sugerindo ou a ruptura ou a reforma dos arranjos institucionais do Estado, o modo como esses operam e como estabelecem a relação política com os cidadãos. É bom ainda arrolar aqui os temas da democratização, seja do Estado ou sociedade, como implicações das discussões sobre participação da esfera civil na decisão política. As críticas que certas visões democráticas fazem à autonomização da esfera política e, conseqüentemente, ao caráter do Estado, também tem

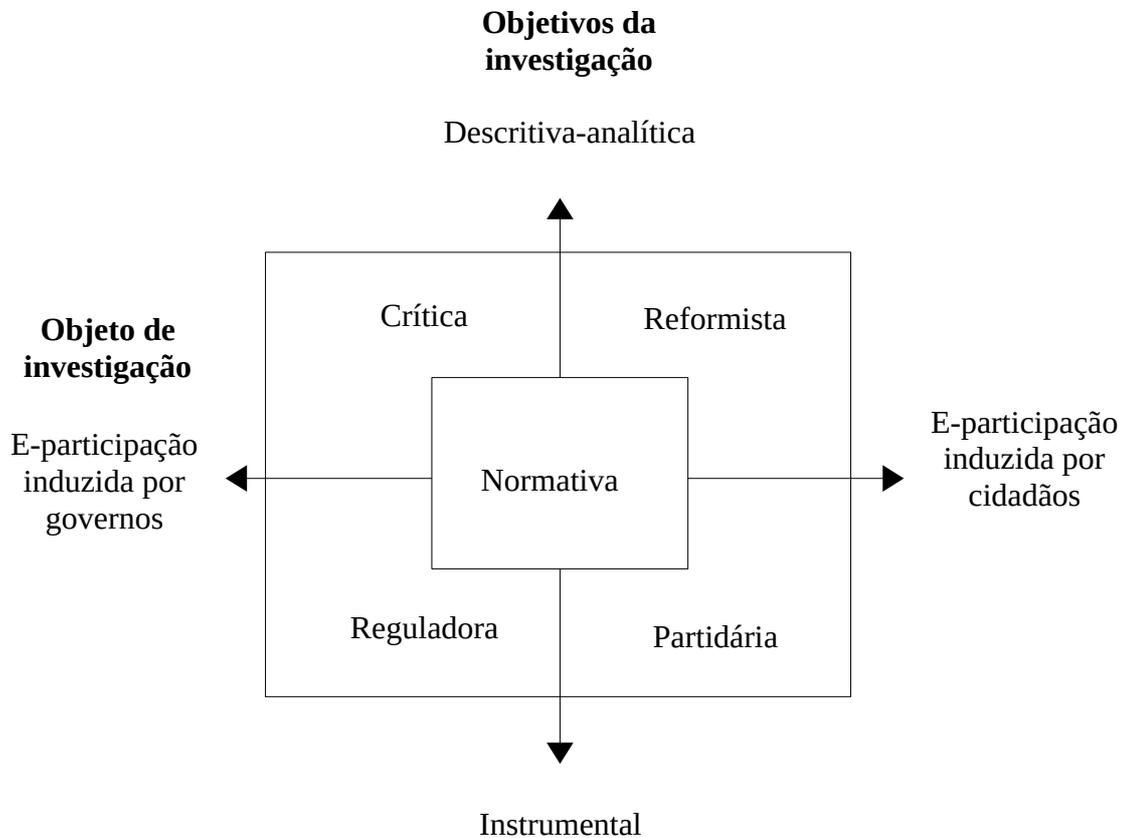
desdobramento em concepções que valorizam a dinâmica política específica da esfera civil e, em grande medida, dá indicações para o debate sobre a sociedade civil em suas diversas vertentes (BALLESTRIN, 2015; BOBBIO, 1987; DAGNINO, 2004; LAVALLE; SZWAKO, 2015). Ainda, são observados desdobramentos para concepções de democracia que não são limitadas ao poder do Estado e à sociedade política, ou seja, perspectivas que procuram elencar as intersecções entre dimensão econômica e dimensão política para compor determinadas orientações sobre democracia (o que determinadas teorias participacionistas apresentam ao debate, cf. Pateman (1992)).

2.3. A NECESSIDADE DE MECANISMOS PARTICIPATIVOS E OS CONTORNOS DA PARTICIPAÇÃO DIGITAL

Para além dos “imaginários da cibercultura”, como mencionado anteriormente, as relações entre a internet e processos democráticos passam a ser objetos de investigações mais afeitas à análise de casos empíricos e práticas concretas de democracia digital, configurando novas tentativas de abordar o tema. Nesse sentido, termos como participação digital, e-participação, participação eletrônica, participação política *online*, entre outros, tornam-se categorias analíticas, no intuito de refletir sobre as experiências e iniciativas específicas de democracia digital que são desenvolvidas de modo crescente em diversos países.

Autores do grupo de pesquisa internacional chamado Demo-net, Avdic et al. (2007), após apresentarem resultados de estudos que tratam sobre e-participação em alguns países da Europa, sugerem que o campo pode ser delineado a partir das abordagens sistematizadas na Figura 1 abaixo.

Figura 1. Abordagens dos estudos sobre e-participação



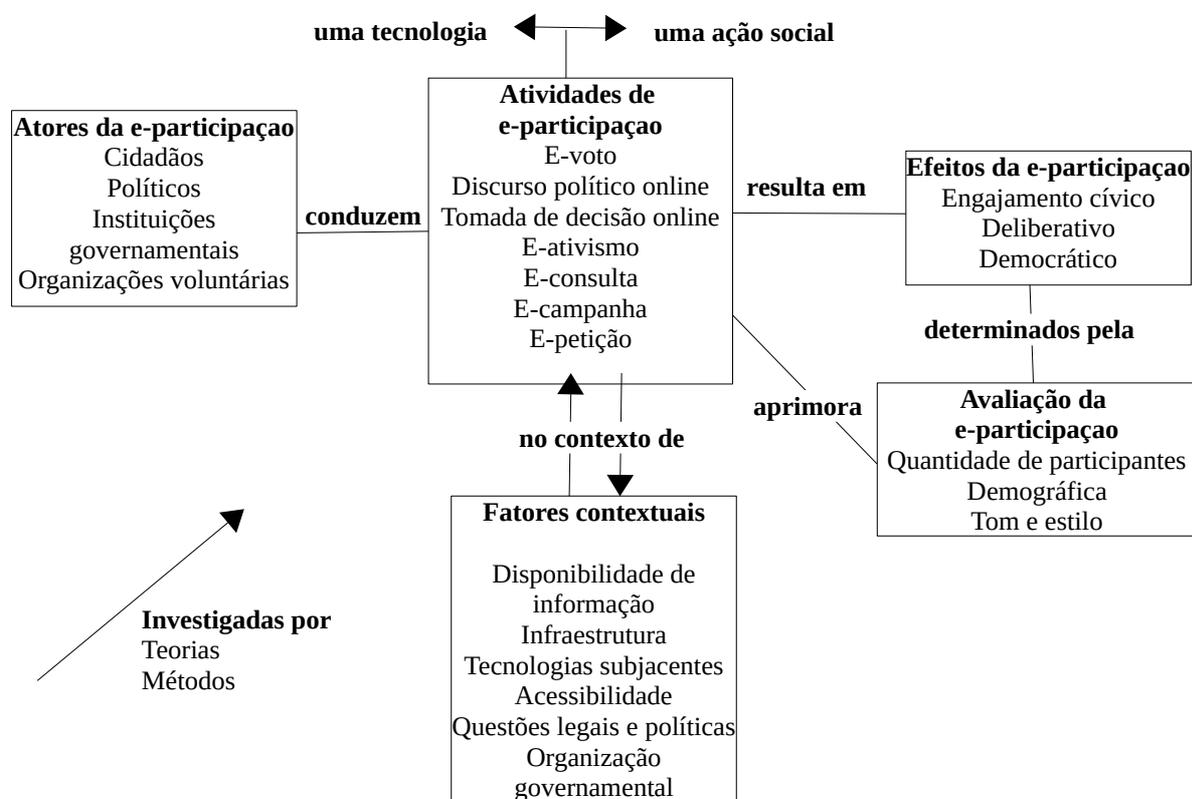
FONTE: AVDIC et al. (2007, p. 8, tradução nossa).

Resumidamente, a forma normativa preocupa-se com a definição dos objetivos políticos, sociais e democráticos da e-participação, bem como discute em que medida as trajetórias tecnológicas sustentam esses objetivos. Essa forma está presente em todas as outras, pois implica em visões de democracia e de participação política, ao tempo em que desdobra-se em posturas sobre o papel da tecnologia, mesmo que explicitamente não seja apresentado o enquadramento assumido (é convergente com o debate sobre a normatividade das perspectivas democráticas feito até aqui). Já as pesquisas reguladoras buscam o aperfeiçoamento das iniciativas governamentais de e-participação, sem, contudo, discutir as mudanças das orientações democráticas e das estruturas políticas. As pesquisas críticas analisam as iniciativas dos governos sem assumir as premissas democráticas que sustentam os sistemas políticos nos quais esses governos estão situados, geralmente adotando um quadro teórico emancipatório com vistas à superação do deficit democrático. Os estudos reformistas descrevem a configuração e a evolução dos processos de

participação política induzidos pelas tecnologias que ocorrem na sociedade. Nesse caso, o foco não é a governança, mas sim a manifestação societal do fenômeno, já que abordam as atividades e práticas dos cidadãos que desejam legitimar a participação política como requisito democrático. Por fim, as intenções das pesquisas partidárias é facilitar a e-participação como meio para mudar as estruturas políticas e impor as demandas dos cidadãos no jogo político. Essa forma é mais rara, pois depende da articulação com movimentos sociais e os recursos para as pesquisas são politicamente alocados (AVDIC et al., 2007, p. 8-9). Assim, para além da dicotomia de abordagens entre viés social e viés institucional e da orientação normativa que perpassa os estudos sobre democracia digital, esse esforço de sistematização destaca o fato de que muitos estudos da área são claramente orientados para a aplicação prática, por isso, o caráter da instrumentalidade na produção acadêmica.

SÆBØ; Rose; Skiftenes Flak (2008) também sistematizam um panorama dos estudos produzidos na Europa que tratam sobre e-participação associada aos processos políticos, já que identificam que a utilização do termo é encontrada em outros âmbitos, como o corporativo, o escolar, entre outros. Os autores incluem estudos que tratam da participação política proporcionada pelas novas tecnologias digitais, em especial os que referem-se ao sistema político formal. Nesse sentido, a e-participação é definida como a interação mediada pelas tecnologias entre esfera da sociedade civil e a esfera política formal, bem como entre a esfera civil e a esfera da administração pública. A Figura 2 reproduzida abaixo evidencia a configuração do conjunto dos estudos sobre e-participação, a partir dos aspectos que a constituem, sistematizada pelos pesquisadores. Destacamos que a e-participação, para além de um processo, é caracterizada por ser uma tecnologia e uma ação social, não ficando explícito os pressupostos sobre como essas dimensões estão interligadas.

Figura 2. A configuração temática dos estudos sobre e-participação



FONTE: SÆBØ; Rose; Skiftenes Flak (2008, p. 417, tradução nossa).

No Brasil, uma literatura que discute a necessidade de mecanismos participativos por meio da democracia digital propõe cinco graus de participação civil proporcionados pela internet, sendo estes derivados de uma “escala de reivindicação dos modelos de democracia participativa” (GOMES, 2005a, p. 218). Para o autor, a participação política *online* caracteriza-se 1. pelo grau mais elementar de acesso do cidadão aos serviços públicos disponíveis na rede virtual (iniciativas mais estabelecidas atualmente pela maioria dos Estados liberais contemporâneos); 2. pelas consultas aos cidadãos feitas pelo Estado para temas da agenda pública, ou mesmo para a formação delas, dependendo da disposição deliberacionista do agente público (ambos graus de participação são as formas típicas do vetor governo-cidadãos); 3. pelos altos volumes de informação e prestação de contas, por meio de um Estado que preza a transparência demandada pela esfera civil; 4. pelas iniciativas de democracia deliberativa, sendo que a esfera política mantém-se porosa à participação popular, podendo intervir na decisão política; e 5. pelo grau máximo que implica na produção da decisão política por parte dos cidadãos, não sendo muito claro como conciliar essa decisão com os

representantes eleitos (é mais um modelo teórico que sustenta a utopia sobre a participação popular na política contemporânea) (*idem*, p. 218-219).

Ainda, as influências das teorias democráticas alternativas ao modelo liberal-representativo ocidental podem ser observadas na literatura que preocupa-se com a e-participação na tomada de decisão política, em particular no ciclo de políticas públicas. A e-participação é considerada como o uso das novas tecnologias digitais para engajar cidadãos, fomentar processos democráticos de tomada de decisão e aprimorar a democracia representativa. Nesse sentido, Macintosh (2004) propõe um quadro analítico em que são apresentados 10 dimensões como metodologia para analisar projetos de democracia digital. A primeira dimensão é sobre o nível de participação e o quanto os cidadãos estão engajados nas iniciativas, podendo caracterizar-se por uma escala de participação nas políticas públicas constituída pelos níveis de *e-enabling* (acessar informações relevantes e de fácil compreensão pelas novas tecnologias), *e-engaging* (consultar um grande público para conseguir contribuições e proporcionar deliberações para questões políticas; consultas *top-down* dos governos para os cidadãos) e *e-empowering* (participação ativa dos cidadãos na promoção de ideias *bottom-up* que definam a agenda política).

As outras dimensões do quadro analítico podem ser observadas abaixo (Quadro 1). As dimensões apresentadas pela autora podem constituir-se enquanto categorias com potencialidade de operacionalização de análises de casos empíricos, desde que relativizadas as definições sobre os níveis de e-participação.

Quadro 1. Síntese das dimensões-chave da e-participação

<i>Dimensão</i>	<i>Descrição</i>
Nível de participação	Qual o nível da e-participação e o quanto proporcionam o engajamento dos cidadãos?
Fase da tomada de decisão	Quando os cidadãos são engajadas no ciclo de políticas públicas (formação da agenda, análise, criação da política, implementação e monitoramento)?
Atores	Quem pode engajar-se e por quais os atores são acionados a engajar-se (incluindo todos os envolvidos na iniciativa e os seus papéis)?
Tecnologias utilizadas	Como e com quais tecnologias os cidadãos engajam-se?
Regras do engajamento	Qual informação pessoal é necessária e coletada, como ela é usada e o que o cidadão pode ou não pode fazer?
Duração e sustentabilidade	Em qual período de tempo em que dá-se a participação?
Acesso	Quantos indivíduos participam e em que locais vivem?
Financiamento e divulgação	Quando custa, como é divulgada e a quem chega a divulgação?
Avaliação e efeitos	Como a e-participação é avaliada pelos cidadãos e o quanto a avaliação é levada em conta para mudanças na iniciativa?
Fatores para o sucesso	Quais fatores políticos, culturais, econômicos, legais e tecnológicos que favorecem ou não o sucesso da iniciativa?

FONTE: Macintosh (2004, p. 6, tradução nossa).

2.4. MAPEANDO AS “POSSIBILIDADES DEMOCRÁTICAS DIGITAIS” A PARTIR DAS VISÕES DE DEMOCRACIA

Em postura reflexiva acerca dos “automatismos de pressupostos”, cabe o esforço de reconhecer como as diferentes perspectivas democráticas delineiam as reflexões sobre a relação entre internet e política, já que

[...] cada modelo - e cada ênfase dentro dos modelos - tem não apenas a sua internet preferida (e, correspondente, a sua internet indesejada), como tem também noções precisas a respeito do que é preciso fazer para que os recursos do universo digital contemporâneo, a internet acima de tudo, estejam a serviço a democracia. (GOMES, 2010, p.247).

Nesse sentido, Dahlberg (2001, 2011) propõe uma interpretação sobre os posicionamentos presentes no tema da democracia digital e como, a partir deles, a internet e as novas tecnologias

podem ser caracterizadas por meio das suas possibilidades democráticas. No artigo do ano de 2001, o autor define três campos nas retóricas e nas práticas da democracia pela internet, a saber: liberal-individualista, comunitarista e deliberativo, procurando elencar os entendimentos sobre a legitimação democrática que permeia cada uma dos posicionamentos. Para ele, a internet seria o componente essencial do posicionamento liberal-individualista, pois ela permite a maximização dos fluxos de informação e a competição de interesses, na medida em que os indivíduos passam a ter acesso a um conjunto muito grande de informações para embasar as suas escolhas políticas. Já para a posicionamento comunitarista, a internet está a serviço do desenvolvimento comunitário local em um cenário de crescente individualismo e burocratização, pois a comunicação descentralizada auxiliaria a construção dos laços comunitários; enquanto para a posicionamento deliberativo, a internet pode favorecer a emergência de uma esfera pública virtual, na qual os problemas comuns à coletividade podem ser mediados pelo diálogo, permitindo os indivíduos privados tornarem-se cidadãos orientados para as questões públicas.

Dez anos depois, a sua produção amplia a reconstrução dos posicionamentos identificadas, ao tempo que propõe interpretá-las a partir do objeto, da concepção democrática que assumem e das possibilidades democráticas das mídias digitais, apresentando um quadro analítico para examinar as retóricas e as práticas de democracia digital. Para isso, Dahlberg (2011, p. 856) define posicionamento como uma categoria geral para um conjunto de fenômenos, que inclui retórica, prática, identidades e instituições, os quais mantêm características similares. Já para a noção de possibilidades democráticas digitais (*digital democratic affordances*), o autor refere-se à questão de como uma tecnologia incentiva e permite que os usuários executem determinadas atividades, indicando a complementaridade entre tecnologia e usuário. Associada aos *modelos de democracia*, a noção de *possibilidades democráticas digitais* captura como cada posicionamento tende a conceber a relação humano-tecnologia. Vale ressaltar que os materiais empíricos analisados foram opiniões diversas sobre e-democracia, pesquisas acadêmicas e práticas de democracia digital, desenvolvidas nos Estados Unidos, Grã-Bretanha, Oceania e em alguns países da Europa, todos considerados com o mesmo peso na análise. Abaixo, são destacados os posicionamentos, o objeto, a concepção de democracia (Quadro 2) e as possibilidades democráticas tecnológicas (Quadro 3).

Quadro 2. Objeto e concepção democrática das quatro posicionamentos identificadas

Posicionamento	Objeto	Concepção democrática
Liberal-consumidor	Indivíduo autossuficiente, racional e estratégico	Competitiva-agregativa
Deliberativo	Indivíduo racional e intersubjetivo	Deliberativa-consensual
Combate público (counter publics)	A relação entre indivíduo/público pelas discursividades antagônicas	Contestatória
Marxista autonomista	Multitude de singularidades	Redes de <i>commons</i> ⁹

FONTE: Dahlberg (2011, p. 865, tradução nossa).

Quadro 3. Possibilidades a partir dos quatro posicionamentos

Posicionamento	Possibilidades democráticas digitais
Liberal-consumidor	Agregar, calcular, escolher, competir, expressar, informar, peticionar, captar recursos, registrar, transmitir, votar
Deliberativo	Concordar, argumentar, deliberar, discordar, informar, encontrar, formar opinião, publicizar, refletir
Combate público	Articular, associar, fazer campanhas, contestar, formar grupos, identificar, organizar, protestar, resistir
Marxista autonomista	Colaborar, cooperar, distribuir, trocar, doar/oferecer, estabelecer redes, participar, compartilhar

FONTE: Dahlberg (2011, p. 865, tradução nossa).

Conforme Dahlberg (2011, p. 865), a categoria possibilidades democráticas digitais captura como os posicionamentos tendem a conceber a relação entre agência humana e efeitos tecnológicos. O autor pondera que essas relações transitam entre a ideia de usos instrumentais e de determinação tecnológica, sendo que, por vezes, os posicionamentos invocam a tecnologia como

9 Preferiu-se não traduzir *commons* pela dificuldade em achar definição apropriada, já que enquanto substantivo é traduzida como povo ou comunidade e enquanto adjetivo é mútuo, compartilhado, comunitário. A expressão utilizada pelo autor é *commons networking*. Em nota de rodapé, o próprio autor aponta que o discurso sobre *commons* foi desenvolvido nos EUA e diz respeito à proteção legal e de propriedade dos “*creative commons*” ou à regulação dos usos de produtos culturais. Já o posicionamento marxista-autonomista defende os *commons* de maneira autônoma ao sistema legal vigente e questiona a concepção liberal dos direitos de propriedade. Essa última visão não pode ser confundida com o ciberlibertarianismo, nem com o posicionamento comunitarista.

uma ferramenta para usos determinados por agentes humanos independentes (noção mais associada ao posicionamento liberal-consumidor), ou como veículo para a comunicação ou meios para o engajamento e ativismo; e, em outras leituras, a tecnologia é vista de forma mais substantiva, como trazendo à existência espaços particulares, objetos, temas e práticas. Além disso, conforme o autor, pensar a partir da ideia das possibilidades democráticas é analisar como elas podem constituir-se como formas democráticas particulares, ao passo em que as tradições democráticas acabam modificando-se na articulação com as concepções sobre as mídias digitais, resultando tanto na renovação das concepções democráticas quanto na ênfase e promoção de certos aspectos das tecnologias digitais em detrimento de outros, conforme cada experiência democrática.

Sem ter a pretensão de analisar a efetividade das experiências de democracia digital ou avaliar a consonância (ou dissonância) entre retórica e prática, Dahlberg (2011, p. 866) identifica que a concepção liberal-individualista é hegemônica no *mainstream* do pensamento e da prática da democracia digital nos países analisados, com especial repercussão entre os governos, enquanto os outros posicionamentos são geralmente promovidos por acadêmicos e por ativistas digitais, sendo que o posicionamento deliberativo têm ganhado mais influência nos círculos da política institucional.

O esforço do autor acima referido é profícuo na medida em que procura interpretar as relações entre os diferentes modelos e concepções de democracia (mesmo sem deixar claro a *priori* a sua postura normativa frente a elas) e a conformação das iniciativas de democracia digital, sugerindo a noção de *possibilidades democráticas digitais* como forma de mapear as ações possíveis (individuais e coletivas) que o encontro entre tecnologia e política proporciona. Mesmo que os verbos escolhidos para descrever as ações possam ter significados muito diferentes, de acordo com a dinâmica dos contextos sociopolíticos e culturais, é uma tentativa que procura situar as diferenças da democracia digital, tomando os requisitos democráticos como parâmetros. Ainda, põe em ação uma investigação centrada na articulação entre modelos de democracia (interpretados como posicionamentos) e diagnósticos sobre imperativos decorrentes deles na relação com as tecnologias digitais (por meio da tipificação das possibilidades democráticas digitais).

2.5. AS IMPLICAÇÕES DA INTERNET E DAS NOVAS TECNOLOGIAS DIGITAIS PARA A PARTICIPAÇÃO E AS RELAÇÕES COM O DEBATE SOBRE TECNOLOGIA

A revisão da literatura sobre Internet e política e, em particular, sobre democracia digital e e-participação, permite depreender duas tendências de investigação que sustentam-se em fundamentos teóricos e epistemológicos diversos e, talvez, sejam muito influenciadas pelo campo

disciplinar em que o pesquisador situa-se e pelos objetivos de pesquisa que propõem. Na primeira, as ênfases dos modelos democráticos e os temas da tradição da teoria política pouco problematizam ou acabam explicando os usos sociais e políticos das tecnologias e mesmo as características dos dispositivos tecnológicos virtuais (como as arquiteturas e funcionalidades das plataformas e aplicativos); no segundo movimento, a natureza das novas tecnologias digitais, e os processos sociais ligadas a elas, explica as condições democráticas e suas transformações. De certo modo, essa apreciação reafirma o que Silveira (2008) aponta sobre o fato de que alguns pesquisadores observam a política *na* internet e outros observam a política *da* internet. Se os primeiros dialogam sobre as questões trazidas até aqui (entre outros temas do campo da teoria política), os segundos preocupam-se mais em tipos de políticas que voltam-se para a infraestrutura, os conteúdos, os formatos e aplicações da internet (*idem*, p. 104). Em outros termos, Parra (2012) propõe uma distinção entre ciberpolítica, enquanto “as ações políticas que se utilizam [das] tecnologias, sem necessariamente interrogar suas pré-configurações”, e tecnopolítica como “as disputas sobre as configurações sociotécnicas do dispositivo, portanto, constitutivas da própria tecnologia” (*idem*, p. 110).

Da mesma maneira em que os “imaginários da cibercultura” estão mais próximos da política da internet, já que as utopias ou distopias sobre a técnica são balizadoras para os discursos que os conformam, outro viés da política da internet pode ser observado nos estudos que de, algum modo, reatualizam as reflexões sobre *mass media* e a democracia, a grande maioria provenientes do campo disciplinar da Comunicação. Nesse sentido, as problematizações partem da discussão sobre “o que a internet pode fazer para a democracia” (GOMES, 2005b; MARQUES, 2010a) e abordam os efeitos da internet na política. Mesmo as reflexões em torno dos efeitos serem variadas, elas tendem a seguir as hipóteses de mobilização, reforço e normalização (SAMPAIO; NICOLÁS; BRAGATTO, 2011; WRIGHT, 2006). A primeira sugere que as novas tecnologias de comunicação garantem maior fluxo de informação, o que levaria à promoção de laços sociais e à participação política dos cidadãos e a novas formas de interação entre Estado e sociedade; enquanto o segundo caminho aponta que a internet e as novas tecnologias reforçariam a participação política daqueles que já participam, não sendo instrumento para um novo tipo de engajamento. Por último, a terceira hipótese, mesmo considerando os impactos da internet, corrobora a visão de que esses ganhos seriam rapidamente assimilados pelas regras do jogo do sistema político formal.

Dada essas duas tendências da investigação no tema internet e política, fica o questionamento sobre as possibilidades de delinear investigações que tenham aportes teóricos, que desdobrem-se em operações analíticas, nas quais esses dois enfoques possam dialogar. O desafio colocado é não perder a discussão sobre o caráter da tecnologia, da sua constituição e configuração,

a partir das práticas políticas que podem ser observadas contemporaneamente (incluindo o que se pode entender como práticas democráticas, conforme o posicionamento normativo que se faça).

Por exemplo, na intersecção entre o enfoque dos efeitos da internet e a defesa de mecanismos participativos, as diferenças que caracterizam as mídias digitais como tecnologias são trazidas à tona para perceber as consequências das novas tecnologias para a participação civil, considerando os subsídios proporcionados pelos recursos midiáticos para o incremento da participação política (MARQUES, 2010b).

Ainda, o tema da fratura digital (*digital divide*) também marca a política da internet, quando são discutidos a posse e o acesso aos meios de comunicação digital e as implicações sociopolíticas da brecha entre os que acessam e os que não acessam. Entretanto, a dicotomia inclusão/exclusão digital passa a ter mais repercussão a fim de dar vazão a outros fatores de desigualdades de naturezas diversas para além dos aspectos técnicos e do acesso propriamente. Assim, uma problemática inicialmente assentada na política da internet passa a ser assumida pela política na internet (MARQUES, 2014).

Outra abordagem possível para esse desafio pode ser observada nos estudos que, ao tratarem dos efeitos da internet e das redes sociais virtuais na política, discutem os elementos do paradigma das redes, como proposto por Castells (1999). De certa maneira, eles reatualizam o debate sociológico sobre redes sociais e muitos deles destacam a teoria Ator-Rede como operação teórica e analítica. Em particular, a ideia de redes tecnossociais procura identificar, por um lado, as especificidades dos artefatos tecnológicos que dão suporte a internet e, por outro, as relações sociais em forma de rede que são condicionadas por essas tecnologias, dando desdobramento a essa perspectiva (EGLER, 2010, 2007; KAUCHAKJE et al., 2006).

Pelo exposto nessa seção, as problemáticas relacionadas ao tema internet e política ganham outra envergadura quando são feitas tentativas de cruzamentos com o debate sobre a tecnologia, por mais que ainda os arcabouços teóricos e as orientações metodológicas não estejam claramente delineados para construir objetos que sejam construídos por essa articulação tripartite (nos limites da revisão da literatura feita por essa pesquisadora). Entretanto, podemos reconhecer que as reflexões que tratam sobre democracia e participação digital não podem pressupor a neutralidade tecnológica ou cair na armadilha do determinismo tecnológico, pelo qual as tecnologias são consideradas instrumentais para as práticas políticas. Assim, pelo menos vale reconhecer que a configuração sociotécnica das novas tecnologias digitais estão relacionadas com processos sociais, culturais e econômicos mais amplos e estruturais que conformam em boa medida a sua condição. Para isso, no que toca a essa discussão, trazemos abaixo algumas referências muito relevantes para o objeto que aqui investiga-se.

2.6. AS TECNOLOGIAS DIGITAIS COLABORATIVAS E LOCATIVAS: “NOVA” DEMOCRACIA DIGITAL?

Uma segunda geração de estudos sobre a democracia digital tem surgido a partir do olhar para as tecnologias digitais mais contemporâneas geradas por meio da internet. Uma nova onda de otimismo com as inovações tecnológicas têm sido observada com o advento das plataformas de mídias sociais, como o Twitter, Facebook, Youtube e a blogosfera, deslocando as ênfases das democracias participativa e deliberativa para uma perspectiva que indica a centralidade do “cidadão conectado” ou do “cidadão-usuário” e a constituição das identidades políticas ligadas ao estilo de vida (CHADWICK, 2012; LOADER; MERCEA, 2011).

Contudo, da mesma forma que os estudos iniciais sobre o tema, fortemente marcados pelos imaginários da cibercultura, esse entusiasmo é ponderado a favor de estudos voltados às práticas concretas, os quais problematizam sobre como essas plataformas sociais conformam as experiências de democracia digital. Assim, é possível perguntar se a participação digital seria melhor interpretada pelo fato da dominação comercial e política de grandes conglomerados de corporações; ou, por outro lado, se pode de fato oferecer novas oportunidades para contestar discursos dominantes e posições privilegiadas de poder; ou, ainda, se há a emergência de uma política mais pessoalizada no encontro com as redes sociais digitais, discutida pela noção de “individualismo conectado”. Mesmo frente a esses questionamentos, há certo consenso em afirmar que a ampliação do uso das mídias sociais e da internet, ao tempo, em que elas são enraizadas no cotidiano, tem o potencial de reconfigurar fortemente as relações de poder e a inovação democrática, observado em especial pelas irrupções massivas e manifestações ocorridas em diversos países; mas que, entretanto, não se tem muito claro como as mídias sociais têm conformado e influenciado essas transformações (LOADER; MERCEA, 2011, p. 3-4).

Essa nova geração das plataformas sociais, por muitos chamadas Web 2.0, exacerba o modo como a internet foi construída, ou seja, “por ser aberta, não submetida à propriedade de nenhuma empresa, estimula a criação tecnológica exatamente pela liberdade que dá ao criador de inventar alguma solução ou recombinar protocolos e ideias existentes” (SILVEIRA, 2008, p. 41). Assim, o fato da internet ser inacabada ou em constante construção garante que as suas regras e os seus protocolos principais sejam desenvolvidos colaborativamente, tendo como aspecto estruturante “a reconfiguração constante e a recombinação das tecnologias e dos conteúdos” (*ibidem*). Expressão disso são o movimento de software livre e do *Open Source*, as iniciativas *wiki* e as produções em *Creative Commons*, impulsionadas pela cultura *hacker*. Entretanto, a internet é constantemente

pressionada pela lógica do patenteamento, pelos modelos proprietários de direitos autorais e pela ânsia de lucratividade e privatização das grandes corporações e oligopólios de telecomunicações, que, ao mesmo tempo, inibem e apropriam-se das práticas colaborativas e das configurações sociotécnicas que são criadas de forma compartilhada.

Outra característica da nova geração de plataformas sociais na Internet é o fato de boa parte serem mídias digitais locativas, ou seja, são “um conjunto de tecnologias e processos infocomunicacionais cujo conteúdo está vinculado a um lugar específico. Trata-se de processos de emissão e recepção de informações a partir de um determinado local [...]” (LEMOS, 2008, p.207). O termo locativo é utilizado para fazer referência ao conteúdo de informação que é associada a uma localidade, por vezes, sendo traduzida como informação georreferenciada, articulando informação digital, localização e artefatos digitais móveis (ou não). Como proposto por Lemos (2008), essas mídias podem ser classificadas pelas funções: 1) realidade aumentada, um tipo de *hiperlinkagem* em que uma localidade física é visualizada em dispositivos móveis; 2) mapeamento e monitoramento, função locativa que permite mapear e rastrear o território por meio dos dispositivos móveis; 3) *geotagging*, a agregação de informação digital em mapas; e 4) anotação urbana, apropriação do espaço urbano a partir de escritas eletrônicas. Todas essas funções fomentam processos de criação de territórios informacionais, ou seja, áreas de “controle de fluxos informacionais digitais” engendradas na intersecção entre espaço físico e o ciberespaço. É por meio dessa concepção que boa parte das noções de cidade digital, cibercidade e cidade inteligente tem assentado os seus pressupostos.

Essas novas tecnologias digitais teriam possibilidades democráticas inerentes às suas configurações sociotécnicas? Essa pergunta é geralmente respondida de forma afirmativa. Certos especialistas compartilham uma visão comum de que as novas mídias estão transformando as práticas políticas por proporcionar novas formas de comunicação em que o monopólio do controle da produção e difusão de informações estaria sendo solapado em detrimento de formas e práticas centradas no indivíduo. Por essa concepção, o cidadão equipado pelas mídias sociais induz mudanças de discursos e compartilha outras perspectivas alternativas na medida em que publica a sua opinião. Ainda, eles constataam que a abertura ou a maleabilidade das plataformas sociais garante o potencial de colaboração em massa, tornando os grupos sociais e indivíduos em rede estruturantes no *design*, na coprodução e na difusão das novas tecnologias (BENKLER, 2006; TAPSCOTT; WILLIAMS, 2007).

Mesmo com as críticas que indicam a hegemonia das grandes corporações, como Facebook, Google e Youtube, na distribuição das informações (por meio dos *hiperlinks* que atingem um grande número de usuários) e na manipulação da informação (por meio dos filtros de

personalização e dos algoritmos dos mecanismos de busca¹⁰), os potenciais democráticos dos usos cotidianos das plataformas sociais são discutidos a partir de uma abordagem que concebe os processos democráticos (e a ideia de participação) pelo exercício de uma cidadania mais personalizada e autorregulada por múltiplas identidades. Nesse sentido, o engajamento do cidadão-usuário passa por tornar político o espaço privado (LOADER; MERCEA, 2011, p. 8).

Com foco nas características da Web 2.0, destacando a possibilidade de um comportamento orientado para a coprodução, Chadwick (2012) afirma que os mecanismos sociotécnicos proporcionados pela internet atualmente configuram a forma como os gestores, funcionários públicos e os cidadãos comportam-se politicamente *online*. Esses comportamentos podem favorecer muitos mais as possibilidades para a consulta *online* e o processo de produção da política pública, do que necessariamente a visão romantizada da esfera pública e do discurso racional da democracia deliberativa. Pelo lado dos cidadãos, a política *online* passa pela maior facilidade de uso dos aplicativos, pela confiança que engendra as redes sociais, pela reapropriação e reatualização de conteúdo gerado pelos usuários, pela expressão política mais individualizada carregada de emoções e pelo grande número de participantes das plataformas sociais. Já pelo lado dos governos, a política na internet rompe com a lógica deliberativa do “one-size-fits-all” (um-tamanho-para-todos), tornando mais granulares as formas de engajamento e interação; ainda, é possível *feedback* dos comportamentos individuais agregados, bem como as informações para a decisão política podem ser baseadas em *inputs* mais amplos e variados.

Frente a essas considerações, podemos afirmar que as novas tecnologias digitais, colaborativas e locativas, e os processos sociotécnicos relacionadas a elas, estão abalando as práticas e instituições políticas tradicionais, afetando a forma como o cidadão-usuário tem se relacionado com o Estado (e mesmo com o mercado) e induzindo a adoção pelos governos de estratégias e mecanismos participativos centrados nos cidadãos. Certas acepções de governo aberto, como apresentado anteriormente, caminham nesse sentido, pois, além de apresentar a necessidade de abertura dos dados governamentais, a lógica de colaboração dos cidadãos por meio das tecnologias é invocada para os processos de decisão política e das políticas públicas.

Outra proposição que ganha destaque nos círculos políticos e acadêmicos são as noções de *wikigovernment* (ou wikigoverno) e de democracia colaborativa, apresentadas por Noveck (2009). Considerada uma especialista da área de tecnologia e inovação institucional, a autora norte-

10 Os filtros de personalização do conteúdo *online* identificam os comportamentos dos usuários ao utilizar a internet, levando à formação de filtros que impedem os usuários de tenham contato espontâneo com informações classificadas como menos relevantes pelos algoritmos.

americana implementou entre 2009 e 2011 a estratégia do *Open Government Initiative*¹¹, anunciada no primeiro dia de governo do presidente Barack Obama, nos EUA. A partir daí, a sua produção ganhou repercussão, influenciando governos em diversos países. A proposição da autora trata sobre os impactos das ferramentas *wiki* (a exemplo do Wikipedia) e a geração compartilhada de conteúdo por meio das redes sociais por parte dos indivíduos para fortalecer as instituições políticas.

Essa diretriz sustenta um novo caráter para a governança, implicada pelas novas tecnologias, e subjaz a ideia de democracia colaborativa. Essa perspectiva sugere que é possível desenvolver resultados políticos por meio da expertise (em sentido amplo, desde acadêmicos a experiência individual) de grupos que trabalhem conjuntamente em redes abertas. Ou seja, mais do que a agregação de preferências individuais no ambiente *online*, a colaboração como processo democrático é considerada uma produção compartilhada e intencional entre instituições governamentais e um grupo de participantes que atuam por meio das tecnologias digitais colaborativas. Assim, três argumentos sustentam a democracia colaborativa: a colaboração como prática democrática participativa, na medida em que permite mais do que o ato de deliberar sobre os problemas e sim efetivar a solução deles; deliberação visual como a possibilidade técnica das novas tecnologias permitirem, mais do que a conversação pública, a definição e mobilização das práticas colaborativas; e, por fim, a autoparticipação igualitária como uma reatualização do igualitarismo e da participação em massa, ou seja, os participantes não participam de tudo e sim do que os interessa e a partir do conhecimento que eles têm sobre o tema. Essa perspectiva põe em relevo a relação entre Estado e cidadão no contexto das práticas colaborativas *online* e *offline*, concebendo os cidadãos e os especialistas mais parceiros do que objetos da esfera política e dos mecanismos representativos.

Dados os limites de compor as tramas da revisão de um conjunto complexo de estudos que tratam sobre a relação entre internet e política, exercitamos aqui uma sistematização dos principais questões e aspectos que constituem, em particular, os temas da democracia digital e da participação digital. A partir desse esforço, sugerimos a configuração de certos percursos teóricos e analíticos pelos quais o conjunto desses estudos procuraram lidar quando tratam do encontro entre tecnologia e democracia. Esses percursos, em princípio, constituíram-se pela repercussão dos discursos polarizados sobre a potência técnica e propuseram analisar os efeitos da internet para a democracia,

11 A iniciativa procura estabelecer os esforços do governo aberto, a partir dos princípios de transparência, participação e colaboração. Na página <https://www.whitehouse.gov/open> estão descritas as definições e marcos legais da estratégia.

a partir do entusiasmo e pela ótica da emancipação, ou a partir do ceticismo e com ênfase na distopia, na opressão e na privação.

Em busca de análises mais concretas das iniciativas de democracia digital que foram desenvolvidas ao longo dos anos 2000, as investigações aproximaram-se com maior clareza dos debates presentes na tradição política e nas teorias democráticas, demarcando os enfoques analíticos pelas clivagens entre Estado e esfera/sociedade civil e entre os modelos normativos de democracia. Nesse sentido, podemos diferenciá-las entre aquelas que tratam sobre governo eletrônico/e-governo, orientadas na sua grande maioria para a digitalização das capacidades estatais, e aquelas que, sustentadas na crítica democrática, apontam a superação dos deficit democráticos por meio das inovações tecnológicas, apresentando, assim, definições para a categoria de participação digital. Entretanto, essas distinções não podem ser vistas de maneira estática: tanto o debate sobre o governo eletrônico foi interpelado pela crítica democrática, logo, pela exigência de mecanismos participativos digitais em governos, quanto as proposições sobre democracia digital como “correção” da democracia foram alertadas sobre as incongruências em “forçar” valores normativos de democracia em análises de regimes democráticos “reais”. Destaca-se a categoria de possibilidades democráticas digitais, como proposto por Dahlberg (2011), pois, por ela, interpreta-se os elementos que compõem os modelos de democracia pelos usos das tecnologias digitais e pelos discursos que os justificam.

Nos últimos anos, com o surgimento de novas tecnologias relacionadas à internet, em especial as plataformas sociais (*social media*), os percursos identificados no tema voltam-se com mais força para o debate sobre o caráter e os efeitos da tecnologia, em certa medida, questionando os pressupostos do determinismo tecnológico. Ao mesmo tempo, as transformações da crítica democrática – o que fez emergir novas abordagens para as relações entre Estado e cidadãos, para a concepção de governança e para a cultura política – passam a ter repercussão nesses percursos, orientando-os para o desafio de analisar a política na/da internet de forma articulada.

3. CATEGORIAS ANALÍTICAS UTILIZADAS

Pelas referências do ensaio “Sobre o artesanato intelectual” (MILLS, 1982), sustenta-se, nessa dissertação, as reflexões sobre o que é e como fazer uma investigação sociológica. Mills destaca que a dimensão existencial está indissociável na formação do pesquisador, ou, em outras palavras, que o trabalho de pesquisa e a perspectiva sociológica transpassam a biografia de quem faz sociologia, porque vive o mundo como sociológico/a e vê o mundo por essas lentes.

Nesse sentido, o objeto construído nessa dissertação, a iniciativa de democracia digital de um governo local em Porto Alegre (RS) sob a forma de uma *wikicidade*, tornou-se interesse de pesquisa quando, no ano de 2012, conheceu-se a experiência por meio do uso da plataforma digital. Ainda, a discussão sobre o papel das tecnologias digitais para a solução dos problemas urbanos e para a reatualização da história de participação popular na cidade de Porto Alegre foi muito presente nesse ano, já que, por ser um ano de eleições municipais em todo o país, muitas propostas foram sugeridas e debatidas pelos candidatos concorrentes. Nesse contexto, teve-se a oportunidade de compor a equipe de elaboração do programa de governo de uma candidatura majoritária concorrente ao pleito municipal na cidade, por meio do qual foram problematizadas muitas questões sobre o caráter da tecnologia para a gestão pública e para o espaço urbano. A partir daí, esse tema passou a fazer parte da biografia da pesquisadora, enquanto militante política, socióloga e pessoa interessada em tecnologia.

Entretanto, uma investigação sociológica no âmbito acadêmico não é um relato biográfico, nem mesmo um programa de governo (por mais que este contenha certa sociologia aplicada); ela exige reflexão sistemática, clareza sobre o caminho de pesquisa e reflexividade sobre os pressupostos que estão presentes, muitas vezes, de forma implícita, já que

[...] como cientista social, é preciso controlar esta ação recíproca [entre experiência pessoal e atividade intelectual] bastante complexa, apreender o que experiencia e classificá-lo, somente dessa maneira pode esperar usá-lo para guiar e testar sua reflexão e, nesse processo, moldar a si mesmo como um artesão intelectual. (MILLS, 2009, p. 22).

Assim, o processo de pesquisa exposto aqui foi resultado entre não negar a condição biográfica, ou não negar o que caracteriza a autora enquanto militante política, e realizar um percurso formativo acadêmico, estando aberta para outras lógicas de produção de conhecimento.

Nesse sentido, a sociologia reflexiva proposta por Pierre Bourdieu ganha importância, pois, seja militante político, ou esteja em qualquer outra condição existencial, a prática científica deve buscar a ruptura com o pré-construído na ordem social, no universo douto e nos juízos valorativos que cada pesquisador carrega (BOURDIEU, 2007).

A princípio, a construção do objeto de pesquisa foi muito centrada na problematização sobre os usos da *wikicidade* Portoalegre.cc, pois percebia-se a relevância em estudar as tecnologias *wiki* associados ao território, já que são *websites* cujos os conteúdos são criados, editados, discutidos e alterados pelos usuários que trabalham em colaboração (a Wikipédia é o melhor exemplo de uma tecnologia *wiki*). Além disso, a *wikicidade* Portoalegre.cc também caracterizou-se pela funcionalidade de mapeamento participativo ou geocolaboração (SOUSA, 2011), ou seja, o conteúdo gerado pelo usuário é também um dado georreferenciado agregado ao mapa cartográfico do município de Porto Alegre.

Todavia, para além das potencialidades de uma análise sociológica sobre as representações espaciais do território provenientes dos mapeamentos participativos, percebeu-se que o processo de desenvolvimento e de implantação da plataforma Portoalegre.cc levado a cabo a pela administração pública municipal em parceria com uma empresa *startup* de tecnologia não deveria ser menosprezado. Pelo contrário, a plataforma só poderia ser melhor interpretada se analisada como uma modalidade de participação institucionalizada na gestão pública local, no escopo do debate sobre democracia digital. Por essas reflexões, o objeto aqui construído transita entre a necessidade de uma concepção política, em especial, sobre a visão de democracia, e de uma concepção sobre a tecnologia e os artefatos tecnológicos.

Nesse sentido, o problema de pesquisa dessa dissertação questiona-se em que medida a *participação digital* proporcionada pela plataforma Portoalegre.cc materializou novas relações entre o governo local, o mercado e os cidadãos na tomada de decisão sobre as políticas públicas e até que ponto as *ações colaborativas* caracterizaram as *interfaces socioestatais* estabelecidas na iniciativa.

É necessário reconhecer que trata-se de uma problemática que exige transparência sobre as questões normativas em relação à democracia que são o pano de fundo do esforço analítico, para que não se caia no “automatismo de pressupostos” (GOMES, 2010). Para isso, enquanto pesquisadora atenta às inovações democráticas sustentadas pela ampliação das instituições participativas no Brasil, dialogamos com a proposição sobre o experimentalismo democrático de Santos; Avritzer (2002), os quais indicam que o formato da participação em experiências bem sucedidas de democracia participativa foi consubstanciado experimentalmente nos países da América Latina; bem como com as contribuições de Lavallo; Vera (2011), pesquisadores que sugerem novos contornos para a “trama da crítica democrática”, argumentando que a participação e a representação não estão necessariamente em posições polares, como até muito recentemente afirmava a crítica participacionista. Segundo os autores, as inovações democráticas que estão ocorrendo nas sociedades contemporâneas são melhores interpretadas pela noção de pluralização da representação.

3.1. O CONCEITO DE INTERFACES SOCIOESTATAIS

A partir dessas referências assumidas, propõe-se que as iniciativas de democracia digital, a exemplo da experiência da plataforma Portoalegre.cc, possam ser pensadas a partir da noção de interface socioestatal, definida como um espaço de encontro entre atores sociais e atores estatais, através do qual “atores concretos se relacionam em função de um conjunto de relações diretas transcorridas nas interfaces socioestatais, por meio de arranjos institucionais determinantes dos procedimentos que ordenam tais relações em função dos resultados pretendidos” (VERA; LAVALLE, 2012, p. 109). É bom destacar que esse espaço é “constituído por sujeitos intencionais, cujas relações – na maior parte das vezes – assimétricas com outros sujeitos estabelecem um espaço de conflito, de negociação e disputa” (*ibidem*) e que as interfaces socioestatais materializam “o enfrentamento entre os projetos políticos dos atores sociais e estatais” (VERA, 2006, p. 261).

Na *perspectiva relacional multinível centrada em dispositivos*, como os autores descrevem o método que operacionaliza o conceito, as interfaces socioestatais são um primeiro nível analítico, micro, mais concreto, voltadas para “a pesquisa empírica qualitativa centrada no exame das interações e das trocas em jogo nas interfaces entre diversos atores” (*ibidem*). O segundo nível, intermediário, orienta-se para a interação institucional relevante, ou seja, para os dispositivos que regulam os recursos institucionais disponíveis aos atores. Já pelo terceiro, nível macro, são examinadas as condições estruturais por meios das quais depreende-se as posições reservadas aos actantes (Estado, sociedade). A análise conjunta dos dois últimos níveis constituiria a identificação das *arquiteturas institucionais de participação*.

O Quadro 4 apresenta-se como a lógica institucional da ação caracteriza os dispositivos e as múltiplas interfaces que constituem as arquiteturas institucionais de participação, examinando os bens de troca, as direções das trocas, as lógicas de intercâmbio e ação entre os atores. No campo Grafismo do quadro, S significa Sociedade e E significa Estado.

Quadro 4. Tipos de lógica de ação e troca

<i>Grafismo</i>	<i>Bem básico de troca</i>	<i>Gramática relacional</i>	<i>Lógica da ação</i>	<i>Exemplos</i>
S → E	Informação	Sociedade informa o Estado	Fazer saber	Consultas não vinculantes Caixas de queixas Pesquisa de opinião dos usuários
S ← E		Sociedade é informada pelo Estado		Campanhas midiáticas estatais Transparência e acesso à informação governamental Relatórios periódicos
S ↔ E		Sociedade e Estado informam-se mutuamente		Conselhos consultivos Mesas de diálogo
S → E	Poder	Sociedade “mandata” o Estado	Fazer fazer	Eleições Referendos, plebiscito
S ← E		Sociedade é “mandatada” pelo Estado		Políticas terceirizadas
S ↔ E		Sociedade e Estado mandatam-se mutuamente		Conselhos deliberativos Orçamentos participativos
S → E	Bens e serviços	Sociedade provê o Estado	Fazer ter	Impostos
S ← E		Sociedade é provida pelo Estado		Transferências Subsídios
S ↔ E		Sociedade e Estado se provêm mutuamente		Obras com trabalho dos beneficiados Projetos de coinvestimento

FONTE: Vera; Lavalle (2012, p. 111).

Por não ser exequível no escopo de uma dissertação, não pretende-se exaurir o método, portanto, o primeiro nível, que diz respeito a perspectiva da interface, aos atores concretos e suas interações, é a estratégia analítica escolhida e delimitada para a pesquisa empírica de abordagem

qualitativa aqui apresentada. Assim, propõe-se que a iniciativa de democracia digital, caracterizada por meio do caso da experiência da plataforma digital Portoalegre.cc, configura interações mediadas pela internet e pelas tecnologias de informação e comunicação entre atores estatais e atores sociais, as quais podem ser analisadas pela posição teórica acima apresentada.

3.2. A PLATAFORMA PORTOALEGRE.CC COMO INICIATIVA DE PARTICIPAÇÃO DIGITAL

A iniciativa de democracia digital tomada aqui como caso empírico foi analisada por meio do conceito de participação digital¹², esboçado por meio das contribuições de SÆBØ; Rose; Skiftenes Flak (2008) e Macintosh (2004), as quais tratam sobre a emergência de atividades de e-participação no contexto europeu, já apresentado na revisão da literatura. Lado a lado com estudos sobre a e-democracia (ou democracia digital) e sobre e-governo (ou governo eletrônico), os autores sugerem que a participação digital é fundante de um campo analítico emergente voltado para a expansão das iniciativas práticas desenvolvidas por governos, por empresas especializadas em tecnologia e por projetos de organizações internacionais.

Assim, a iniciativa de participação digital pode ser entendida como uma modalidade de interface socioestatal (VERA; LAVALLE, 2012, p. 109), na qual ocorre a interação, mediada por tecnologias digitais, entre a esfera civil e a esfera política institucional ou da administração do Estado (SÆBØ; ROSE; SKIFTENES FLAK, 2008, p. 402-403, tradução nossa). Esses autores supõem, normativamente, que as atividades de participação digital, orientadas aos cidadãos, incrementam as habilidades desses para participar do processo político e das transformações das ações governamentais no que toca às informações e aos serviços disponibilizados (SÆBØ; ROSE; SKIFTENES FLAK, 2008, p. 402-403, tradução nossa).

Entende-se que as dimensões-chaves da participação digital, propostas por Macintosh (2004), as quais são apresentadas mais a frente, são úteis para a caracterização de casos empíricos. Contudo, a dimensão que trata sobre o nível de participação proporcionado pelo uso das tecnologias foi reposicionada a favor da noção de *possibilidades democráticas digitais*. Nesse sentido, em vez da dimensão de nível de participação, optou-se pela categoria de possibilidades democráticas digitais, proposta por Dahlberg (2011), a qual refere-se aos efeitos democráticos que são proporcionados pelos usos das tecnologias digitais, entendidos na relação de complementaridade entre humano-tecnologia. Através da categoria, é possível interpretar os elementos que compõem os

12 Apesar da autora utilizar o termo “e-participation”, avaliou-se mais conveniente traduzir por participação digital.

modelos de democracia pelos usos das tecnologias e pelos discursos que os justificam, com a maleabilidade necessária para análise de formas democráticas particulares, já que permite trabalhar com as diferentes ênfases das teorias democráticas, sem prender-se a um modelo ou a certos pressupostos democráticos.

Nesse trabalho refletiu-se como as possibilidades democráticas digitais estão articuladas com a iniciativa da plataforma Portoalegre.cc. Sendo assim, é necessário esclarecer o que entende-se por plataforma, no contexto da expansão das mídias sociais na Web 2.0 (como já abordado na revisão da literatura). Para isso, destaca-se a definição de plataforma como *construto tecnocultural* e como *estrutura socioeconômica* proposto por Van Dijck (2013). Combinando a abordagem da teoria ator-rede e da economia política, a autora sugere que, por um lado, as plataformas, mais do que artefatos, são um conjunto de relações que precisam ser constantemente exercidas por diferentes atores, que o fazem atribuindo interpretações particulares e, de outro, as plataformas e as redes sociais virtuais manifestam relações de poder entre produtores institucionais e consumidores individuais (*idem*, p. 26-27). Assim, para dissecar uma plataforma específica, é necessário atentar para os seguintes aspectos:

1. a *tecnologia*, definida como a operação dos *softwares*, *hardwares* e serviços digitais que configuram a atividade social sob a forma de uma arquitetura computacional;
2. os *usuários e usos*, sendo que a agência dos usuários e os usos decorrentes enquanto construto tecnocultural situam-se entre uma participação implícita, em que o uso é conformado pela configuração da arquitetura computacional, e uma participação explícita, a qual refere-se a como os usuários interagem com a mídia social;
3. o *conteúdo*, como a manifestação da relação entre a tecnologia e a agência do usuário;
4. o *status da propriedade*, diz respeito a quem tem a propriedade da plataforma e seus fins econômicos, lucrativos ou não;
5. a *governança*, sendo o aspecto de como, e por quais mecanismos, a comunicação e o tráfego de dados é administrado e;
6. o *modelo de negócio*, associado à governança, refere-se às características comerciais (ou não) da plataforma e as implicações para a sua arquitetura e para as suas estratégias de manutenção.

3.3. QUADRO ANALÍTICO

O Quadro 5 sintetiza os conceitos, as dimensões e os indicadores utilizados para a análise do caso da plataforma Portoalegre.cc.

Quadro 5. Categorias analíticas escolhidas

<i>Conceitos</i>	<i>Dimensões</i>	<i>Indicadores</i>
Plataforma	Tecnologia	Operação da arquitetura computacional, funcionalidades
	Usuários e usos	Agência dos usuários, participação implícita e participação explícita
	Conteúdo	Informação gerada pelo usuário e registrada na plataforma
	Status da propriedade	Quem tem a posse e os direitos sobre a plataforma
	Governança da plataforma	Mecanismos de administração dos dados
	Modelo de negócio	Estratégias de monetização a partir das informações geradas por meio da plataforma
Participação digital	Tecnologias utilizadas * (similar à dimensão acima)	Como e quais funcionalidades são utilizadas na plataforma
	Regras de engajamento	Informação necessária e coletada na plataforma Como a informação é usada O que o cidadão pode ou não pode fazer
	Duração	Tempo da iniciativa e do envolvimento do usuário
	Acesso	Quantos indivíduos participam e qual o perfil dos indivíduos
	Financiamento e promoção	Custos da iniciativa e como ela é divulgada
	Avaliação	Como os cidadãos avaliam a iniciativa e como essa avaliação é utilizada para

		mudanças
	Fatores críticos	Aspectos sociais, políticos, culturais, legais e tecnológicos que favorecem ou não a iniciativa
	Atores envolvidos	Atores envolvidos na iniciativa, seus papéis e suas concepções sobre a plataforma
	Ciclo de produção das políticas públicas	Fases: formação da agenda, análise, elaboração, implementação e monitoramento
	Possibilidades democráticas digitais mediadas pela plataforma	Usos possíveis da plataforma para fins democráticos
Interfaces socioestatais	Bem básico da troca	Informação, poder e bens/serviços
	Gramática relacional	Direções das trocas entre esfera civil e Estado
	Lógica de ação	Fazer saber, fazer fazer e fazer ter

FONTE: Elaboração própria (2015), a partir de Van Dijck (2013), Macintosh (2004) e Vera; Lavallo (2012).

4. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS E TÉCNICAS DE INVESTIGAÇÃO

A operação metodológica centrou-se na realização de um estudo de caso sobre a experiência da plataforma digital Portoalegre.cc, transcorrida entre março de 2011 (lançamento da plataforma) a dezembro de 2014 (desativação da plataforma), referida aqui como uma iniciativa de participação digital. Dadas as diferentes perspectivas sobre o caráter dos estudos de caso, dois conjuntos de posicionamentos orientam o que pode ser definido como um caso (RAGIN; BECKER, 1992). Por um lado, o/a pesquisador/a considera que o caso está “dado” na realidade e pode ser empiricamente verificável ou descoberto, ou o concebe como um construto teórico que existe na medida dos interesses de pesquisa. Por outro lado, em relação à generalidade, os casos são específicos e desenvolvidos no curso da pesquisa, ou são reconhecidos como unidades válidas “externamente” ao desenrolar da investigação.

Frente a esses questionamentos, por mais que a existência da plataforma digital Portoalegre.cc possa dar a ilusão de algo “dado”, considera-se que o caso delimitado aqui é uma construção teórica, que segue determinados interesses de pesquisa, demarcada pelas caracterizações e problematizações já presentes no campo dos estudos sobre democracia digital. Por essa concepção, é possível referir-se à plataforma digital Portoalegre.cc e os processos sociopolíticos relacionados a ela como um caso de democracia digital, que dá desdobramentos a certas condições de participação digital, pelas quais podem ser inferidas as interfaces entre atores estatais e sociais em contextos de experimentalismo democrático.

Assim, para dar conta da problemática que orienta o estudo de caso, as seguintes ações de investigação foram desenvolvidas, conforme objetivos da pesquisa:

1. caracterizar a *participação digital* no caso da plataforma Portoalegre.cc, por meio da descrição dos atores envolvidos (e das suas relações), das tecnologias digitais utilizadas, dos usuários e dos usos, das regras de engajamento, da duração da iniciativa, da extensão do acesso, do financiamento e da promoção da plataforma e dos fatores críticos que atravessaram a sua emergência e o seu desenvolvimento;

2. examinar o *conteúdo* gerado por meio da plataforma, através da análise das causas registradas e compartilhadas pelos cidadãos-usuários;

3. averiguar em que medida a *colaboração* conformou as *possibilidades democráticas digitais* da iniciativa da plataforma Portoalegre.cc;

4. analisar quais *interfaces socioestatais* foram estabelecidas pela *participação digital* no caso estudado e pelas *possibilidades democráticas* digitais proporcionadas por ela.

4.1. COLETA DE DADOS

Por ser uma investigação sustentada na estratégia de estudo de caso, considerou-se que a reconstrução e análise do caso enquanto uma “totalidade” exige a flexibilidade na utilização de técnicas de coleta de dados. Portanto, com essa preocupação, foram realizadas pesquisa documental, sistematização do conteúdo gerado na plataforma digital em um banco de dados, observação sistemática por meio da navegação na plataforma digital e entrevistas semiestruturadas.

O trabalho de campo teve o apoio de um informante-chave que vivenciou o processo do início ao fim da iniciativa: o cofundador da plataforma Portoalegre.cc, Daniel Bittencourt, da empresa de tecnologia Lung (que desenvolveu o projeto) e também, na ocasião, coordenador do curso de Comunicação da UNISINOS. No momento do trabalho de campo exploratório, as fontes documentais coletadas (textuais e imagéticas) foram indicadas e, em parte, disponibilizadas por ele. Alguns vídeos e as produções acadêmicas indicados foram extraídos por meio de busca na internet. Ainda, fez-se a tentativa de coletar documentos oficiais (contratos, termos de convênios, etc) por meio de dois pedidos à administração pública municipal de Porto Alegre, através do expediente da Lei de Acesso à Informação (Apêndice C). Entretanto, eles não foram respondidos. A lista completa com a descrição dos documentos podem ser encontrados no Apêndice A.

Ainda, por parte desse informante-chave, foi disponibilizado um banco de dados, contendo 1827 *causas* registradas na plataforma entre 27 de março de 2011 a 12 de março de 2013. Não foram disponibilizadas as causas inseridas após março de 2013 a dezembro de 2014, quando da desativação da plataforma. As informações sobre as *causas* foram organizadas conformes os campos do formulário de inserção das causas: categoria temática (estipulada como opções na plataforma), título da causa, nome do usuário, causa registrada, local da causa, bairro da causa, data de registro, visualizações no Facebook, *likes* no Facebook e números dos protocolos Fala POA (canal de comunicação da PMPA para serviços e demandas).

Por meio da livre navegação, a ação de transitar entre os *links* e as páginas, as funcionalidades e os aspectos técnicos da plataforma Portoalegre.cc foram descritas e organizadas em um arquivo com a captura das telas observadas. Ainda, as páginas Portoalegre.cc e Voluntários Portoalegre.cc, presentes no Facebook, foram observadas por meio da navegação e pela leitura flutuante dos *posts* registrados. Contudo, por falta de capacidade técnica, não conseguiu-se extrair o grande volume de dados, os quais poderiam constituir-se enquanto dados relevantes sobre a organização e mobilização das ações *offline* realizadas.

Por fim, o informante-chave inicialmente indicou indivíduos que foram importantes para o desenvolvimento do projeto, tanto por parte da empresa Lung, quanto por parte da administração

municipal, sendo confirmada a relevância das indicações pelo questionamento aos outros entrevistados. Um dos possíveis entrevistados, Thiago Ribeiro, não foi indicado pelo informante-chave, sendo sugerido pelo gestor da administração municipal como pessoa relevante para relatar as políticas de Tecnologia da Informação (incluindo a plataforma Portoalegre.cc) então desenvolvidas pela gestão municipal. O roteiro para as entrevistas semiestruturadas contou com cinco perguntas gerativas, que eram anunciadas previamente aos entrevistados (Apêndice B). Foram selecionadas setes pessoas para a realização das entrevistas semiestruturadas (Quadro 6). Entretanto, apenas quatro entrevistas foram bem sucedidas.

Quadro 6. Pessoas selecionadas e entrevistas concretizadas

<i>Nome</i>	<i>Função</i>	<i>Situação da entrevista</i>
<i>Empresa Lung, desenvolvedora do projeto</i>		
Daniel Bittencourt	Co-fundador da plataforma Portoalegre.cc e profissional da Lung	Entrevista realizada
Aline Bueno	Profissional da Lung na área de mobilização do projeto	Entrevista realizada
Domingos Secco	Co-fundador da plataforma e então profissional da Lung	Entrevista não concedida. Motivo alegado: desinteresse em relatar experiência e falta de tempo.
Gustavo Bozetti	Designer e profissional da área de mobilização da Lung	Entrevista não concedida. Motivo alegado: falta de tempo.
<i>Governo municipal</i>		
César Busatto	Atual Secretário de Governança Local da PMPA e acompanhou a época do projeto da Portoalegre.cc na condição de Secretário	Entrevista realizada
Plínio Zalewski Vargas	Então diretor na Secretaria Municipal de Governança Local da PMPA	Entrevista realizada
Thiago Ribeiro	Atualmente coordenador do POA Digital e participou nas discussões sobre a implantação do Portoalegre.cc na ocasião	Entrevista não concedida. Motivo: dificuldade de conciliação de agenda.

FONTE: Elaboração própria (2015).

4.2. ANÁLISE DE DADOS

A heterodoxia no momento da análise é um aspecto fundante da metodologia qualitativa, já que “a variedade de material obtido qualitativamente exige do pesquisador uma capacidade integrativa e analítica que, por sua vez, depende do desenvolvimento de uma capacidade criadora e intuitiva” (MARTINS, 2004, p. 292). Destaca-se, contudo, a necessidade de rigor metodológico por meio da apresentação mais detalhada possível dos métodos de investigação e de interpretação, realizados durante o processo de análise.

Ainda, é bom discutir os tipos de dados coletados e quais as implicações para o exercício de análise. Os dados provenientes das entrevistas semiestruturadas e de fontes documentais primárias e secundárias aqui coletados são comumente materiais da investigação sociológica. Em relação a eles, optou-se pela análise de conteúdo nos termos de Bardin (2011), pela qual é possível efetuar deduções lógicas a partir do conteúdo da mensagem e da origem das mensagens, inferindo “as condições de produção/recepção dessas mensagens”. Conforme essa perspectiva, da descrição analítica do conteúdo das mensagens parte-se para o exercício de interpretação inferencial, ou seja, pressupõe-se que as estruturas semânticas do texto estão relacionadas com os fatores que as caracterizam, ou seja, os sentidos sociológicos do enunciado. Apoiada no software NVivo11, utilizou-se a análise categorial como técnica para “reduzir” o significado das mensagens que compõem as entrevistas semiestruturadas e as fontes documentais e codificá-las de acordo com as dimensões relacionadas à descrição da plataforma e à caracterização da iniciativa de participação digital, definidas pelo problema de pesquisa, conforme Quadro 7 abaixo.

Quadro 7. Categorias utilizados como nós no NVivo

Possibilidades democráticas digitais

Fase do ciclo de políticas públicas - formação da agenda

Fase do ciclo – análise

Fase do ciclo - criação

Fases do ciclo - implementação

Fases do ciclo - monitoramento

Atores envolvidos

Usuários e usos

Tecnologias utilizadas

Regras de engajamento

Duração

Acesso

Financiamento

Promoção

Avaliação da plataforma

Fatores críticos

Modelo de negócio

Status de propriedade

Governança da plataforma

FONTE: Elaboração própria (2015).

Já os dados produzidos a partir da observação por meio da navegação na plataforma e os dados registrados na plataforma digital Portoalegre.cc, disponibilizados na forma de um banco de dados, merecem discussão sobre o caráter desse tipo de dados e as implicações da utilização para a investigação sociológica. Em relação ao primeiro conjunto de dados, a navegação permitiu à pesquisadora examinar as funcionalidades da plataforma digital, colocando-se no papel do usuário que utilizou a plataforma e compartilhou causas por meio dela. O conteúdo desse exame serviu para analisar particularmente as dimensões de tecnologias utilizadas e regras de engajamento que caracterizam a participação digital proporcionada na plataforma, conforme elementos do quadro analítico proposto.

E como pensar as informações registradas na plataforma da internet, organizadas no banco de dados? A princípio, é importante situar que “um volume expressivo de rastros de nossas ações é gerado, monitorado e tratado cotidianamente na internet constituindo imensos arquivos sobre nossos modos de vida” (BRUNO, 2012, p. 681). Assim, entende-se aqui que os registros na plataforma são

rastros digitais, ou seja, são “o vestígio de uma ação efetuada por um indivíduo qualquer no ciberespaço” (*idem*, p. 687). O tipo de conhecimento que pode-se extrair desses rastros digitais são variados e estão em disputa, já que o rastro pode ser tratado “como índice, prova ou evidência, compreendendo a rede como aparato de captura” (*idem*, p. 689), a exemplo dos usos com propósitos comerciais ou de inspeção policial ou estatal, ou como “como inscrições de ações, sendo a rede aquilo que faz proliferar mediadores”, no escopo dos estudos que sustentam-se na teoria ator-rede (*ibidem*).

Entretanto, adotou-se uma posição relativizada para essas duas noções. Fez-se a utilização dos rastros digitais para uma pesquisa acadêmica, sem necessariamente ter a pretensão de vigilância e monitoramento (mesmo que isso evoque uma questão ética que perpassa essa investigação científica). Ao mesmo tempo, entende-se que a rastreabilidade dos dados da internet permite que a agência dos cidadãos-usuários que utilizaram a plataforma Portoalegre.cc possa ser recuperada para efeitos de interpretação sobre o que eles gostam ou o que desagrada, sobre seus interesses e sobre quais tipos de informação são compartilhadas. Como não foi possível realizar entrevistas ou grupos focais com os usuários da plataforma pela dificuldade do acesso a eles, pressupõe-se que os rastros digitais na forma de publicação na plataforma (o *conteúdo*) constitui-se como única fonte de dados sobre a agência dos cidadãos-usuários na relação com a tecnologia digital.

Assim, a fim de caracterizar os usos da plataforma pelos cidadãos-usuários, realizou-se uma análise de conteúdo categorial dos significados das *causas* e dos desdobramentos apontados nas *causas* para as ações dos atores sociais e atores estatais, optando-se pelo tratamento e visualização dos dados por meio dos *softwares* LibreOffice Calc e Tableau Public. As categorias descritivas utilizadas nessa análise de conteúdo específica são apresentadas no decorrer da exposição nas próximas seções. Ainda, para além das informações provenientes das entrevistas realizadas e das fontes documentais coletadas, examinou-se também os dados registrados na plataforma para descrever as dimensões (acesso, duração, financiamento, promoção e fatores críticos) por meio das quais caracteriza-se a iniciativa de participação digital estudada.

5. A PARTICIPAÇÃO DIGITAL MEDIADA PELA PLATAFORMA PORTOALEGRE.CC

A iniciativa da plataforma Portoalegre.cc desenvolve-se, entre março de 2011 e dezembro de 2014, num contexto de certo esgotamento do Orçamento Participativo (OP) como inovação democrática que marcou a história da participação social na cidade de Porto Alegre (BAIERLE, 2007; FEDOZZI; MARTINS, 2015; RENNÓ; SOUZA, 2012). Em certa medida, o lançamento da plataforma impulsionado pela parceria entre a administração municipal e a empresa de tecnologia Lung, *startup* incubada na UNISINOS, procurou dar respostas a essa situação. O órgão da prefeitura proponente da parceria foi a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), a qual, conforme consta na página oficial de apresentação,

[...] atua para construir políticas públicas que priorizem o diálogo, o respeito às diferenças e a solidariedade, com foco nos territórios e nas comunidades. O conceito de governança solidária local é uma novidade nos últimos anos e traz uma nova cultura política baseada em relações horizontais de cooperação em torno de causas comuns. Governança é uma metodologia, uma forma de estabelecer uma arquitetura política com os diversos setores da sociedade de maneira colaborativa e densa de confiança, em torno de um objetivo compartilhado. (PÁGINA..., s.d).

Conforme o secretário responsável pela pasta na ocasião do lançamento da plataforma, atualmente secretário municipal de Governança Local, César Busatto, ao ser questionado sobre a relevância da plataforma Portoalegre.cc para o legado do “paradigma participativo” da cidade, afirma que a plataforma seria:

um novo upgrade, para o próprio OP. [...] Porque tava na nossa cabeça a importância, a necessidade de nós irmos estimulando o pessoal do OP a fazer ações colaborativas. Para que eles não vissem só no orçamento público a possibilidade de participar. Se não tem orçamento público, fica fazendo o quê? Fica em casa, não faz nada? Mas e o teu papel e o papel da tua rede de pessoas da tua comunidade, da tua associação de moradores? E a universidade não pode ajudar? E outros... o Sistema S não pode ajudar? Por que só olhar o orçamento da Prefeitura? Então nós estamos interessados em fazer que a cultura do OP se abra pra uma cultura mais colaborativa, buscando outros atores, não só o orçamento da Prefeitura. Então, a plataforma podia também, ajudar a gerar essa ligação entre as diferentes formas de colaboração e participação[...], criando uma cultura de colaboração com ou sem dinheiro da Prefeitura. (Fonte: César Busatto, entrevista cedida à autora em 31/08/2015).¹³

Nota-se que a ideia de colaboração é constantemente presente na fala do secretário como justificativa para o desenvolvimento da plataforma, e mesmo na apresentação da secretaria o termo é associado à ideia de governança, quando enfatiza o estabelecimento de “uma arquitetura política [...] de maneira colaborativa”. Sugere-se que a ideia de colaboração não pode ser equiparada ao princípio de cogestão¹⁴ que norteou o processo do OP. A ideia de colaboração está alinhada ao programa de Governança Solidária Local implantado pela nova coalização política vitoriosa nas

¹³ As transcrições de entrevistas serão apresentadas nesse formato em toda a dissertação, conforme orientação das normas ABNT.

eleições de 2004, dando fim ao ciclo de 16 anos dos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). Em certo sentido, por meio da experiência da plataforma, o governo municipal apostou em “uma cultura de colaboração” por parte da sociedade, sem a interferência direta do Estado, o que pode ficar mais claro com a descrição da plataforma e com a discussão do caráter da iniciativa de participação digital induzida pelo projeto, apresentadas abaixo.

Antes de abordar esses pontos, cabe destacar que, para além do desenvolvimento e da difusão da plataforma Portoalegre.cc, a iniciativa de participação digital no caso estudado também foi concebida para induzir ações presenciais *colaborativas* no território da cidade. O próprio termo *wikicidade* enquanto denominação da plataforma digital propalada pelos seus fundadores busca expressar essa concepção. Isso indica que a iniciativa pretendeu mesclar a participação digital com a participação *offline*, ou seja, a intenção do projeto era que a utilização da plataforma digital fosse um meio para o fomento de ações presenciais no espaço urbano ou mesmo para novas ações nas redes virtuais.

No decorrer da pesquisa, constatou-se que certas abordagens teóricas priorizam o olhar para a institucionalização das ferramentas de participação digital, dando pouca atenção para os processos presenciais induzidos ou relacionados às plataformas digitais (Macintosh, 2004). Contrariamente a essa perspectiva, entende-se aqui que as caracterizações das iniciativas de participação digital tornam-se mais consistentes quando também analisam a dimensão da participação *offline*. Identifica-se que, mais do que discutir como as formas tradicionais de participação política e de ação coletiva entremeiam-se com ações do ambiente virtual, é necessário refletir como os processos de participação digital, estabelecidos seja por atores civis ou por atores estatais, desdobram-se em ações coletivas presenciais, convergentes com as formas tradicionais de participação política ou sintomáticas de novos repertórios de ação.

Dado então que a iniciativa da plataforma Portoalegre.cc pretendeu mesclar a participação digital e a participação *offline*, a questão a ser investigada é como essa articulação foi concebida e desenhada quando da proposição do projeto. Em fonte documental coletada (PRESTAÇÃO..., 2012), são explicitados o conceito e a metodologia que envolveram a criação e o desenvolvimento da plataforma. Uma questão inicial destacada é a justificativa do porquê da plataforma ser chamada

14 O princípio de cogestão que embasou a experiência do OP em Porto Alegre pode ser relacionado à concepção em que afirma-se a necessidade de novas formas de controle da sociedade sobre o Estado, sendo que o papel dos governos é o de estabelecer ações democratizantes com vistas a incorporar a participação social no processo de decisão e de planejamento, ao tempo em que os movimentos sociais, sem perder a autonomia, passam a exercer o direito à participação na gestão pública (SOBOTTKA, 2004).

de *wikicidade* e a causa inserida no mapa, de *wikispot*, fazendo menção à “geração de conhecimento de forma aberta, colaborativa e emergente” como na experiência do Wikipedia.

Essa forma de geração de conhecimento é definida no documento como a base da metodologia da Inteligência Social, metodologia esta que sustenta a concepção da plataforma Portoalegre.cc e que alicerça “um novo conceito de cidadania”, a *wikicidadania*. A manifestação dessa “nova cidadania” estaria baseada

[...] nos eixos de Cultura de Cidadania, Ética do Cuidado, Corresponsabilização Cidadã e Engajamento Cívico. Articulados, esses pilares são mobilizados por dinâmicas virtuais - em sites de redes sociais, como Facebook e Twitter - e presenciais - através de reuniões presenciais, assembleias, congressos, encontros e eventos. O trabalho visa a construção de um novo posicionamento do cidadão, no qual ele sente-se corresponsável pelo espaço que ocupa na sociedade. Os entes governamentais permanecem com suas atribuições constitucionais, porém contam com o auxílio do cidadão, da iniciativa privada, das organizações não-governamentais e de universidades e órgãos de pesquisa. (PRESTAÇÃO..., 2012, p.9).

A articulação entre as dinâmicas virtuais e presenciais referida fica mais clara quando examinado um esquema presente na fonte documental (Figura 3). As dinâmicas presenciais estariam a cargo da *sociedade civil organizada*, do *poder público* ou da *iniciativa privada*, que induziriam as ações *colaborativas* no território (termos presentes no documento). Depreende-se daí que é determinante a existência de uma densidade participativa da esfera civil para pôr em ação as pautas que seriam mediadas pela plataforma digital. Da agregação de causas compartilhadas, mais curtidas ou menos curtidas, na lógica de compartilhamento do Facebook ou das outras redes sociais, destacar-se-iam demandas coletivas. A partir disso, a plataforma alimentaria a formação das agendas públicas, através do debate de questões de interesse geral.

Figura 3. Esquema da concepção de wikicidade

WIKICIDADANIA



FONTE: PRESTAÇÃO..., 2012, p. 11.

Caberia à Prefeitura esboçar a agenda pública em pautas, com o papel de “representa[r] ações coletivas instituídas pela sociedade civil organizada, poder público ou iniciativa privada em prol de uma ou mais pautas sociais” (PRESTAÇÃO..., 2012, p. 11). Aparece no documento que os movimentos – poder público, sociedade civil organizada e iniciativa privada – poderiam articular suas pautas em agendas públicas, buscando a sinergia com as políticas de Estado e de outras instituições intergovernamentais e de repercussão pública. Ainda, os movimentos disponibilizariam instrumentos nomeados de *interfaces de participação cívica e política* – que “podem configurar interfaces virtuais ou indicar pontos de contato e procedimentos reais” –, com vistas a facilitar “a participação dos cidadãos em suas causas”.

Nesse sentido, para além de uma plataforma digital, o projeto Portoalegre.cc pretendeu desenvolver uma iniciativa de participação digital em interação com as redes de movimentos sociais presentes na cidade. A expressão “metamovimento” mencionada pelo cofundador Daniel Bittencourt resume o conceito, conforme ideia abaixo:

Eu sempre disse que Portoalegre.cc deveria funcionar como um metamovimento. Ele deveria reunir e ser o ponto de encontro de movimentos de organizações governamentais e não governamentais pra desenvolver projetos para a cidade. Como método ele não poderia ter um lado, ainda que nós defendêssemos o diálogo com as instâncias governamentais. (Fonte: Daniel Bittencourt, entrevista cedida à autora no dia 13 de agosto de 2015.)

Tomando o conceito e metodologia do projeto Portoalegre.cc como pano de fundo, passa-se nas próximas seções a descrever a plataforma digital e a caracterizar a iniciativa de participação digital levada a cabo pelo projeto Portoalegre.cc.

5.1. O QUE É A PLATAFORMA PORTOALEGRE.CC

Dado o contexto de emergência do projeto e a apreensão do conceito que o desenha, cabe discorrer, por meio das contribuições de Van Dijck (2013), sobre:

- quais funcionalidades constituíam a arquitetura computacional da plataforma (*tecnologia*);
- como elas podiam ser utilizadas pelos usuários e como eles interagiam com a *social media* (*usuários e usos*);
- como a agência do usuário na relação com a tecnologia pode ser manifesta nos conteúdos registrados na plataforma (*conteúdo*);
- de quem era a propriedade do código da plataforma (*status de propriedade*);
- como, e por quais mecanismos, os dados e os metadados¹⁵ eram administrados ou gerenciadas pela administração municipal ou pela empresa desenvolvedora (*governança da plataforma*) e;
- quais eram as estratégias de manutenção da plataforma (*modelo de negócio*).

Em conjunto com a descrição, serão também referidos alguns aspectos para caracterizar a iniciativa de participação digital, tal como apontado por Macintosh (2004), já que, durante a operação da análise dos dados, percebeu-se que algumas dimensões trazidas pela autora são convergentes com as categorias descritivo-analíticas de Van Dijck (2013), em especial, as dimensões de *tecnologia e regras de engajamento* dos usuários.

15 Metadado é “o dado sobre o dado”, ou seja, são informações necessárias para identificar, localizar, compreender e gerenciar os dados.

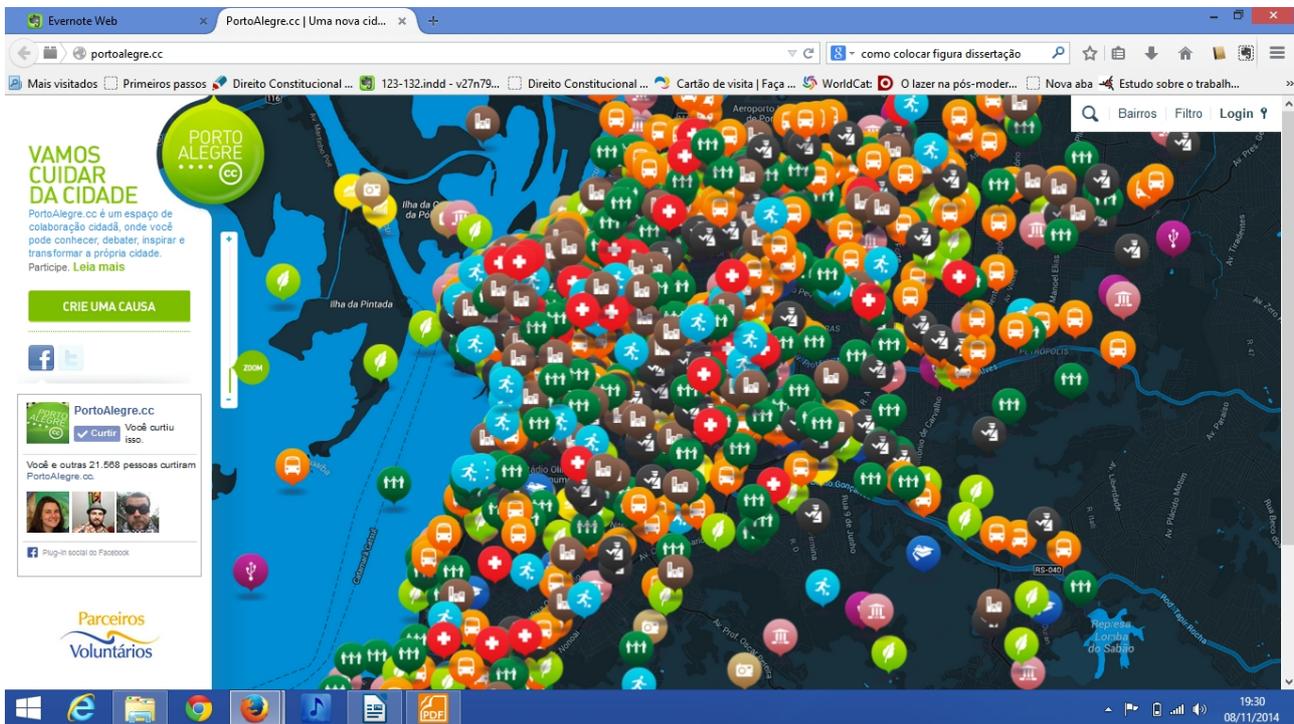
5.1.1. Tecnologia da plataforma Portoalegre.cc

A técnica de livre navegação pela plataforma, colocando a autora na posição de usuário, permitiu perceber as funcionalidades e os recursos disponíveis na tecnologia digital, sustentando-se na ideia de que “as plataformas são provedores de *software*, *hardware* (em alguns casos) e serviços que codificam as atividades sociais em uma arquitetura computacional” (VAN DIJCK, 2013, p. 29, tradução nossa). Nesse sentido, a plataforma processa dados e metadados, por meio de algoritmos e protocolos, que estabelecem uma lógica de interface amigável ao usuário com configurações definidas que expressam a estratégia de quem a desenvolveu, no caso estudado, a parceria entre a empresa desenvolvedora Lung e a administração municipal na instância da SMGL.

Uma primeira questão a ser destacada é que a plataforma foi disponibilizada em um *site* para utilização por meio de notebooks ou computadores, ou seja, não havia possibilidade de acesso por meio de dispositivos móveis, como celulares e *tablets*. A Figura 4 mostra as funcionalidades da plataforma quando o usuário acessava a página inicial no endereço www.portoalegre.cc: em um mapa cartográfico do município de Porto Alegre, proveniente da base do Google Maps, eram apresentados ícones referentes aos *wikispots* gerados pelos usuários, pontos localizados no mapa para chamar atenção a algum aspecto que para o usuário mereceria ser tornado público e transformado numa *causa*. Na barra lateral esquerda, havia uma chamada “Vamos cuidar da cidade” com o texto “Portoalegre.cc é um espaço da colaboração cidadã, onde você pode conhecer, debater, inspirar e transformar a própria cidade”. No link Leia mais, abaixo dessa descrição, eram dadas as seguintes indicações de como o usuário poderia participar:

Todos precisam fazer sua parte. O PortoAlegre.cc nasce com a proposta de ser uma plataforma colaborativa onde todas as pessoas que curtem a cidade podem contribuir. Quem nunca passou um domingo de sol no Parque da Redenção, tomando chimarrão e aproveitando a companhia dos amigos? Ou deu aquela azarada básica no Parcão? Ou ainda, curtiu aquele pôr-do-sol especial na orla do Guaíba, que a gente tem o maior orgulho de dizer que é o mais belo do mundo? O projeto PortoAlegre.cc veio para fazer parte dessas vidas, resgatando histórias, discutindo a cidade e fazendo dela um lugar cada vez melhor. Participar é fácil: basta nos falar sobre o que é Porto Alegre para você. Seja contando histórias, mostrando fotos e vídeos ou sugerindo o que pode ser feito para o futuro da cidade ser cada vez melhor. Na primeira etapa, você pode contribuir criando uma **causa**. Bem, mas o que é uma causa? É algo que pode ser feito para melhorar um lugar em Porto Alegre. Quer uma cidade mais segura? Mais tranquila? Quem sabe, mais sustentável? Você pode ter uma ideia de como colocar isso em prática. E já imaginou que pode haver outras pessoas interessadas em ajudar em levar isso adiante? Mas as causas não se resumem a demandas e anseios. Uma causa pode ser criada para celebrar um lugar. Cadastre no site aquela galeria de arte bacana do seu bairro, o point do skate e do chimarrão. Qualquer lugar que mereça um destaque é bem-vindo no PortoAlegre.cc. Para criar uma causa, basta criar um usuário no site e se conectar com sua conta do Twitter, Facebook ou Google. Daí é escrever a sua ideia e espalhá-la entre seus amigos. Quanto mais gente souber, mais pessoas poderão ajudar a tirar a ideia da sua cabeça e mudar a realidade que nos cerca. (PLATAFORMA..., 2011, n.p., grifo nosso).

Figura 4. Tela inicial da plataforma no endereço www.portoalegre.cc

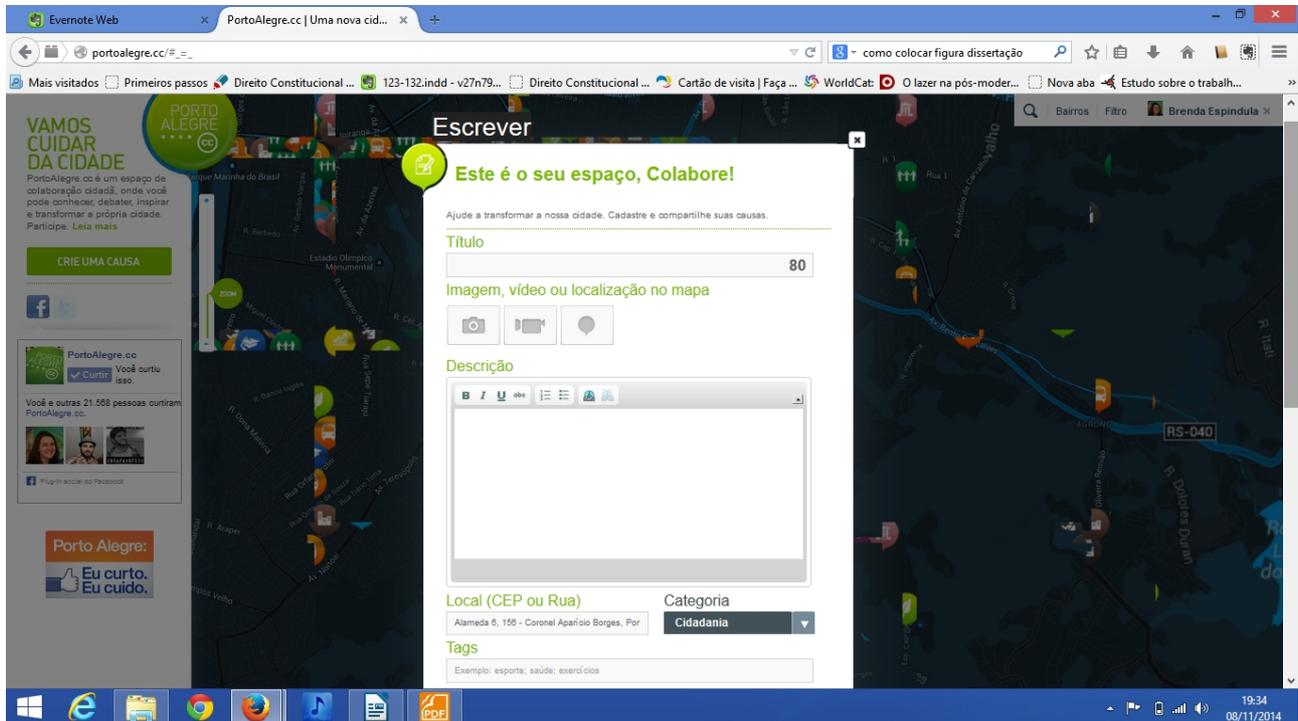


FONTE: Extraído de www.portoalegre.cc em 18 de outubro de 2014.

Ainda, na barra horizontal no canto direito da tela inicial, o usuário podia fazer buscas nos conteúdos das *wikispots* já registrados, por meio de palavras, por indicação de bairros e por outros filtros de busca. Também eram mostrados na tela inicial um *link* para a página do Portoalegre.cc no Facebook e uma animação randômica com os logotipos dos apoiadores do projeto (Prefeitura Municipal de Porto Alegre, Parceiros Voluntários e UNISINOS). Quando clicava-se na animação, uma nova tela era apresentada com o seguinte texto: “Quem apoia essa causa: Fazer uma cidade melhor não é algo que dependa de uma pessoa, de uma empresa ou de um governo. Todos precisam fazer sua parte para que as mudanças tão sonhadas virem realidade. Várias entidades já se engajaram para fazer uma Porto Alegre melhor” (PLATAFORMA..., 2011).

Assim, para criar uma causa, ao clicar “Crie uma causa”, como na tela da Figura 5, era necessário o usuário identificar-se por meio de uma conta com seu perfil no Facebook, Twitter ou Google, podendo então gerar o conteúdo da causa: inseria um título, imagem, vídeo ou localização da causa, o endereço da causa; escrevia uma descrição e *tags* das palavras-chaves da causa; e selecionava uma categoria para a causa, entre as já estipuladas (educação, tecnologia, empreendedorismo, turismo, saúde e bem-estar, esporte e lazer, urbanismo, cultura, segurança, meio ambiente, cidadania e mobilidade urbana).

Figura 5. Tela de inserção da causa na plataforma



FONTE: Extraído do endereço www.portoalegre.cc em 18 de outubro de 2014.

Caso o usuário quisesse conhecer as causas registradas, era possível clicar em um *wikispot* ou fazer buscas por meio da barra de pesquisa. A Figura 6 mostra um exemplo da tela de apresentação das causas registradas, em que o usuário poderia, estando logado por meio da sua conta do Facebook, Twitter ou por e-mail do Google Accounts, comentar sobre a causa e compartilhar a causa e o comentário no Facebook, compartilhar no Twitter (uma plataforma de microblogs) ou por e-mail; observar outras causas parecidas pelas categorias temáticas ou as que estivessem indicadas para o mesmo bairro e identificar quem apoiava a causa (por meio da lista de pessoas que curtiram a causa¹⁶). Ainda, em relação à possibilidade de *avaliação da plataforma* pelo usuário, era disponibilizado um formulário para envio de considerações no link “Fale Conosco”.

Sobre a moderação de conteúdo, ou seja, os atos realizados pelos profissionais que gerenciavam a plataforma tangentes à restrição ou ao disciplinamento por meio da edição das informações registradas e compartilhadas no *site*, foi indicado, em entrevista realizada com o profissional Daniel Bittencourt, que os conteúdos que explicitamente incitavam crime eram as únicas informações excluídas da plataforma. Desse modo, críticas ou reclamações à administração

¹⁶ O Facebook contém a funcionalidade do botão Curtir, pelo qual o usuário expressa a sua aprovação instantânea para uma ideia ou item específico e compartilha com os outros usuários essa aprovação.

municipal ou à figura do gestor municipal não eram aspectos moderados pelo time de profissionais da empresa desenvolvedora Lung.

Nesse sentido, as funcionalidades da plataforma Portoalegre.cc, tais como exposta acima, configuraram-na como um mapeamento participativo *online*, por meio do qual conteúdos georreferenciados eram produzidos e compartilhados pelos usuários que usam a plataforma, possível graças aos recursos de compartilhamento do Facebook, do Twitter e do Google e aos serviços de customização de mapas por meio do API¹⁷ do Google Maps. A decisão por essas tecnologias específicas ficam esclarecidas na fala do profissional da empresa desenvolvedora que coordenou o processo:

O Redenção.cc foi o primeiro projeto, com repercussão, a utilizar colaboração em georreferenciamento como duas camadas, para que a gente pudesse localizar ativos, ativos de memória, ativos de história, ativos afetivos. A gente resolveu manter, [...] levando a mesma tecnologia e os mesmos conceitos pra organizar uma nova cidadania conectada, contemporânea, descrente de partidos políticos, grêmios estudantis e das estruturas clássicas da política, digamos assim. [...]Então a gente decidiu que a repercussão em torno do georreferenciamento tinha sido uma repercussão positiva que não era uma barreira pras pessoas usarem e que a gente deveria tirar proveito dessa novidade tecnológica e da possibilidade (a gente depois acabou implementando filtros) das pessoas enxergarem as causas do seu bairro. [...] A gente tem que usar o eixo do tema com o eixo territorial e poderia ver isso no tempo. Então montamos um software, um ambiente tridimensional, onde se conseguia enxergar necessidades, proposições de pessoas no tempo, no tema e no território. Então se podia selecionar o que estava acontecendo agora dentro de 12 categorias ou de uma seleção específica de categorias. (Fonte: Daniel Bittencourt, entrevista cedida à autora no dia 13 de agosto de 2015.)

17 Application Programming Interface (API), ou Interface de Programação de Aplicativos, um conjunto de códigos e procedimentos padronizados para facilitar a criação de aplicações externas ao próprio produto.

Figura 6. Exemplo de *wikispot* registrado na plataforma



FONTE: Extraído do endereço www.portoalegre.cc em 18 de outubro de 2014.

5.1.2. Usuários, usos e conteúdo

Levando em consideração que as plataformas são construtos tecnoculturais que medeiam a agência dos usuários, estabelecendo nichos de sociabilidade *online*, podem ser distinguidos uma *participação explícita* e uma *participação implícita* por parte dos usuários (VAN DIJCK, 2013, p.33). A participação explícita diz respeito aos recursos utilizados pelos usuários que estão inscritos nas tecnologias, como foi descrito acima. Já a participação implícita refere-se a como os usuários interagem com a plataforma social, podendo ser observados pelas estatísticas de uso, pelas características demográficas dos usuários, por um exercício etnográfico dos comportamentos dos usuários nos usos práticos *in situ* das plataformas ou, ainda, pelas reações dos usuários registradas nos conteúdos publicados. Assim, pela dificuldade em coletar dados sobre as estatísticas de uso e as características demográficas dos usuários da plataforma Portoalegre.cc, e não sendo a intenção dessa dissertação a análise aprofundada dos usuários por meio de etnografia, optou-se pela discussão sobre o significado da ideia de *causa* e a descrição dos conteúdos gerados pelos usuários, inseridos como causas na plataforma Portoalegre.cc. Pressupõe-se que, ao analisar os conteúdos gerados, em especial a descrição das causas, é possível perceber de forma agregada o quê os usuários entenderam por *causa* e quais suas intenções e reações ao utilizar a plataforma.

Primeiramente, é bom dar destaque as *regras de engajamento* formalizadas nos termos de uso da plataforma (TERMOS..., 2011). Antes de estabelecer as condições de utilização, o documento indica a diferença entre usuário e colaborador, já que o primeiro pode utilizar as informações contidas na plataforma sem contribuir com a edição ou geração de conteúdo na forma de *wikispot*. Ainda, estabelece a figura do moderador com o papel de controlar o conteúdo inserido quando apresentarem informações inverídicas ou ofensivas. Não aceitando as condições de uso, ao usuário quanto ao colaborador, é sugerida a não utilização da plataforma.

Em linhas gerais, o usuário não podia utilizar as informações para fins comerciais, lucrativos, partidários ou caluniosos. Já o colaborador responsabilizava-se pela veracidade das informações, pelo respeito aos demais participantes, por não fazer ataques pessoais ou calúnias, por não utilizar para fins criminosos, por respeitar direitos autorais de terceiros, por não utilizar para fins partidários ou comerciais, por respeitar a privacidade dos demais, entre outras. Ainda, o colaborador devia identificar-se corretamente, sem perfis falsos ou de propriedade de terceiros, quando do *login* na plataforma, por meio do Facebook, Twitter ou Google.

Ciente dessas condições de uso, o cidadão-usuário¹⁸ enquanto colaborador da plataforma era estimulado a criar uma causa. Em fonte documental coletada, a qual consiste em uma apresentação difundida em atividades de promoção da Portoalegre.cc pela equipe da empresa desenvolvedora Lung, a *causa* é definida dessa maneira:

É algo que pode ser feito para melhorar um lugar em Porto Alegre. Quer uma cidade mais segura? Mais tranquila? Quem sabe, mais sustentável? Você pode ter uma ideia de como colocar isso em prática. E já imaginou que pode haver outras pessoas interessadas em ajudar em levar isso adiante? **Mas as causas não se resumem a demandas e ansios. Uma causa pode ser criada para celebrar um lugar.** Cadastre no site aquela galeria de arte bacana do seu bairro, o point do skate e do chimarrão. Qualquer lugar que mereça um destaque é bem-vindo no PortoAlegre.cc. E isso não é legal? Para criar uma causa, basta criar um usuário no site e se conectar com sua conta do Twitter, Facebook ou Google. Daí, é escrever a sua ideia e espalhá-la entre seus amigos. **Quanto mais gente souber, mais pessoas poderão ajudar a tirar a ideia da sua cabeça e mudar a realidade que nos cerca. Uma causa não é uma arena de reclamação.** É um espaço para que possamos prestar atenção, botar um olho em cima de algo que possamos, de alguma forma, propor maneiras de melhorar e engajar mais pessoas em prol dessa causa. (TUTORIAL..., 2011, n.p.).

18 Passa-se a referir-se à expressão “cidadão-usuário” como modo de caracterizar o indivíduo que utiliza a internet para envolver-se em iniciativas de participação digital (tais como definidas no quadro analítico dessa dissertação). Pressupõe-se que não é produtivo enquadrar as formas de utilização da internet em certos efeitos democráticos ou escalas de participação política *online*. Pelo contrário, ao tratar de “cidadão-usuário”, evoca-se tanto a ideia da participação implícita, proveniente da agência do usuário na relação com as tecnologias digitais (Van Dijck, 2013), quanto a proposição de granularidade dos ambientes sociotécnicos nos usos democráticos de Chadwick (2012) – pela qual sugere que as novas arquiteturas computacionais da internet permitem aos cidadãos demonstrar a cidadania em diferentes maneiras e condições.

A partir dos elementos apresentados acima, sugere-se aqui a discussão sobre o significado da ideia de *causa* proposta e divulgada pelo projeto da plataforma Portoalegre.cc. Percebe-se que a proposta do projeto propôs a inserção de *causas* que anunciassem uma *demanda* ou um *anseio* por melhorias ou transformações na cidade ou ainda como uma *ênfase* ou *exaltação* de um lugar específico, para que os cidadãos-usuários tomassem conhecimento desses tipos de causas, por meio da lógica do compartilhamento das plataformas sociais, induzindo assim possíveis ações coletivas que materializassem respostas práticas para essas demandas e anseios ou mesmo respostas para uma maior valorização de determinados locais da cidade. Ainda, fica explícito que a causa não deveria significar *queixa* ou *reclamação*, como grifado no excerto acima, pois a *causa* deveria ter um caráter propositivo com vistas às melhorias necessárias e estimular o engajamento para as soluções sugeridas. Ainda, o desdobramento pretendido para a causa é uma ação *colaborativa* entre quem propõe e quem tem interesse por meio do conhecimento da proposta, não ficando definido a priori como essas ações *colaborativas* aconteceriam, quais as formas que assumiriam ou quais seriam as responsabilidades dos atores sociais e dos atores estatais na execução dessas ações *colaborativas*. Mesmo por que as funcionalidades disponíveis na tecnologia não mediarão possibilidades de encontro entre os usuários interessados em executar ações colaborativas.

Considerou-se, assim, que esses significados, os quais dão os contornos para a definição de *causa* (demanda/anseio, ênfase/exaltação e queixa/reclamação), podem ser categorias descritivas para a operação de redução dos significados presentes nos conteúdos gerados pelos usuários, em particular, para os elementos textuais registrados no campo “título da causa” e “descrição da causa”, permitindo demonstrar o que os conteúdos indicam sobre a agência dos usuários no que toca à concepção sobre o que é uma *causa* e quais as intenções dos usuários ao utilizarem a plataforma.

Ainda, a fim de identificar os desdobramentos sugeridos nas *causas* para possíveis ações dos atores sociais ou estatais, em especial, as proposições de ações *colaborativas*, foi desenvolvida uma análise de conteúdo categorial sobre as propostas associadas pelos usuários às *causas*, agrupando-as em categorias análogas. Entendeu-se que as *causas* com significado de queixa/reclamação e de ênfase/exaltação limitam-se a informar ou tornar pública alguma condição problemática que precisa ser resolvida, não apresentando explicitamente propostas para futuras ações. Já as demandas ou anseios, para além de tornar público uma constatação, propõem ou sugerem ações específicas para os problemas levantados. Assim, foram definidas as seguintes categorias descritivas, conforme Quadro 8.

Quadro 8. Categorias descritivas para exame das ações sugeridas propostas nas causas

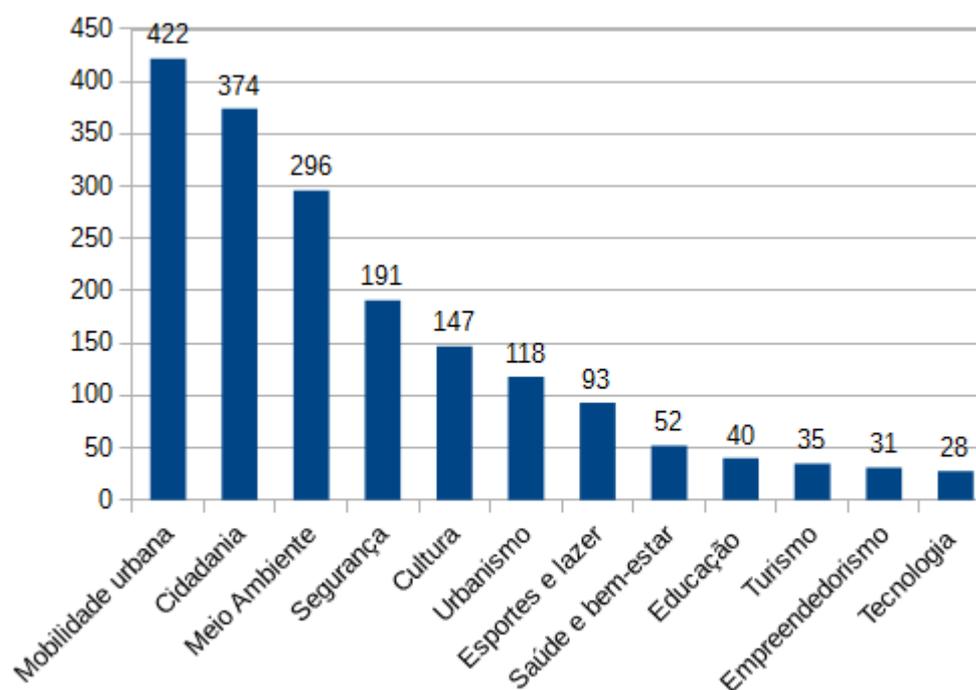
<i>Categorias descritivas</i>	<i>Definição da categoria</i>
Serviço público	Quando a causa faz menção a uma queixa ou ênfase ou demanda por serviço público, da administração municipal ou de outros entes federados.
Política pública	Quando a causa, sendo uma queixa, ênfase ou demanda, trata de uma política pública, em sentido amplo, não a um serviço público específico.
Novo equipamento urbano	Quando a causa, sendo uma demanda, sugere a necessidade de novo equipamento urbano.
Equipamento urbano existente/inexistente	Quando a causa, sendo uma queixa, ênfase ou demanda, trata de um equipamento urbano existente ou inexistente.
Convivência urbana	Quando a causa, sendo uma queixa, ênfase ou demanda, enfoca os comportamentos da população em geral ou de empresas no espaço urbano.
Serviço público/convivência urbana	Quando a causa, sendo uma queixa, ênfase ou demanda, trata, ao mesmo tempo, das ações do poder público quanto da população em geral ou de empresas.
Nova ação coletiva	Quando a causa, sendo uma demanda, propõe ações coletivas entre a população para solucionar problemas. Aqui considera-se ação coletiva em sentido amplo, podendo-se ser a formação de grupo cultural ou esportiva, ações de ocupação do espaço público, de assistência social, de empreendedorismo, etc.
Ação coletiva existente	Quando a causa, sendo uma ênfase, destaca uma ação coletiva existente.
Evento ou local específico	Quando a causa, sendo uma ênfase, destaca um evento ou local específico da cidade.
Serviço privado	Quando a causa, sendo uma demanda ou ênfase, sugere ou divulga serviços privados.
Governança da plataforma	Quando a causa, sendo uma demanda, trata particularmente de reivindicações quanto à plataforma Portoalegre.cc.
Sem conteúdo	Quando o registro não contém conteúdo na descrição da causa ou era identificado como teste.

FONTE: Elaboração própria (2015).

De forma agregada, a análise de conteúdo dos significados das *causas* evidenciou que a maioria dos registros têm o caráter de queixa/reclamação (42,20% do total) – tornar pública uma insatisfação –, seguido pelas causas que contêm demandas ou anseios (31,14%) – apontar uma situação negativa e propor uma solução considerada cabível – e, por fim, as causas registradas como ênfase ou exaltação (24,25%), no sentido de divulgar um local específico, serviços privados, serviços públicos, uma ação coletiva já existente ou informar sobre acontecimentos ou eventos específicos que realizaram-se na cidade.

Em relação aos temas escolhidos para causas registradas pelos usuários, a partir das 10 categorias apresentadas como opções na plataforma, as categorias Mobilidade urbana, Cidadania e Meio Ambiente foram os temas mais associados às causas, enquanto Tecnologia, Empreendedorismo e Turismo foram os temas menos relacionados, conforme Gráfico 1 abaixo.

Gráfico 1. Número de causas por categorias da plataforma Portoalegre.cc



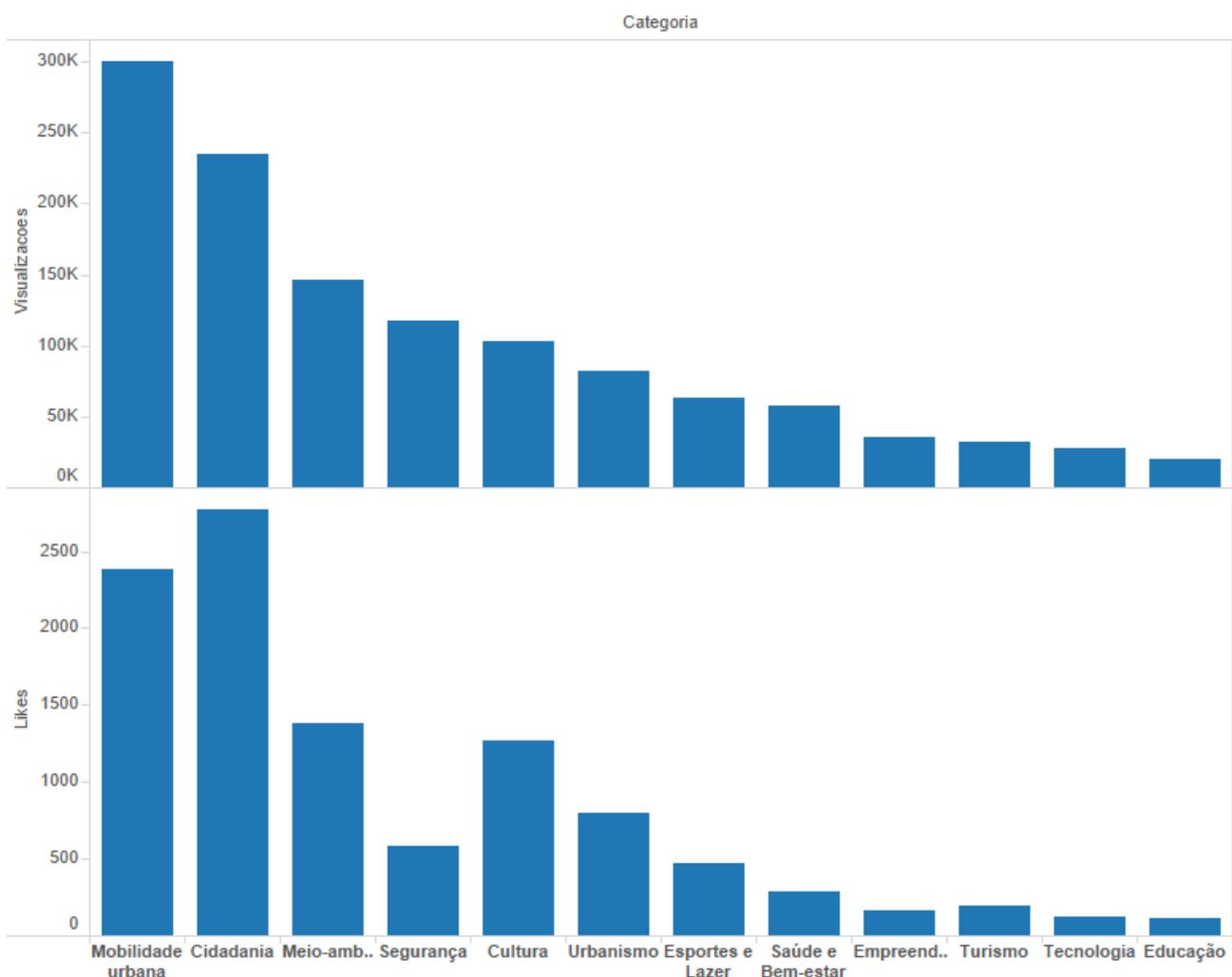
FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco de dados das causas registradas na plataforma Portoalegre.cc (2014).

NOTA: Elaboração própria (2015).

As 1827 causas inseridas na plataforma foram visualizadas aproximadamente mais de 1 milhão e 220 mil de vezes, evidenciando a capacidade de difusão da informação promovida pelo Facebook, conforme Gráfico 2. As causas associadas às categorias Mobilidade Urbana, com

aproximadamente 300 mil visualizações; Cidadania, com mais de 235 mil visualizações; e Meio Ambiente, com aproximadamente 146 mil visualizações, foram as causas mais vistas pelos usuários, seguindo a ordem da frequência das inserções das causas, mas a menos visualizadas foram as categorias Educação, Tecnologia e Turismo. Já em relação às causas que receberam a aprovação pelos “likes” no Facebook, as 1827 causas receberam 10556 “curtidas”, sendo que as causas da categoria Cidadania teve a aprovação por 2.776 usuários, seguido pelas causas sobre Mobilidade Urbana (2386 likes) e sobre Meio Ambiente (1382 likes). As causas sobre Educação, as menos visualizadas, também foram as menos aprovadas com 117 likes.

Gráfico 2. Causas mais visualizadas e mais “curtidas” (número de likes) por categoria



FORNE DOS DADOS BRUTOS: Banco de dados das causas registradas na plataforma Portoalegre.cc (2014).

NOTA: Elaboração própria (2015).

Ainda, como forma de descrever o conteúdo registrado pelos usuários, a fim de examinar os usos da plataforma, apresenta-se uma análise dos significados das causas e dos desdobramentos em ações futuras sugeridas, sistematizados nas categorias preestipuladas na plataforma (mostradas como menu de opção no formulário de inserção de causas). Antes disso, na Tabela 1 abaixo, são apresentadas as frequências relativas dos significados das causas encontradas em cada categoria preestipulada, seguindo o ordenamento da frequência absoluta das causas registradas em cada categoria. A coluna N/A, “não aplicável”, indica a frequência das causas registradas na plataforma as quais continham o conteúdo “teste”, sequência de palavras aleatórias utilizadas para teste (a exemplo de “xxxxxxxxx”) ou ainda o campo da descrição da causa encontrava-se vazio.

Tabela 1. Significado das causas por categorias preestipuladas na plataforma (em %)

<i>Significado da causa/</i>	<i>Queixa/</i>	<i>Demanda/</i>	<i>Ênfase/</i>	
<i>Categoria preestipulada</i>	<i>reclamação</i>	<i>anseio</i>	<i>exaltação</i>	<i>N/A</i>
Mobilidade urbana	58,53	39,57	1,66	0,24
Cidadania	47,33	29,95	17,65	5,08
Meio Ambiente	25,34	17,91	56,08	0,68
Segurança	73,30	24,08	0,52	2,09
Cultura	6,12	24,49	68,03	1,36
Urbanismo	47,46	46,61	3,39	2,54
Esportes e Lazer	21,51	48,39	26,88	3,23
Saúde e Bem-estar	48,08	28,85	21,15	1,92
Educação	27,50	30,00	27,50	15,00
Turismo	11,43	25,71	62,86	0,00
Empreendedorismo	9,68	25,81	61,29	3,23
Tecnologia	14,29	39,29	39,29	7,14

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco de dados das causas registradas na plataforma Portoalegre.cc (2014).

NOTA: Elaboração própria (2016).

Mobilidade urbana

As principais questões registradas nas causas desse tema foram queixas ou demandas por serviços públicos de regulação viária e de fiscalização do trânsito, por construção e implantação de novos equipamentos urbanos (sinaleiras, duplicação de ruas, viadutos, redutores de velocidades, etc), exigências referentes à qualidade do transporte público (em especial, para a condição do transporte público por ônibus) e a exigência por novos modais (transporte hidroviário, aeromóvel, metrô, com destaque para ciclovias e ciclofaixas). Ainda, há queixas ou demandas por novas formas de convivência urbana, enfocando os comportamentos da população no trânsito. De maneira geral, as queixas referem-se à ausência de serviço público ou da qualidade do serviço público executado

ou à ausência de equipamento urbano considerado necessário ou à condição dos equipamentos urbanos existentes. No caso das demandas, há sugestão para a administração municipal ou para outros entes federados de possíveis resoluções para os problemas diagnosticados. Foram identificadas somente quatro causas relacionadas a demandas por novas ações coletivas entre a população (proposta de carona solidária, emplacamento de nomes de ruas, pesquisa sobre mobilidade urbana e abaixo-assinados para novos ônibus em itinerário específico).

Cidadania

Os assuntos tratados pelas causas que foram indicadas nessa categoria são mais variados que as outras categorias, indicando que os usuários têm entendimentos muito diversos sobre o termo. Os conteúdos das causas variam entre queixas e demandas sobre o estado do espaço público e do mobiliário urbano (limpeza urbana, acessibilidade, iluminação, alagamentos, etc), a ocorrência de criminalidade e drogadição em certas localidades, o abandono de animais, a presença de moradores de ruas, a poluição sonora em bairros com casas noturnas e bares, etc. Percebeu-se que a boa parte das causas contém reclamações ou anseios por novas atitudes de convivência urbana entre a população, sem propor especificamente alguma ação coletiva ou intervenção estatal particular, a exemplo dos comportamentos relacionados à limpeza urbana e ao trânsito.

Diferente das queixas ou reclamações, a grande maioria das demandas apontam a necessidade de serviços públicos específicos (com destaque para segurança pública, ordenamento viário, drenagem e limpeza urbana, busca ativa e assistência social), da implantação de novos equipamentos urbanos ou a readequação de equipamentos urbanos já existentes por parte da administração municipal. Poucas delas reconhecem a necessidade de ação conjunta entre Estado e sociedade para a superação dos problemas identificados.

Já as demandas ou os anseios por novas ações coletivas por parte da população giram em torno de temas como ocupação do espaço público (praças e parques), manutenção da zona rural de Porto Alegre e de ações voltadas para proteção dos animais e assistência social para crianças e adolescentes, entre outras. Verificou-se que, dentre essas, muitas foram inseridas por profissionais ligados diretamente ao projeto, seja da empresa desenvolvedora ou da administração municipal.

A ênfase para ações coletivas existentes (em especial projetos sociais de assistência social e proteção aos animais ou ações já existentes de ocupação do espaço público) e a exaltação de locais da cidade e promoção de eventos específicos da cidade também são recorrentes. Verificou-se também que há causas que enfatizam, no sentido da divulgação ou promoção, de serviços privados de empresas ou estabelecimentos comerciais.

É relevante que quatro causas destoam dos assuntos tratados na maioria das causas: duas causas registradas referem-se a abertura do código da plataforma Portoalegre.cc para desenvolvimento de novas funcionalidades da arquitetura computacional, enquanto as outras duas causas denunciam a apropriação privada das áreas do entorno do Estádio Beira-Rio (para requalificação do estádio para a Copa do Mundo) e do entorno da Arena do Grêmio (para empreendimentos imobiliários) sem resolução satisfatória, por parte do poder público, das remoções das famílias atingidas.

Meio Ambiente

Nessa categoria, os conteúdos das causas tratam de assuntos convergentes à questão ambiental. Diferente das categorias anteriores, a grande maioria das causas relaciona-se com a ênfase de serviços privados e a exaltação de locais específicos, de equipamentos urbanos existentes ou de pontos turísticos da cidade. As causas que enfatizam serviços privados referem-se à divulgação de locais na cidade em que são encontrados dispensadores de sacos de lixo para dejetos animais e as propriedades da rota turística Caminhos Rurais de Porto Alegre. Em relação aos dispensadores, uma empresa de comunicação ganhou a licitação para a instalação dos equipamentos, sem ônus financeiro para a administração municipal, e recebeu em contrapartida a possibilidade de agregar pequenos *outdoors* junto aos equipamentos. Nesse sentido, com teor informativo, as causas tratam sobre uma política pública do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU), executada por meio de uma parceria público-privada. Ainda, são destacadas ações coletivas existentes de preservação das ilhas do Delta do Jacuí, de controle epidemiológico (por parte de um Sindicato Rural) e de limpeza do Arroio Dilúvio.

Em relação as queixas e reclamações, a grande maioria indica assuntos como limpeza urbana, coleta de resíduos sólidos, poluição sonora e a degradação de equipamentos urbanos, como praças e parques, mostrando insatisfação com os serviços públicos existentes. Ainda, há reclamações sobre os comportamentos da população, em especial ao descarte irregular de lixo.

Já em relação às demandas ou anseios, a maioria reivindica serviços públicos ou a implantação de equipamentos urbanos. As poucas causas que apresentam anseios por novas ações coletivas sugerem mutirão para a limpeza da Orla do Guaíba ou de praças e a proteção de árvores atingidas por cortes ou podas abusivas realizadas pela administração municipal ou por particulares.

Cultura

As causas registradas nessa categoria são na sua grande maioria relacionadas com a ênfase de locais específicos ou divulgação de eventos específicos (privados ou com financiamento por lei

de incentivo), como se fosse um portal de informação cultural. Há causas que destacam a promoção de serviços culturais promovidos por entes privados ou a informação sobre ações culturais já realizadas por grupos e entidades. As poucas queixas identificadas referem-se ao sucateamento de equipamentos culturais ou ausência de política pública específica para a área cultural, por parte da gestão municipal ou de outros entes federados. Ainda, as demandas sugerem espaços específicos que podem ser transformados em equipamentos urbanos (bibliotecas, centros culturais, mobiliário urbano, etc) ou propõem novas ações coletivas voltadas para a produção cultural. Nas causas que contém demandas por novos equipamentos urbanos, não fica claro se a ação futura sugerida deva ser de iniciativa do poder público, da sociedade ou da parceria público-privada.

Segurança

Mais de 70% das causas registradas contém queixas ou reclamações sobre a presença da violência na cidade ou os riscos da convivência urbana, seja a violência criminal ou a violência no trânsito. A maioria das queixas relatam ocorrências de crimes ou exposição ao risco nos locais indicados, constituindo-se como um mapeamento do crime e da violência do trânsito em Porto Alegre. As outras queixas referem-se especialmente à degradação dos equipamentos urbanos (iluminação, em especial) ou à ausência ou à inoperância dos serviços de segurança pública. Já as demandas exigem equipamentos urbanos, a fim de revitalizar os espaços públicos, e sugerem a presença de maior efetivo de policiais, melhores serviços de policiamento ostensivo e serviços de fiscalização das condutas no trânsito por parte do poder público.

Urbanismo

A exemplo da categoria Cultura, as causas da categoria Urbanismo tratam de diversificados assuntos, que passam pela política de Reforma Urbana ao ordenamento viário. As queixas e as demandas registradas nas causas apresentam-se quantitativamente equilibradas, referindo-se, de maneira geral, às condições urbanas de infraestrutura e à qualidade dos equipamentos urbanos. As causas que indicam a ênfase de algum serviço público ou equipamento existente ou mesmo a exaltação de algum local específico são irrisórias. A grande maioria das queixas indica insatisfação com os serviços públicos e a degradação dos equipamentos urbanos, bem como são críticas à política urbana executada na cidade (em especial, as situações de irregularidade fundiária e de ocupação desordenada). Também são apresentadas reclamações quanto aos comportamentos da população no trânsito ou quanto à limpeza urbana.

Já as demandas referem-se à necessidade de mais e melhores serviços públicos, à atenção do poder público com a manutenção dos equipamentos urbanos existentes, à proposição de

revitalização urbana de determinadas áreas da cidade por meio de parceria público-privada, entre outras. Foram identificadas três causas que tratam de anseios por ações coletivas, sendo duas propostas pelos profissionais da empresa desenvolvedora: a primeira refere-se a uma ação de ocupação do Parque Farroupilha, nomeada de Serenata Iluminada; a segunda refere-se à ocupação de vagas de estacionamento como áreas de lazer durante os fins de semana; e a terceira, propõe a ocupação da Praça Japão, com mutirão para manutenção e restauro das estátuas existentes na praça.

Esportes e lazer

Nessa categoria, boa parte das causas abordam demandas ou anseios por novos equipamentos urbanos voltados para o esporte e lazer, pela revitalização dos equipamentos urbanos já existentes ou sugerem políticas públicas específicas (como Academias da Saúde e de lazer). Ainda, duas causas apresentam propostas para novas ações coletivas (formação de clube de corredores – inserida por profissional ligado ao projeto – e movimento pela revitalização do Cais Mauá).

As causas que enfatizam locais específicos para práticas de esporte na cidade e as causas que descrevem reclamações ou queixas sobre a condição estrutural dos equipamentos urbanos existentes aparecem com a mesma frequência. Da mesma forma que na categoria Cultura, as ênfases ou exaltações de locais conformam um mapeamento de equipamentos urbanos de esporte e lazer que a população pode usufruir. Ainda, foram identificados causas que referem à divulgação de serviços privados vinculados ao esporte ou a promoção de eventos esportivos específicos. Em relação às reclamações, a maioria discorre sobre o sucateamento de equipamentos urbanos existentes, sendo que uma queixa refere-se explicitamente à apropriação privada de uma praça por parte de um condomínio horizontal.

Saúde e bem-estar

A maioria das causas nessa categoria são referentes a queixas sobre serviços públicos e equipamentos urbanos de saúde ou relacionadas a reclamações sobre comportamentos da população diz respeito à limpeza urbana, ao abandono de animais ou à presença de moradores de rua e usuários de drogas em espaços públicos. As causas que contém ênfases abordam a divulgação de serviços privados de estabelecimentos comerciais ou ainda de projetos sociais de apoio a usuários de drogas, câncer de mama, etc. Já as causas que tem conteúdos com teor de demandas ou anseios, ou seja, constata uma situação e propõem uma solução, reivindicam mais e melhores serviços públicos e equipamentos urbanos na área da saúde. Ainda, aquelas demandas que sugerem novas ações coletivas por parte da população propõem a mobilização para práticas coletivas de esporte, de

promoção de estilo de vida (vegetarianismo) e ações de combate à dengue (essa inserida por profissional ligado ao projeto).

Educação

As demandas, as queixas e as ênfases têm frequência proporcional nessa categoria. As demandas diagnosticam determinadas situações e sugerem ações do poder público relacionadas à implantação de novos equipamentos urbanos educacionais, a programas de formação profissional ou ao ordenamento viário mais eficiente. Ainda, as demandas sugerem novas ações coletivas por parte da população no que toca à criação de um banco de projetos urbanísticos (sugestão inserida por profissional ligado ao projeto), ao apadrinhamento de estudantes e movimento pela implantação de uma escola de Ensino Médio. A maioria das causas que relatam queixas ou reclamações abordam comportamentos da população relacionados à limpeza urbana e postura no trânsito. Já as ênfases destacam serviços públicos existentes, serviços privados ou indicam projetos sociais realizados, com intuito de divulgação dos mesmos.

Turismo

A grande maioria das causas nessa categoria referem-se a ênfases ou exaltação de locais específicos na cidade, em especial, pontos considerados turísticos ou espaços públicos aprazíveis, como um mapeamento com caráter de guia turístico digital. Já as demandas e as queixas indicam locais ou equipamentos urbanos existentes que necessitam de revitalização urbana para tornarem-se atrações turísticas, sendo que as demandas sugerem possíveis intervenções urbanísticas ou paisagísticas.

Empreendedorismo

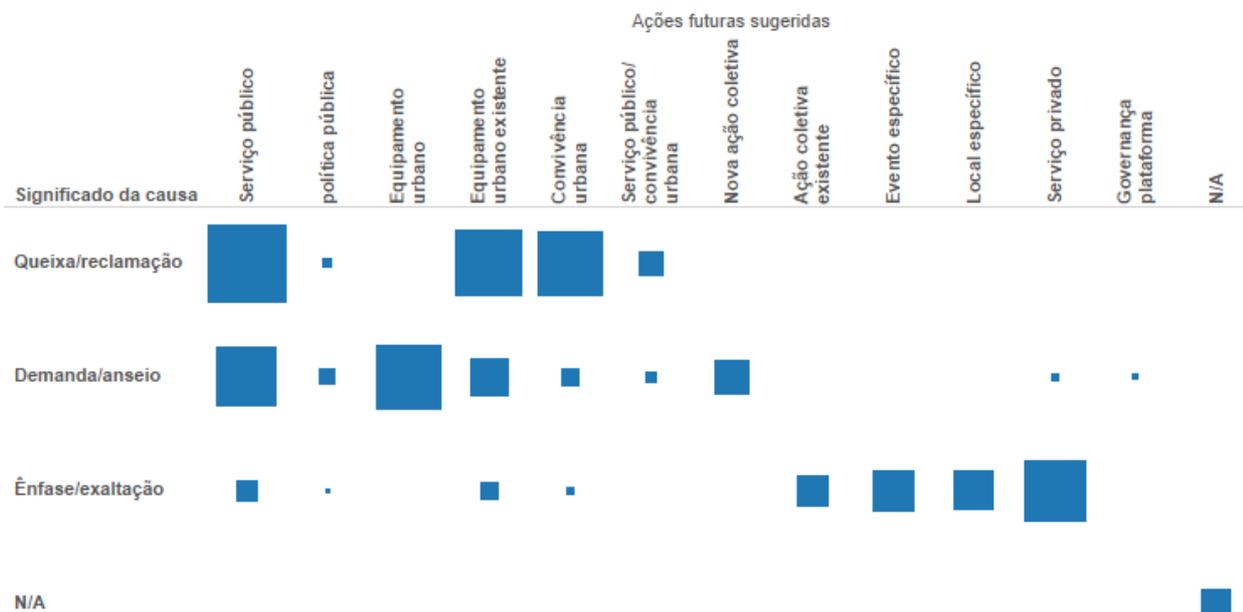
A maioria das causas relacionam-se com ênfase ou exaltação de serviços privados, de eventos específicos a serem realizados ou, ainda, a projetos de economia solidária existentes na cidade. Já as demandas tratam ou de reivindicações ao poder público quanto a melhores condições para o desenvolvimento das atividades empresariais já existentes ou propostas para ações coletivas de promoção de feiras, reativação de estabelecimento comercial tradicional ou mobilização para construção de um centro cultural (foram identificadas quatro, sendo duas delas inseridas por profissionais ligadas ao projeto).

Tecnologia

As causas nessa categoria contém mais demandas e ênfases do que queixas ou reclamações. As demandas tratam de proposições sobre locais, como praças e *shoppings*, onde deveriam disponibilizar acesso à internet por redes sem fio (Wi-fi). Ainda, é sugerido um serviço público de monitoramento da qualidade das bacias hidrográficas. Já as ênfases tratam ou de divulgar locais em são disponibilizadas essas redes (pontos de acesso oferecidos pela Prefeitura ou ainda estabelecimentos comerciais) ou de promover serviços privados relacionados à tecnologia. Já as reclamações abordam a precariedade dos serviços públicos de acesso à internet ou de empresas de telecomunicações.

No Gráfico 3 são indicadas as frequências dos significados das causas no cruzamento com as ações futuras sugeridas (de acordo com as categorias descritivas propostas nesse estudo) para o montante geral das causas registradas. Na representação gráfica, quanto maior a área do quadrado, maior a frequência absoluta das causas, conforme condição indicada no cruzamento.

Gráfico 3. Frequência das causas pelos significados e ações futuras sugeridas



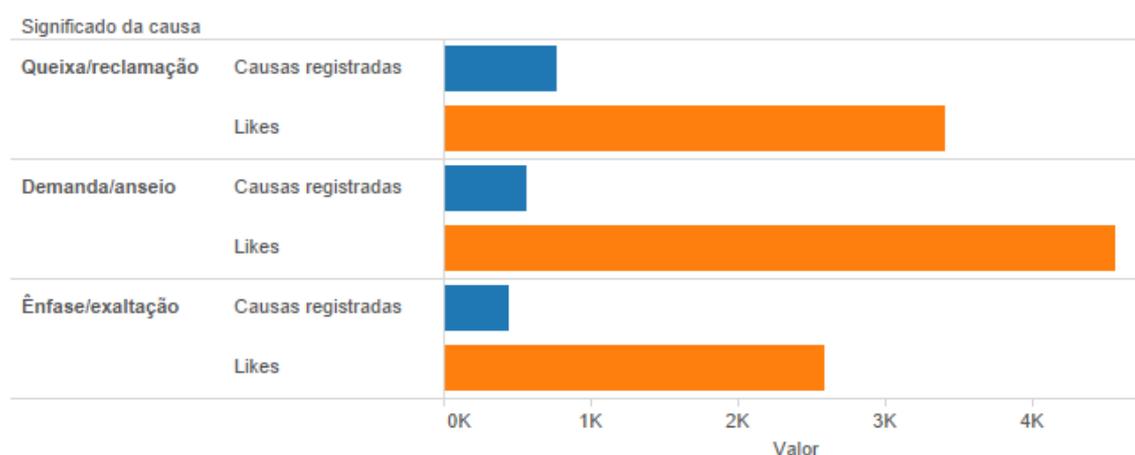
FORNE DOS DADOS BRUTOS: Banco de dados das causas registradas na plataforma Portoalegre.cc (2014).

NOTA: Elaboração própria (2015).

Fica claro que as queixas ou reclamações são mais referentes aos serviços públicos, aos equipamentos urbanos existentes e à convivência urbana, enquanto as ênfases ou exaltações destacam mais os serviços privados e locais ou eventos específicos. Já as demandas e anseios também relacionam-se com mais intensidade aos serviços públicos, a novos equipamentos urbanos ou aos já existentes. Percebe-se que as causas que tratam sobre demandas por novas ações coletivas por parte da população ou ênfases para ações coletivas existentes totalizam 113 causas (6,19% do total), concluindo-se que os usuários pouco utilizaram a plataforma para proposição de ações *colaborativas* ou para destaque de ações já existentes na cidade. Muitas das demandas por ações *colaborativas* foram inseridas pelos profissionais ligados ao projeto, seja da administração municipal ou da empresa desenvolvedora, identificados pelo nome a partir da lista das pessoas entrevistadas pela autora.

Em relação às causas mais “curtidas”, sendo os *likes* provenientes ou de outros usuários da plataforma ou da rede de amigos do Facebook, por meio da qual foi compartilhada a causa registrada, identificou que o total das causas que indicaram demandas ou anseios receberam maior aprovação (4560 *likes*), seguido pelas queixas e reclamações (3405 *likes*) e pelas ênfases (2591 *likes*). Nesse sentido, os cidadãos que inseriram causas diretamente na plataforma Portoalegre.cc utilizaram mais para relatar queixas ou reclamações, sendo que os cidadãos que visualizaram o conteúdo registrado tiveram mais interesse pelas demandas ou anseios, de acordo com o Gráfico 4.

Gráfico 4. Causas inseridas e *likes* por tipo de causa

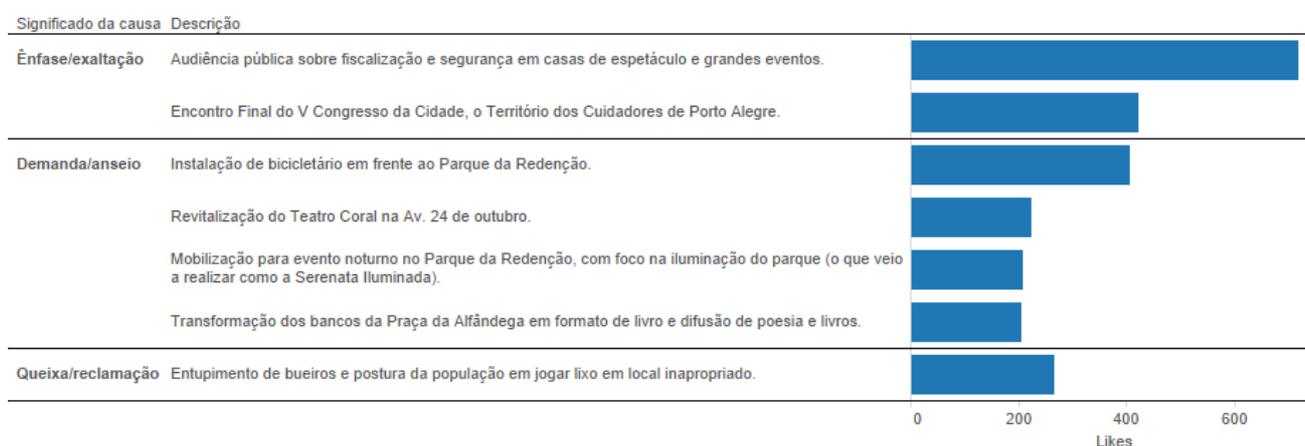


FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco de dados das causas registradas na plataforma Portoalegre.cc (2014).

NOTA: Elaboração própria (2015).

As duas causas de maior interesse tratam da ênfase para dois eventos específicos: uma audiência pública sobre segurança em casas de espetáculos, promovida pela Câmara Municipal, e o encontro final do V Congresso da Cidade, promovido pela Prefeitura e parceiros. Grande interesse também foi por demandas ou anseios para equipamentos urbanos e para ações coletivas em espaço público, bem como para uma reclamação sobre entupimento de bueiros e comportamentos inapropriados da população em relação à limpeza urbana. O Gráfico 5 abaixo sintetiza essas informações.

Gráfico 5. Causas que tiveram mais likes



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco de dados das causas registradas na plataforma Portoalegre.cc (2014).

NOTA: Elaboração própria (2015).

5.1.3. Status de propriedade, governança e modelo de negócio da plataforma

Para além do entendimento das plataformas como um construto tecnocultural, por meio das dimensões trazidas nas seções anteriores, pelas quais é possível examinar a tecnologia em si e como ela medeia a interação humana, Van Dijck (2013) trata as plataformas e as redes digitais como “manifestação das relações de poder entre produtores institucionais e consumidores individuais” (p. 27, *tradução nossa*), a fim de destacar as estruturas de poder preexistentes em termos dos contextos socioeconômicos e legais em que as tecnologias emergem. Para além da agência dos usuários, também há a agência de atores institucionais, como governos e corporações, envolvidos em processos econômicos e regulatórios que, ao codificarem as arquiteturas computacionais de uma determinada forma e desenvolverem as tecnologias digitais com certas funcionalidades e não outras, estabelecem estruturas de poder preexistentes à agência do usuário. Por isso, Van Dicjk (2013)

sugere o olhar para o *status de propriedade* da plataforma – se ela é um bem público, se é posse de uma empresa com fins lucrativos, ou é desenvolvida por organizações sem fins lucrativos e quais os valores a ela associados –, para a *governança* da plataforma – no sentido de examinar quais os mecanismos de gerenciamento do tráfico de dados e dos conteúdos gerados – e para o *modelo de negócio* – a grosso modo, se há ou não formas de monetização a partir dos conteúdos registrados e disponibilizados nas plataformas.

Primeiramente, é preciso deixar claro que a plataforma Portoalegre.cc enquanto arquitetura computacional foi desenvolvida e gerida pelos profissionais ligados à *startup* Lung, uma empresa de tecnologia de pequeno porte incubada na UNISINOS. A Lung apresenta-se como:

[...] uma Agência de Inteligência Colaborativa que desenvolve sistemas de engajamento inovadores para transformação de pessoas e territórios. O trabalho da Lung é despertar a consciência integrada de comunidades, transformando projetos em soluções de colaboração nos segmentos da cidadania, transparência e corresponsabilização. Aplicamos metodologias de engajamento social em equivalência de forma com a natureza, para os setores privado, público, ONGs e instituições que compartilhem de reais intenções de evoluirmos para um mundo mais aberto, conectado e compartilhado. (APRESENTAÇÃO..., s.d.).

Os cofundadores da plataforma Portoalegre.cc e profissionais da Lung, Daniel Bittencourt (também, na ocasião, coordenador do curso de graduação em Comunicação Digital da UNISINOS) e Domingos Secco, já atuavam em conjunto no projeto Redenção.cc, projeto esse que pode ser caracterizado como uma estratégia de marketing da UNISINOS em função da instalação de um novo campus da universidade município de Porto Alegre.

Por dez semanas, a gente desenvolveu o Redenção.cc e conseguimos construir o conceito de que a UNISINOS elaboraria um modelo comunicacional de marketing que envolveria experiência com seu público, que trabalhasse com um eixo de colaboração muito forte, mas que ao final do projeto entregaria essa tecnologia para a cidade. (Fonte: Daniel Bittencourt, entrevista cedida à autora no dia 13 de agosto de 2015).

Assim, a partir dessa experiência, a Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL) propôs a parceria com o grupo de profissionais da Lung, sendo, então, desenvolvida a plataforma Portoalegre.cc. Tanto os gestores da administração municipal, quanto esses profissionais, deixam explícito nas entrevistas que o desenvolvimento da tecnologia digital ficou a cabo exclusivamente da Lung. Nesse sentido, o código-fonte da plataforma Portoalegre.cc, ou seja, as linhas de programação que formaram o software em sua forma original, eram posse da empresa Lung. Percebeu-se que, no momento do estabelecimento da parceria, essa questão não foi alvo de tratativas por parte da SMGL, sendo ponto de discussão entre as partes, quando da necessidade do desenvolvimento de novas funcionalidades e da decisão por novo aporte de recursos financeiros da administração municipal, conforme excerto da entrevista abaixo.

[...] eu voltei a conversar com a Lung e disse: 'olha, tchê, nós temos que evoluir essa plataforma'. E aí surgiu um problema muito chato, que eu vou te contar. Não é crítica a ninguém, mas é o que realmente nos

emperrou o processo. É o seguinte, o governo, a PROCEMPA, quem trabalha com tecnologia, disse: 'Buzzato, tudo bem, vamos avançar isso, mas isso tem que ser código aberto, porque nós não vamos fazer todo esse investimento num site que fica sem o nosso controle, nós vamos ter que responder por isso no Tribunal de Contas. Nós estamos investindo num site privado. Então, a única possibilidade de justificar isso, seria o site, a plataforma abrisse o seu código, para ser aberto e público. Eu achei até cheguei a propor aos meninos, que eles anunciassem a abertura do código no FISL, Fórum Internacional Software Livre, que eu acho que aconteceu em 2013. Poxa, vai ser um grande momento, eles abrir, lá tem um pessoal do software livre, nós vamos ter PROCEMPA junto com desenvolvedores, podendo fazer as novas funcionalidades.' (Fonte: César Busatto, entrevista cedida à autora em 31/08/2015).

A abertura do código da plataforma Portoalegre.cc somente foi proposta pela Lung em dezembro de 2014, por meio de anúncio nas redes sociais.

E hoje, decidimos dar um dos passos mais importantes nesta caminhada—abrir o código-fonte do PortoAlegre.cc. Em setembro, anunciamos essa ideia ao governo da Suécia—de entregar o código da aplicação para que ela possa auxiliar na resolução de causas e desenvolvimento de ideias em um país que é um laboratório vivo de participação e democracia. Com essa decisão, a primeira experiência de wikicidade no Brasil, que ajudou a formar outros projetos bacanas de cidadania como o Meu Rio, agora poderá ser acessada e implementada por qualquer cidadão disposto a sair do conforto de sua cadeira e a unir forças para modificar a realidade atual. Temos duas versões do PortoAlegre.cc, mas apenas a mais recente em nosso repositório no Github—o primeiro, mais antigo, em PHP; o segundo, com mais features, em Ruby on Rails. Se você estiver disposto, poderá nos ajudar a fazer com que este movimento se amplifique para que possamos atender mais e mais pessoas. (ÉHORA..., 2014).

Pelo exposto, identifica-se que o status de propriedade da plataforma Portoalegre.cc era da empresa desenvolvedora Lung, uma sociedade anônima fechada, ativa no com Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ) desde 26 de setembro de 2011. Mesmo com o endereço registrado em domínio .cc, em alusão às licenças Creative Commons (CC), que permitem a cópia e compartilhamento com menos restrições que o tradicional “todos os direitos reservados”, o código-fonte da plataforma era de propriedade privada, durante a duração da iniciativa. Entretanto, nas cláusulas quanto à forma de disponibilização do conteúdo da plataforma digital presentes nos termos de uso (TERMOS..., 2011), indica-se que aos conteúdos das causas inseridas na plataforma pelos usuários eram disponíveis nos termos da Licença Creative Commons de atribuição e compartilhamento de uso não-comercial, possibilitando a qualquer um a criar, copiar, modificar e distribuir o conteúdo da plataforma digital PortoAlegre.cc, mas proibindo o uso comercial desse conteúdo.

Essa forma de disponibilizar os conteúdos gerados, por meio da licença Creative Commons, é indicativa tanto da governança quanto do modelo de negócio da plataforma, ou seja, os conteúdos gerados não podiam ter fins comerciais por quem utilizasse os dados, pressupondo-se que a própria Lung também não fazia uso comercial das informações registradas.

Ainda, nos termos de uso (TERMOS..., 2011), aborda-se o “caráter colaborativo da plataforma digital PortoAlegre.cc”, sugerindo que a governança da plataforma era autorregulada:

A plataforma digital PortoAlegre.cc constitui-se num ambiente colaborativo, aberto à livre expressão dos usuários e colaboradores. Por se tratar de obra colaborativa, **não há atribuição de direitos autorais e tampouco é possível aos Colaboradores obstem a participação de outros autores**. Dessa forma, **a plataforma PortoAlegre.cc não assume responsabilidade por nenhuma consequência que possa advir de qualquer relação direta ou indireta, ação ou omissão, que o Usuário ou o Colaborador faça baseado nas informações e outros materiais desta plataforma digital, além de perda ou dano relacionado a imprecisão destas.** (TERMOS..., 2011, n.p., grifo nosso).

Entretanto, havia exclusão de conteúdo, por parte dos profissionais da Lung, quando eram inseridas informações pejorativas ou quando faziam incitação a crimes, bem como, no início da iniciativa, constitui-se um conselho de governança com os principais apoiadores do projeto, como identificado no trecho da entrevista abaixo.

Se constituiu uma rede inicial de apoiadores com os três principais, UNISINNOS, Prefeitura de Porto Alegre e Parceiros Voluntários, somados a uma série de organizações, para que se criasse uma espécie de conselho de governança, de modo a evitar o uso político-eleitoral do Portoalegre.cc. Esse não foi o propósito, sempre foi propósito o desenvolvimento político da cidadania, não o desenvolvimento partidário. Partimos do seguinte pressuposto: se as pessoas discutirem as necessidades, propuserem projetos e implementarem essas coisas, nós estaremos construindo a cidadania de uma outra forma, uma forma mais contemporânea. (Fonte: Daniel Bittencourt, entrevista cedida à autora no dia 13 de agosto de 2015).

Ainda, pela obrigação do usuário estar logado em uma conta no Facebook, no Twitter ou Google, para gerar conteúdo na plataforma e compartilhar as causas nessas redes sociais, as formas de governança dessas plataformas acabaram atravessando a governança da plataforma Portoalegre.cc. Em especial, a lógica de compartilhamento do Facebook, codificada nas suas interfaces e nos seus algoritmos, e a suas políticas de controle do tráfego de dados e de moderação de conteúdo influenciaram decisivamente a difusão dos conteúdos da plataforma Portoalegre.cc.

Além do projeto Redenção.cc e Portoalegre.cc, os projetos até então desenvolvidos pela Lung são em sua grande maioria desenvolvidos e financiados em parceria com o poder público (Ágora em Rede, rede social do governo municipal de Canoas, município da Região Metropolitana de Porto Alegre); Curtindo Porto Alegre, uma agenda colaborativa da Prefeitura Municipal de Porto Alegre; e Mapa da Transparência, um aplicativo de dados abertos sobre os gastos do governo estadual do RS). Além disso, um dos projetos foi desenvolvido em parceria com a corporação de tecnologia IBM (Tchêpedia, uma enciclopédia colaborativa sobre a cultura gaúcha). Assim, percebe-se que, por mais que não houvesse monetização com o conteúdo registrado ou com dados provenientes do controle do tráfego dos usuários, a plataforma Portoalegre.cc fazia parte do portfólio da empresa Lung, sendo divulgada internacionalmente como “*case* de sucesso” da empresa, o que garante expertise para estabelecimento de novas parcerias.

5.2. O PROJETO DA PLATAFORMA PORTOALEGRE.CC COMO UMA INICIATIVA DE PARTICIPAÇÃO DIGITAL

Após descrever a plataforma digital enquanto um construto tecnocultural e uma estrutura socioeconômica, passa-se à caracterização do projeto da plataforma Portoalegre.cc como uma iniciativa de participação digital utilizando-se das dimensões apontadas por Macintosh (2004). Nesse sentido, são discutidos o *acesso* dos cidadãos à iniciativa; a *duração*, o *financiamento* e a *promoção* da iniciativa; as relações entre os *atores* envolvidos; as atividades de participação digital e as relações com o *ciclo de produção das políticas públicas*; e os *fatores críticos* que garantiram a continuidade ou descontinuidade do projeto. Procurou-se também, ao longo da caracterização da iniciativa, apresentar as ações presenciais relacionadas com as atividades de participação digital. Por fim, aponta-se o exercício de interpretação sobre as *possibilidades democráticas digitais*, a partir das características da iniciativa da plataforma Portoalegre.cc.

5.2.1. Acesso dos cidadãos à iniciativa

Para discorrer sobre esse ponto, antes de tudo, é necessário resgatar dados quanto à situação do acesso à internet no Brasil e na Região Metropolitana de Porto Alegre, já que é um fator estruturante para o estabelecimento de experiências de participação digital. Abaixo são apresentados alguns dados da pesquisa suplementar “Acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal”, sistematizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (IBGE/PNAD, 2013). Por meio deles, caracteriza-se a situação do país e da Região Metropolitana de Porto Alegre, não sendo disponíveis dados desagregados para o município de Porto Alegre.

Por meio da pesquisa, averiguou-se que 49,4% das pessoas com mais de 10 anos no país haviam utilizado a Internet nos últimos três meses, ou seja, um pouco mais da metade da população brasileira não acessa a Internet. No meio rural, somente 18,6% tiveram acesso à Internet. Na média do país, as mulheres têm percentual (49,5%) um pouco maior do que os homens (49,3%), sendo que é maior a diferença entre os percentuais de utilização das mulheres jovens em relação aos dos homens jovens. O percentual é maior (75,7%) entre a faixa etária de 15 e 17 anos, seguido de 73,8% entre 18 e 19 anos e de 70,5% entre 20 e 24 anos.

Em relação aos anos de estudo e escolaridade, quase 90% das pessoas que têm mais de 15 anos de estudo acessam à internet, enquanto somente 18,6% entre os que têm 1 a 3 anos de estudo. Mas quem mais utiliza a Internet do total da população brasileira, são os que tem Fundamental

incompleto (35,8%) e Ensino Médio incompleto (23,7%), já que há mais pessoas entre a população nesses níveis de escolaridade. É interessante perceber, entretanto, que somente 29,9% das pessoas com Fundamental incompleto acessam à Internet, mesmo que elas correspondam pelo maior uso de usuários. Já em relação às que tem Ensino Médio incompleto, o percentual é bem maior, chegando a 68,7%. Entre os estudantes, 74,9% utilizaram a Internet nos últimos três meses da pesquisa, sendo que na rede pública o percentual é de 68% e na rede privada é quase universal, com 96,3%.

É notório o fato de que o rendimento per capita é fator fundamental para o acesso à Internet: 89,9% das pessoas com rendimento per capita maior que 10 salários-mínimos utilizam, enquanto somente 33,8% das pessoas com menos de $\frac{1}{2}$ salário-mínimo tem a oportunidade de acesso. De maneira geral, os dados apresentados pela pesquisa evidenciam que mais da metade da população no Brasil não utiliza a Internet, sendo o fato de ser jovem (com pequena tendência para jovem mulher), ter mais anos de estudos e ter maior rendimento per capita as condições mais propícias para o uso da Internet no Brasil.

Em relação à Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA), o percentual de utilização é um pouco maior que a média nacional, atingindo o percentual de 59,7% do total da população, sendo que, ao contrário do país, o percentual de utilização dos homens (61%) é um pouco maior do que o das mulheres (58,5%). Ainda, o fato da população ser mais envelhecida do que no resto do país, a maior quantidade de pessoas que utiliza a Web está na faixa etária entre 30 a 39 anos, sendo que 72,7% das pessoas nesse grupo de idade fazem uso, significativamente maior do que os percentuais nacionais (de 30 a 34 anos, 60,3%, e entre 35 a 39 anos, 54%). Em relação aos jovens da RMPA, os percentuais também são maiores que os nacionais, sendo que, entre 15 a 19 anos, 83,9% dos jovens tem acesso e, entre 20 a 24 anos, o percentual é de 81,6%.

Em relação aos anos de estudo, o percentual segue a tendência nacional, já que 29,5% da utilização da Internet é feita por pessoas com 11 a 14 anos de estudo, sendo que quanto menor os anos de estudo, menor o percentual de utilização. É quase universal o acesso à Internet das pessoas com Ensino superior incompleto, chegando a 94,5%. Ainda, o maior número de usuários tem entre 1 a 2 salários-mínimos de rendimento per capita, chegando a 31,8% do total da população que utiliza a Internet.

Sobre a situação do município de Porto Alegre/RS, a tese apresentada por Côrrea (2014) tratou sobre as possibilidades da utilização da internet para a participação política. O pesquisador produziu um perfil representativo do uso da internet em Porto Alegre e investigou de que maneira ela é utilizada pelos usuários para as questões políticas, concluindo que a boa parte dos indivíduos utiliza a rede virtual para fins lúdicos, associados às atividades de lazer e diversão. Também verificou que os baixos percentuais encontrados de realização de atividades políticas por meio da

internet reproduz a pouca participação política de modo presencial, afirmando que “embora nem toda a população se envolva com política, os que participam *online* parecem perceber a Web como um subsídio à sua participação *offline*” (CÔRREA, 2014, p. 261). Ainda, o autor constatou que as desigualdades do acesso digital derivam-se das condições sociais e econômicas dos indivíduos, sugerindo que há “uma forte relação entre o uso da Internet e os indicadores socioeconômicos”, convergindo com os indicadores apresentados pela pesquisa do IBGE acima referida (*ibidem*, p. 262).

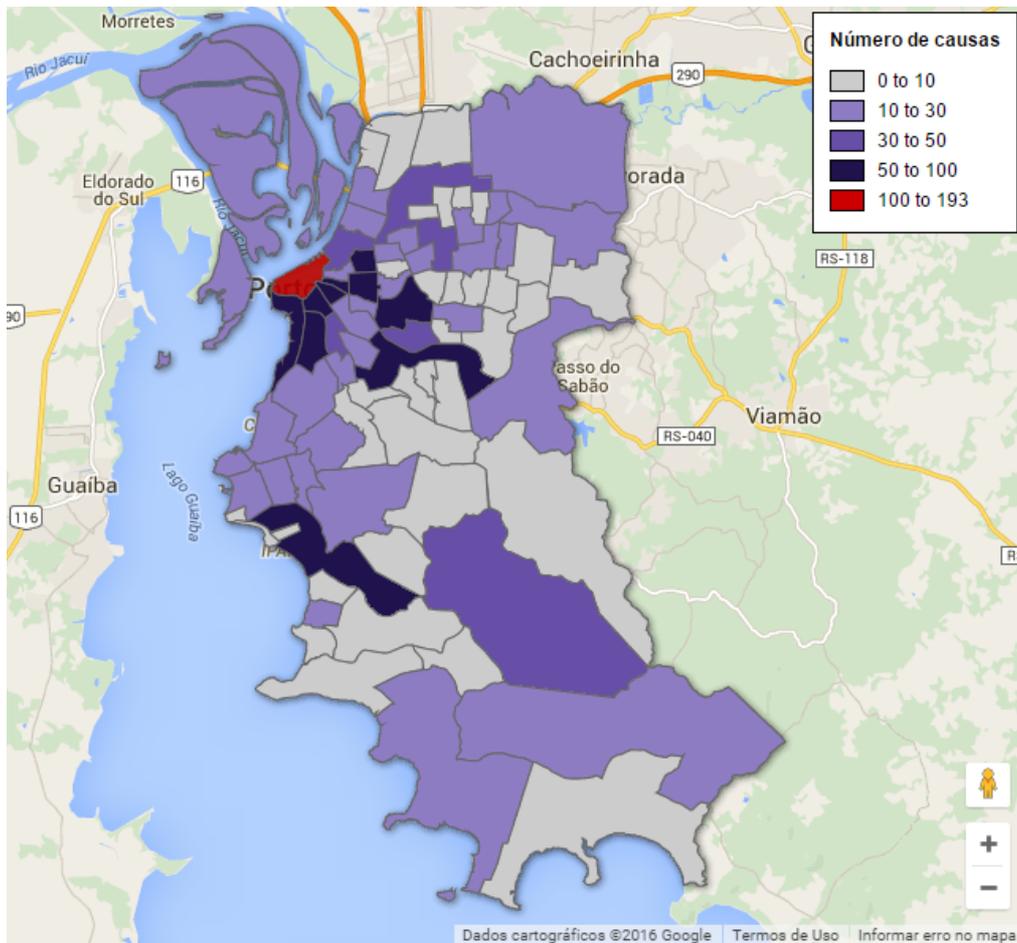
Pode-se afirmar que, na Região Metropolitana de Porto Alegre, primeiro, os jovens da RMPA são mais conectados que os jovens de outras regiões do país, bem como os indivíduos das outras faixas etárias acessam mais à internet em relação ao restante da população brasileira. Entretanto, permanece a condição de serem os mais escolarizados e com maior rendimento os indivíduos que mais acessam a Internet na RMPA, seguindo a tendência nacional. Nesse sentido, o fato de ser jovem (com pequena tendência para o jovem homem), ter mais anos de estudos e ter maior rendimento per capita são as condições mais propícias para o uso da Internet no RMPA, demarcando, por consequência, o acesso às iniciativas de participação digital que ocorrem na Região Metropolitana de Porto Alegre e nos municípios que a compõem.

Por não conseguir extrair dados sobre os usuários da plataforma Portoalegre.cc, por meio dos dados dos perfis e das contas do Facebook, Twitter e Google Accounts, utiliza-se aqui dados secundários encontrados no relatório de prestação de contas de um ano do projeto (PRESTAÇÃO..., 2012), fonte documental cedida pelo cofundador Daniel Bittencourt. Coletados entre março de 2011 e março de 2012, esses dados dizem respeito a duas características demográficas (sexo e faixa etária) dos usuários que curtiram a página Portoalegre.cc no Facebook, instrumento de divulgação e promoção da plataforma, sendo um universo maior que a dos usuários que inseriram causas no *site* da plataforma. Em dezembro de 2014, a página Portoalegre.cc continha 21568 curtidas, ou seja, esse número de pessoas tornaram-se fãs da página, recebendo as informações publicadas sobre o projeto na sua linha do tempo no Facebook. Contudo, em um ano de projeto, a página continha 8220 fãs, para os quais a distribuição entre os sexos era equânime e a maioria dos usuários estava na faixa etária entre 25 a 34 anos, seguido pelos usuários entre 18 a 24 anos, segundo os dados presentes na fonte documental coletada.

Ainda, apresenta-se uma análise do número de causas por bairros, por meio da visualização em um mapa produzido no *software* Google Fusion Table, com os mapas georreferenciados dos bairros, de acesso público, disponíveis na página do ObservaPOA/PMPA (Figura 7). A inserção das causas atingiu quase a totalidade dos 83 bairros oficiais do município de Porto Alegre, sendo identificadas causas associadas a 76 bairros. Entretanto, há uma predominância

de causas registradas nos bairros da área central e adjacentes à região, com exceção para um bairro da Zona Sul, sendo que os 12 bairros com mais causas registradas correspondem a 44,66% do total das causas (na Tabela 2).

Figura 7. Mapeamento das causas registradas por bairros



FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco de dados das causas registradas na plataforma Portoalegre.cc (2014).
NOTA: Elaboração própria (2016).

Tabela 2. Frequência das causas registradas em 12 bairros

<i>Bairro</i>	<i>Número de causas</i>	<i>% do total</i>
Centro Histórico	192	10,51
Petrópolis	89	4,87
Praia de Belas	70	3,83
Menino Deus	65	3,56
Partenon	62	3,39
Farroupilha	59	3,23
Cidade Baixa	58	3,17
Moinhos de Vento	57	3,12
Bom Fim	57	3,12
Rio Branco	55	3,01
Ipanema	52	2,85
Total das causas nos 12 bairros	816	44,66

FONTE DOS DADOS BRUTOS: Banco de dados das causas registradas na plataforma Portoalegre.cc (2014).

NOTA: Elaboração própria (2016).

Como forma de examinar se os bairros com maior concentração de causas registradas correspondem aos bairros com maiores indicadores de renda e educação, realizou-se o cálculo do coeficiente de correlação linear de Pearson entre a frequência das causas por bairros e os dados do rendimento médio dos responsáveis por domicílio (em salários mínimos) e do número médio de anos de estudo dos responsáveis por domicílio, provenientes da base de dados do Censo Demográfico 2010 do IBGE. Em ambas associações, os coeficientes podem ser interpretados como uma correlação positiva fraca, sendo que os anos de estudo ($r = 0,39$) têm maior intensidade do que o rendimento ($r = 0,21$).

Em entrevista realizada, a concentração do registro das causas nos bairros da área central e adjacências é justificada pelas diferenças culturais entre a população da região central e a dos bairros periféricos, para além do aspecto do acesso à internet.

Acho que ao acesso à internet sim, mas acho também a cultura. Acho que essa área central é mais ativa, mais participativa, mais guerreira, ela tá mais perto do poder público. O pessoal da periferia... já tem as suas... é o Fala POA e o OP. Então o Portoalegre.cc não era uma necessidade, porque aí tu tá trabalhando muito com a necessidade, e se tu tá na região mais periférica, o cara precisa de educação, de saúde, de pavimentação, ele tá vivendo as suas necessidades. Pra isso, o Portoalegre.cc não era o formato. O formato era pra quem quisesse uma conversação com os outros, isso geralmente (*pausa*), até acho que poderia chegar lá um dia, mas acho que inicialmente impactou mais quem já tem um certo nível de exigência, um certo padrão de qualidade de vida. (Fonte: César Busatto, entrevista cedida à autora em 31/08/2015).

Pelos dados trazidos acima, pode-se inferir que o acesso dos cidadãos à iniciativa da participação digital, proporcionada pelo projeto da plataforma Portoalegre.cc, foi oportunizado, primeiramente, àqueles que utilizam a internet. Assim, os dados do PNAD/IBGE 2013 são enfáticos em indicar que quase metade da população da Região Metropolitana de Porto Alegre não utiliza a

internet, sendo um limitante para a expansão de iniciativas com esse caráter. Ainda, os usuários da plataforma e da página do Portoalegre.cc no Facebook têm um perfil etário jovem e a grande maioria que participou da plataforma Portoalegre.cc têm interesse com as questões urbanas relacionadas aos bairros próximos da área central da cidade de Porto Alegre, já que grande volume das localizações das causas foi registrado nos bairros dessa região, com exceção para um bairro da Zona Sul.

5.2.2. Duração, financiamento e promoção da iniciativa

Sobre a duração temporal da iniciativa, é necessário distinguir o período de exposição da plataforma Portoalegre.cc na internet, o período em que o projeto foi financiado pelo poder público e o período de desenvolvimento do projeto com recursos da empresa Lung. A plataforma hospedada no endereço www.portoalegre.cc ficou ativa entre março de 2011 (quando do seu lançamento) a dezembro de 2014 (quando tornou-se indisponível na internet), sendo, durante esse período, ou foi financiada através de um convênio firmado entre a SMGL e a UNISINOS, ou por recursos da própria empresa desenvolvedora.

Em relação ao financiamento da iniciativa, as fontes documentais coletadas e as entrevistas realizadas indicam que o desenvolvimento da plataforma enquanto arquitetura computacional não foi financiado por convênio específico a esse único objeto. Para além do seu desenvolvimento, os recursos do poder público destinavam-se também à realização de seminários, encontros e grupos de trabalho e de ações de compilação de conteúdo por parte da UNISINOS, durante as etapas do V Congresso da Cidade, processo de planejamento participativo promovido pela PMPA durante o ano de 2011.

Na sua convocatória, em fonte documental coletada, o V Congresso da Cidade é divulgado como “parte de um conjunto de iniciativas que os diversos atores governamentais e não-governamentais vêm desenvolvendo para definir uma visão de cidade comum em alguns pontos” (V CONGRESSO..., 2011, n.p.) e, para além das etapas presenciais nos bairros e nas regiões de planejamento, a plataforma Portoalegre.cc fez parte dos instrumentos de mobilização e de participação, como descrito abaixo, sendo ela lançada no evento inaugural do congresso.

Através da plataforma colaborativa www.portoalegre.cc, os porto-alegrenses poderão disponibilizar informações e promover a articulação, mobilização e a cooperação na forma de redes, em torno de causas que promovam o desenvolvimento da cidade e fortaleçam a cultura da corresponsabilidade nos bairros, sensibilizando indivíduos e comunidades para o objetivo de Cuidar de Porto Alegre. (V CONGRESSO..., 2011, n.p.).

Percebe-se a parceria entre PMPA e algumas universidades de Porto Alegre para a coordenação das atividades das Comissões Temáticas instituídas no processo do congresso, o que incluiu a UNISINOS.

Uma das principais parcerias que será construída no seminário [evento inaugural do V Congresso da Cidade] está relacionada à participação de pelo menos quatro grandes universidades do Rio Grande do Sul [...]. As instituições irão coordenar as discussões sobre quatro grandes temáticas, promover dois seminários ao longo do ano - um no primeiro e outro no segundo semestre -, organizar grupos de trabalho temáticos, promover encontros trimestrais e um encontro mensal sobre suas respectivas áreas. (DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE, 2011, p.1).

Fica esclarecido que o objeto do convênio orientou-se para a sistematização das informações inseridas na plataforma digital, a serem utilizadas como subsídio nas etapas presenciais do V Congresso da Cidade, como se a plataforma já fosse um instrumento desenvolvido pela UNISINOS, conforme fonte documental abaixo.

Com a UNISINOS como parceira na condução dos debates do eixo do Desenvolvimento Humano, a prefeitura de Porto Alegre manifestou o interesse de que a plataforma colaborativa PortoAlegre.cc compilasse dados e informações que subsidiassem as discussões nas etapas bairros, regiões do Orçamento Participativo, regiões de Planejamento e na final, que consolidou as discussões e os consensos em torno de objetivos comuns para o município. (PRESTAÇÃO..., 2012, p. 13).

Não foi possível a coleta dos documentos do convênio e o plano de trabalho correspondente. Contudo, as entrevistas realizadas e as fontes documentais coletadas indicaram que, após a assinatura de um Protocolo de Intenções entre PMPA e UNISINOS, na data do dia 24 de março de 2011, foi firmado um convênio entre Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local (SMGL) e Universidade do Vale dos Sinos (UNISINOS), com duração de 330 dias, correspondendo ao período de 05 de junho de 2011 a 29 de abril de 2012. O montante de recursos públicos do convênio foi na ordem de R\$ 300 mil, conforme proferiu o secretário César Busatto. Ainda, após o fim do convênio, em meados do primeiro semestre de 2012, o cofundador Daniel Bittencourt afirma que a empresa Lung passou a custear as ações relacionadas à plataforma, com grandes dificuldades, e buscou novos parceiros da iniciativa privada que tivessem interesse no projeto e no seu financiamento.

Ainda, a partir da pesquisa documental (DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE, 2012), evidencia-se um contrato entre Companhia de Processamento de Dados do Município de Porto Alegre (PROCEMPA) e Lung Tecnologia em Inteligencia Social Ltda., no valor de aproximadamente R\$ 15 mil, com o objeto de prestação de serviços técnicos para integração dos softwares Portoalegre.cc e FalaPOA, com duração de 30 dias, a partir da data de 14 de março de 2012. O FalaPOA é o canal de prestação de serviços da PMPA, por meio do qual os cidadãos podem requerer serviços da prefeitura ou fazer reclamações e denúncias via telefone e internet.

Expostas as análises sobre a duração e o financiamento do caso estudado, cabe tratar sobre a promoção da iniciativa enquanto dimensão que discute como as atividades de participação digital foram divulgadas e promovidas ao público-alvo pretendido. Por ser uma novidade, qualquer iniciativa de participação digital procura popularizar ou atingir o seu público específico, fazendo-se conhecer, sendo a adesão dos cidadãos a chave para o seu desenvolvimento (MACINTOSH, 2004). Desse modo, os métodos de promoção são os mecanismos que estimulam os cidadãos a acreditarem na iniciativa e a utilizarem as ferramentas digitais de participação. No caso do projeto da plataforma Portoalegre.cc, identificou-se as ações de promoção podem ser qualificadas em quatro tipos: ações virtuais, ações de publicidade impressa, ações presenciais de divulgação e mobilização e ações presenciais no território. As duas últimas não podem ser consideradas como mecanismos restritos à promoção da plataforma, pois elas também são formas de participação *offline* que desdobraram-se em conjunto com as atividades de participação digital.

Em fonte documental (PRESTAÇÃO..., 2012), são relatados os passos que envolveram a criação da *wikicidade*, tratando das fases de preparação, qualificação, ativação e acompanhamento. Primeiramente, com a definição de um grupo indutor realizou-se a modelagem do projeto de acordo com a realidade local. Cita-se a UNISINOS, a prefeitura de Porto Alegre e ONG Parceiros Voluntários como os responsáveis em viabilizar o projeto, num primeiro momento. Indica-se, então, que foram realizadas reuniões de voluntários e oficinas de capacitação como forma de qualificar os multiplicadores da metodologia. Na fase de ativação, fez-se o lançamento do projeto, a divulgação em veículos da mídia local e nas redes sociais, bem como criou-se um grupo de voluntários voltados para “ações criativas”, seguida pela fase de acompanhamento, na qual a UNISINOS deu suporte tecnológico e projetou novas funcionalidades com o articulador local e outros parceiros.

Nesse sentido, as ações virtuais de promoção envolveram a produção de campanhas nas redes sociais. Com a criação de uma página no Facebook e um blog, eram compartilhados as causas com maior repercussão ou as consideradas relevantes, matérias ou informações de outros veículos que tratavam de assuntos candentes para a cidade; fazia-se enquetes sobre temas urbanos e divulgava-se campanhas. Em especial, a campanha Sai do Facebook promovida na página procurava estimular a circulação e a ocupação do espaço urbano (Figura 8). O cartaz digital também foi impresso e distribuído no evento final do V Congresso da Cidade, constituindo-se em uma ação de publicidade impressa.

Figura 8. Campanha Sai do Facebook na página Portoalegre.cc



FONTE: PRESTAÇÃO..., 2012, p. 76.

Já as ações presenciais de divulgação e mobilização – as reuniões de voluntários e as ações de capacitação – cumpriram com o objetivo de articular multiplicadores para a metodologia do projeto. Tanto as reuniões quanto as capacitações, tinham um formato semelhante, no qual eram abordados quatro eixos: 1) *Conhecer*, em que discutia-se a ideia de wikicidadania e as interfaces de participação cívica e política; 2) *Conectar*, a plataforma Portoalegre.cc era apresentada e explicava-se o seu funcionamento; 3) *Cocriar*, em que fazia-se o mapeamento das causas e a proposição de ações; e 4) *Corresponsabilizar*, no qual discutia-se como a causa poderia tornar-se uma ação para superar as problemáticas da cidade e como ela poderia ser ativada e disseminada.

As oficinas de capacitação atenderam às necessidades acordadas com a Secretaria de Governança Local de Porto Alegre (SMGL), constitutivas do conveniamento com a UNISINOS. Verificou-se que a concepção das oficinas foi um trabalho conjunto da universidade e da Prefeitura de Porto Alegre, representada pelas SMGL, CapacitaPoa¹⁹ e ObservaPoa²⁰, seguindo o formato dos

19 Como apresentado na página sobre governança da PMPA, o CapacitaPOA é um programa governamental que reúne instituições com o objetivo de “capacitar a rede de participação democrática da cidade”. Disponível em http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smg/default.php?p_secao=88, acesso em 20 de dezembro de 2015.

20 O Observatório da Cidade de Porto Alegre (ObservaPOA) é uma estrutura governamental da PMPA que organiza e produz dados e indicadores sobre o município, com vistas a “qualificar a gestão participativa”. Disponível em <http://www.observapoa.com.br/default.php>, acesso em 20 de dezembro de 2015.

quatro eixos acima descritos. O público-alvo definido foram as pessoas envolvidas nos comitês de Mobilização dos Bairros (parte integrante do V Congresso da Cidade), no projeto Social Na Boa em POA, no CapacitaPoa, no Orçamento Participativo, nos Fóruns de Planejamento da cidade de Porto Alegre, nas Redes de Proteção à Criança e ao Adolescente e nos conselhos municipais existentes. Em abril de 2012, foram realizadas três oficinas em locais da região Centro (na sede da Prefeitura), região Leste (no Colégio Anchieta) e na região Sul (em um Centro Comunitário), as quais envolveram 136 pessoas provenientes de 51 bairros da cidade.

Em relação aos voluntários, um grupo no Facebook com 103 usuários e um formulário de cadastro na plataforma Portoalegre.cc eram os instrumentos de adesão e mobilização do conjunto de pessoas interessadas em discutir as causas e planejar ações. Foram realizadas sete reuniões de voluntários, organizadas por profissionais da empresa Lung diretamente vinculados a essa função, ocorridas geralmente na Escola de Design da UNISINOS, sendo três no ano de 2011 (março, abril e novembro) e quatro em 2012 (janeiro, fevereiro, março e maio). Sobre o caráter das reuniões e a forma como elas eram organizadas, percebe-se o papel decisivo dos profissionais da equipe do projeto na seleção das causas que eram destacadas, conforme trecho da entrevista abaixo.

Nós fazíamos muito de largar uma causa, daí a reunião se separava em grupos. Geralmente a metodologia era essa. Seleccionávamos algumas causas, ou eram as mais curtidas ali na página, ou eram as mais acessadas na plataforma. A gente fazia uma triagem e dizia 'ó essas e essas causas estão tendo mais visibilidade, pelo compartilhamento no Face'. (Fonte: Aline Bueno, profissional da equipe do projeto, em entrevista cedida à autora no dia 26 de agosto de 2015.)

Ainda, sobre o perfil dos voluntários, eram pessoas interessadas pela projeto da plataforma e que variavam de reunião para reunião, bem como alguns integrantes da administração municipal acompanhavam esses eventos.

Quanto aos voluntários, acho que normalmente alguns me pareciam que estavam indo pra reunião de bairro de moradores e ficavam reclamando. Nós provocávamos muito para que eles trouxessem as soluções. [...] O perfil era muito variado, não haviam muitas coisas em comum. O que a gente conseguia definir é que a maioria era classe média, normalmente de uma área central da cidade, se fossemos pegar o raio. Raramente havia gente a Zona sul ou do extremo norte da cidade, era um raio mais central. Gente desde 20 anos de idade a 40, 50 anos, era bem variada. Me parecia que as pessoas sentiam que iam achando que teriam soluções imediatas para os problemas da sua rua e acabavam não dando continuidade. (Fonte: Aline Bueno, profissional da equipe do projeto, em entrevista cedida à autora no dia 26 de agosto de 2015.)

Por fim, as ações presenciais no território eram desdobramentos das reuniões de voluntários e das oficinas de capacitação. Na medida em que determinadas causas eram discutidas e ponderadas nesses encontros, fazendo-se a discussão de como elas poderiam transformar-se em ações práticas, a equipe do projeto Portoalegre.cc e os voluntários envolvidos mobilizavam novas pessoas, entidades públicas e veículos regionais de mídia para a execução das ações definidas. Mutirão de limpeza da Orla do Guaíba, piquenique na Praça Japão, aniversário de um ano do

projeto com ocupação da Praça Araguaia e Serenata Iluminada no Parque da Redenção foram as atividades promovidas. Também afirma-se no relatório de prestação de contas do projeto (PRESTAÇÃO..., 2012, p.86) que algumas ações não foram diretamente produzidas pela equipe e voluntários do Portoalegre.cc, mas que foram desdobramentos das reuniões e das oficinas, incluindo a instalação de uma ecobarreira no Arroio Dilúvio, um mutirão de limpeza da prainha do Iberê, um piquenique no Centro Cultural Zona Sul e um evento de subida do Morro da Polícia.

Cabe também destacar que a equipe do projeto Portoalegre.cc divulgou a experiência em eventos nacionais e internacionais que trataram de participação social, gestão pública, tecnologias da informação e da comunicação, novas mídias, inovações para as cidades e democracia, bem como a plataforma digital recebeu prêmios na área do design no ano de 2011.

5.2.3. Atores envolvidos na iniciativa

Macintosh (2004) pondera que os atores envolvidos com as iniciativas de participação digital tendem a ser bem diversificados frente aos processos participativos *offline*, inclusive em virtude da necessidade de suporte sociotécnico para as experiências. Apesar da diversidade dos atores nublar em certa medida a tentativa de responder quem “possui” os resultados e quem tem responsabilidades pelas decisões, o exercício de caracterização das iniciativas deve buscar esse entendimento. Um caminho é examinar as atividades estabelecidas durante o processo de implantação da iniciativa e identificar quais as responsabilidades dos atores. Quem desenvolve o conteúdo nas plataformas digitais? Quem gerencia e controla o processo de participação? Quem fornece informações e dados para além do conteúdo gerado pelos usuários? Quem promove e auxilia a promover a iniciativa? Quem analisa e avalia os resultados? Quem incorpora os resultados nas políticas públicas? Quem dissemina os resultados atingidos? Segundo Macintosh (2004), essas são perguntas que podem auxiliar a análise dos papéis dos atores na criação e na implantação das iniciativas.

Nesse sentido, é equivocado definir o projeto Portoalegre.cc como exclusivamente uma iniciativa governamental ou, do contrário, como uma iniciativa da esfera civil, proveniente da atuação de uma universidade e de uma empresa de tecnologia. Depreende-se que a UNISINOS, em particular, os profissionais integrantes do curso de Comunicação Digital, e a empresa Lung, incubada no seu parque tecnológico, haviam projetado uma concepção de ferramenta digital quando do projeto Redenção.cc. A administração municipal, por meio das instâncias da Secretaria Municipal de Governança Local (SMGL), com a intenção de reinventar a participação social na

cidade, estabelecem a parceria para que essa ferramenta digital fosse utilizada com esse objetivo. Estes podem ser considerados como os atores-chave que desencadearam a iniciativa.

Então, a plataforma não é uma plataforma da UNISINOS e nem da prefeitura, mas era dos parceiros. E isso foi muito bem entendido. O Busatto [secretário municipal] teve um papel importante na construção política dentro da prefeitura, para que o Portoalegre.cc não fosse uma instância aparelhável. [...] várias outras tecnologias começaram a surgir nesse contexto. No primeiro semestre de 2011, a prefeitura de Canoas lançou o *Ágora Virtual*, que era uma instância de conversação com o prefeito Jairo Jorge. Em maio do mesmo ano, foi lançado o Gabinete Digital pelo governo do estado e mais ou menos na mesma época tinha sido lançado o *Meu Rio*. Qual a diferença dos 4? O *Meu Rio* claramente se posicionava como uma tecnologia ou metodologia de oposição ao governo, de enfrentamento. Já o Gabinete digital e o *Ágora Virtual* eram instâncias governamentais. A gente posicionou, desde o princípio, antes desses outros dois aparecerem, o Portoalegre.cc como uma metodologia e uma tecnologia de conciliação. (Fonte: Daniel Bittencourt, entrevista cedida à autora no dia 13 de agosto de 2015.)

O conselho de governança inicialmente instituído contava com representantes da administração municipal, com profissionais da UNISINOS e da Lung e a ONG Parceiros Voluntários. Esse conselho teve maior atuação nos momentos iniciais da experiência, nos quais discutiam-se o desenho, a concepção e a metodologia do projeto. Para além das reuniões de modelagem do projeto, não fica claro como esta última instituição responsabilizou-se pelas fases do projeto, pressupondo-se que ela realizava a divulgação do projeto entre os voluntários que participavam da ONG.

Todavia, a intenção dos gestores da SMGL era que a plataforma fosse reconhecida como uma iniciativa da sociedade sem a ingerência do governo municipal, mesmo sendo financiada por recursos públicos.

Ela devia ser uma proposta que tivesse o apoio da Prefeitura, mas cuja a cara não fosse ‘oficial’, entende? Porque eu ‘tô’ consciente já daquela época, que o poder público é visto com muita desconfiança. As pessoas não gostam... Isso aí é pra eleger quem? Isso é para beneficiar o prefeito? Vem toda uma discussão que eu queria evitar. Então, nós fizemos a plataforma Portoalegre.cc de tal maneira que ela se apresenta como uma coisa da sociedade e pra não ficar só o apoio da Prefeitura, eu consegui que o Parceiros voluntários também subscrevesse a iniciativa. Então, lá bem discreto, não na página de rosto, tinha lá “apoio Prefeitura de Porto Alegre e Parceiros Voluntários”. (Fonte: César Busatto, entrevista cedida à autora em 31/08/2015).

No desenrolar da implantação da iniciativa, a equipe do projeto Portoalegre.cc, constituída por profissionais ligados à UNISINOS e à empresa Lung, tiveram papel decisivo, seja no desenvolvimento da tecnologia, na moderação de conteúdo, na promoção e difusão da plataforma e na mobilização das ações presenciais. Ainda, os assuntos e as questões compartilhadas na página do Facebook do projeto, para além da difusão do conteúdo das causas mais repercutidas na plataforma, eram de inteira responsabilidade da equipe do projeto. Identificou-se também que algumas causas inseridas foram registradas ou pelos profissionais da equipe da UNISINOS/Lung ou por um gestor da SMGL, especialmente parte considerável das causas com caráter de demandas e anseios que

sugeriam novas ações coletivas na cidade.

Em relação ao financiamento com recursos públicos, o objeto formal do convênio entre a SMGL e a UNISINOS consistiu na utilização da plataforma digital como suporte para consultas aos cidadãos e na organização de oficinas para um público definido pela gestão municipal, atividades consideradas como parte do processo participativo do V Congresso da Cidade ocorrido ao longo de 2011. Passado esse processo, o conteúdo gerado na plataforma também foi utilizado como *input* de informações para o canal de comunicação e serviços da administração municipal, o Fala Porto Alegre, sendo desenvolvida em 2012 a funcionalidade de integração por meio de contrato específico entre a empresa de tecnologia da Prefeitura e a *startup* Lung.

Ainda, com a mobilização e a ativação da plataforma, por meio das reuniões de voluntários e a produção de ações presenciais no território, novos atores foram agregados ao projeto, o que incluiu basicamente empresas privadas, empreendedores da área da tecnologia e da inovação social, uma associação de amigos, um centro cultural e coletivos que atuam na ocupação do espaço público ou em intervenções urbanas.

Descrita como “uma metodologia e uma tecnologia de conciliação”, o projeto da plataforma Portoalegre.cc materializou o encontro entre duas perspectivas democráticas. Por um lado, percebe-se a convicção da UNISINOS e da *startup* Lung quanto a importância decisiva das tecnologias digitais para os processos políticos, em especial, a importância: 1) das tecnologias digitais *wiki*, abertas e colaborativas; 2) das novas funcionalidades de geração de dados espaciais por meio de mapeamento colaborativo e 3) da capacidade de difusão das redes sociais virtuais (como o Facebook e o Twitter) para a emergência de novos processos sociais que revalorizassem os espaços públicos e responsabilizassem a população com o cuidado da cidade. Concepção esta que foi traduzida, mesmo antes da experiência da Portoalegre.cc, em sua campanha de marketing por meio do projeto Redenção.cc, quando a universidade instalava-se no município de Porto Alegre. De outro lado, o governo local entendia que a experiência do Orçamento Participativo (OP) sofria de certo esgotamento enquanto processo participativo e buscava aprimorar os mecanismos de participação da esfera civil na gestão pública. Desde de 2005, a ideia da Governança Solidária Local (GSL) foi apresentada pela gestão municipal como um novo conceito para estruturar e orientar os processos participativos.

Processo que promove um ambiente social de diálogo e cooperação, com alto nível de democracia e conectividade, estimulando a constituição de parcerias entre todos os setores da sociedade, através do protagonismo do cidadão gestor, ativo, empoderado e capacitado para perseguir e alcançar o desenvolvimento sustentável e governar. (BUSATTO, 2005a, p.3).

Tal como aborda a fonte documental, a estratégia da GSL era criar “canais para a administração de assuntos comuns, somando e otimizando esforços; substituindo a relação de tutela por uma relação de compromisso; buscando soluções para interesses conflitantes e divergentes; compartilhando responsabilidades; promovendo ações cooperativas”, assentados na adequação das soluções às realidades locais do território da cidade, através da constituição de comitês de governança local em cada uma das regiões do OP. A proposição da GSL orienta-se para uma concepção de Estado, um

[...] caminho oposto à concepção neoliberal de minimização e debilitamento dos compromissos sociais do Estado, mas não em direção ao Estado máximo que a história já sepultou, senão em favor da reconstrução democrática do Estado, de um novo Estado-Rede contemporâneo aos novos e mais complexos desafios colocados pela sociedade e pela cidadania na era da informação. (BUSATTO, 2005b, n.p.).

Passadas duas gestões do governo municipal, essa perspectiva continuou fundamentando as ações da gestão pública no fomento dos mecanismos participativos. Em julho de 2011, o lançamento da campanha de comunicação “Eu curto, eu cuido”, por parte da PMPA, com vistas a mobilizar a população a ser aliada do poder público na preservação da cidade, apostou na ideia do cidadão como cuidador do espaço urbano. No contrato de gestão da SMGL, do ano de 2013, também destaca-se a meta de promover 136 ações colaborativas nos territórios, como foi enfatizado na entrevista realizada com o secretário da pasta.

Nesse sentido, as ideias de solidariedade e cooperação que perpassam o conceito da GSL acabaram sendo traduzidas na ideia de colaboração que a metodologia da *wikicidade* encarnava, muito calcada no otimismo da potência técnica das novas tecnologias digitais, culminando, assim, na parceria entre os atores-chave do projeto, a SMGL, a UNISINOS e a Lung.

Por mais que a plataforma Portoalegre.cc fosse uma aposta dos gestores da SMGL, estrutura governamental responsável por políticas públicas que fomenta os mecanismos participativos na gestão pública, as outras instâncias de governo eram pouco afeitas ao formato da plataforma digital. Nas entrevistas realizadas, evidencia-se uma tensão entre os gestores da SMGL e as outras secretarias, incluindo o gabinete do prefeito, em reconhecer os objetivos do projeto Portoalegre.cc e os resultados que poderiam ser atingidos. Primeiro, o fato de que eram registradas mais queixas e reclamações, em especial dos serviços públicos e dos equipamentos urbanos existentes, do que demandas com caráter propositivo e colaborativo (como identificado na análise do conteúdo gerado pelos usuários), foi percebido pelas outras instâncias de governo como um instrumento que favorecia a crítica e a oposição ao governo eleito. Segundo, havia certo receio de alguns secretários de que o conteúdo das causas fosse direcionar excessivamente o caráter das ações governamentais, reduzindo o poder discricionário do gestor público. Por outro lado, quando existiu

o interesse dos gestores dos outros órgãos do governo, o propósito era de discutir como a plataforma digital poderia ser um instrumento para “fazer voto” para uso nas campanhas eleitorais. Por isso, é muito enfatizado nas entrevistas que os gestores da SMGL blindaram o projeto da plataforma para usos eleitoreiros ou que a moderação de conteúdo pela equipe do projeto controlava os usos para fins partidários.

Entretanto, mesmo havendo essa tensão, o gabinete do prefeito apoiou publicamente o projeto, seja participando presencialmente da ação de mutirão de limpeza organizado pela equipe Portoalegre.cc ou realizando palestra e dando entrevistas nas quais afirma que a plataforma é uma avanço para o legado participativo na gestão pública em Porto Alegre.

5.2.4. Ciclo de produção das políticas públicas

Essa dimensão discute quando os cidadãos são envolvidos na tomada de decisão por meio das atividades de participação digital, considerando os momentos do ciclo de produção das políticas públicas. Macintosh (2004) resume o ciclo em cinco fases: a formação da agenda – em que são estabelecidas as necessidades e os problemas são identificados; análise – na qual delinea-se os desafios e as oportunidades associados aos temas da agenda e produz-se um esboço de uma política frente a variadas opções; criação – como a constituição de um documento que apresente uma política executável; implementação – atos que envolvem regulamentações, legislações e um plano de entrega; e o monitoramento – que envolvem as ações de avaliação e revisão da política implementada.

No caso estudado, conclui-se que a arquitetura computacional da plataforma foi projetada mais orientada para a agregação de ideias e o compartilhamento de informações entre os cidadãos e menos para as funcionalidades digitais que fizessem a interação com os agentes governamentais. As funcionalidades da plataforma enquanto mapeamento colaborativo deram vazão para que os cidadãos tivessem um espaço no ambiente virtual para expor suas ideias e opiniões sobre a cidade. Mobilizadas pela equipe do projeto, as causas registradas tornaram ações presenciais na medida da capacidade de articulação desses atores com os voluntários envolvidos, o que não dependia diretamente das funcionalidades digitais. Ainda, informações públicas (aquelas sob a guarda do Estado) foram mapeadas e compartilhadas por parte dos usuários, quando indicaram locais onde os serviços públicos eram ofertados ou quando foram mapeados os dispensadores de sacos de lixo (obrigação proveniente da parceria público-privada da PMPA com uma empresa de comunicação). Os agentes governamentais utilizam a plataforma na condição de qualquer outro usuário, o que viu-se pela inserção de causas por parte deles. A funcionalidade do mapeamento colaborativo não

estruturou novos mecanismos institucionais de transparência das informações públicas por parte do Estado.

Todavia, é preciso esclarecer a utilização da plataforma Portoalegre.cc no processo de planejamento do V Congresso da Cidade. O convênio com a UNISINOS proporcionou a utilização da plataforma como “uma versão digital das discussões presenciais do Congresso”, como apontado no relatório de prestação de contas do projeto (PRESTAÇÃO..., 2012, p.14). Para além de divulgar o calendário do congresso, relatórios sobre as causas foram elaborados pela equipe do projeto e repassados à SMGL para serem usados como subsídio para as discussões, como observa-se abaixo.

[...] foram feitos extratos das causas publicadas em cada um dos 82 dos bairros da cidade e fornecidos esses dados à Secretaria de Coordenação Política e Governança Local de Porto Alegre (SMGL) - responsável pelo V Congresso da Cidade - para fomentar as discussões presenciais. Responsável pela consolidação dos dados, o ObservaPoa (órgão da SMGL) utilizou os dados fornecidos pelo PortoAlegre.cc para orientar os Comitês de Mobilização dos Bairros e na etapa de redação final dos trabalhos.(PRESTAÇÃO..., 2012, p. 14).

Não identificou-se em que medida o conteúdo das causas foi processado como subsídio para as resoluções definidas pelo V Congresso da Cidade, mas houve a divulgação da plataforma Portoalegre.cc como uma ferramenta digital para as discussões do processo de planejamento. Conquanto, na arquitetura computacional não foram desenvolvidas funcionalidades específicas para a dinâmica do congresso, a exemplo de consultas *online* orientadas, votações ou fóruns de discussão *online*, em interação com informações públicas ou governamentais.

Para além desse momento, os gestores da administração municipal que foram entrevistados afirmam que as informações geradas pela plataforma eram pouco processadas pelas instâncias governamentais. Os agentes governamentais ligados a SMGL analisavam os relatórios sobre as causas produzidos pela equipe do projeto e disponíveis num painel administrativo *online* (*backend*²¹). Entretanto, não havia nenhuma institucionalização dos procedimentos internos que formalizassem como esses dados seriam associados à definição dos programas ou políticas públicas.

A partir de março de 2012 (um ano após o lançamento), momento em que houve a integração com o canal de serviços FalaPOA da administração municipal, a informação gerada na plataforma, a causa, passou também a ser o conteúdo dos pedidos de serviços e informações para a administração municipal. Os cidadãos passaram a ter um novo serviço no ambiente virtual para comunicação com a Prefeitura, por meio da plataforma Portoalegre.cc, recebendo um protocolo para acompanhamento do pleito. Porém, os cidadãos-usuários tinham que utilizar o portal web de

21 Um sistema *backend* é um sistema responsável pela administração das regras que formatam o *software*, dos metadados e dos dados registrados na interface de interação com o usuário (o *frontend*).

acompanhamento do FalaPOA²² para consultar o encaminhamento dado, já que pelas funcionalidades da plataforma Portoalegre.cc não era possível. Depreende-se, assim, que as demandas, as queixas e os pedidos de informação não eram tratadas pelas instâncias governamentais para além de um registro administrativo no sistema do FalaPOA e direcionado ao órgão competente pela execução do serviço ou pela publicização da informação.

As 114 causas que foram integradas com o canal de serviços da Prefeitura totalizou 6,24% do montante geral. Dessas causas que tornaram-se protocolo para atendimento, aproximadamente 60% foram respondidas pela Prefeitura, o restante indicou uma situação de protocolo inexistente ou protocolo sem resposta (Tabela 3). Em relação às causas que foram respondidas, analisou-se o encaminhamento feito pela Prefeitura. Os dados foram sistematizados quando examinou-se a situação do número de protocolo de cada causa (dado disponível no banco de dados das causas), através do portal web de acompanhamento do Fala POA referido acima.

Tabela 3. Situação das causas protocoladas no FalaPOA

<i>Situação do protocolo</i>	<i>Frequência</i>	
	<i>Situação</i>	<i>% do total</i>
Protocolo inexistente	29	25,44
Respondido – providência executada	29	25,44
Respondido – providência em análise	33	28,95
Respondido – informação cedida	3	2,63
Sem resposta	17	14,91
Teste de integração	3	2,63

Fonte: Elaboração própria (2015).

Tal como ocorreu, as causas geradas na plataforma foram pouco processadas para a formação de agenda, se considerado que as causas agregadas na plataforma eram repassadas à SMGL na forma de relatórios. Entretanto, o processo de pesquisa não apresenta elementos mais consistentes para examinar em que medida esses relatórios foram utilizados como extratos para as discussões do V Congresso da Cidade. Aprecia-se ainda que era o conteúdo gerado na plataforma foi orientado para o monitoramento das políticas públicas, em especial, quando houve a transformação do conteúdo das causas em solicitação de serviços públicos. Nesse aspecto, como tratado anteriormente, evidenciou-se que os cidadãos-usuários reconheciam a plataforma como um mecanismo de publicizar e compartilhar as suas insatisfações com a atuação do poder público, dado o grande volume de queixas, reclamações ou demandas por serviços públicos e por novos equipamentos urbanos (ou a revitalização dos existentes). Desse modo, o conteúdo das causas pode

22 Disponível no endereço http://156poa.procempa.com.br/sistemas/externo/consultas/formulario_consulta.php.

ser considerado como um parâmetro possível para a avaliação das ações executadas pela administração municipal, já que os órgãos de governo tinham que dar encaminhamento aos protocolos recebidos. Fora esses dois aspectos, não percebe-se a institucionalização das atividades de participação digital, proporcionadas pela plataforma, como uma política específica do governo municipal. Por mais que houvesse a possibilidade de novos usos das informações espacializadas nas causas por parte da administração municipal, a fim de orientar a política pública para o território, as causas associadas aos bairros serviram mais para sugerir outras causas para os usuários, orientando o sistema de busca, do que o desenvolvimento de políticas públicas ou de projetos colaborativos, conforme desejado. Pelo exposto, identifica-se que a participação digital, por meio da plataforma Portoalegre.cc, pouco influenciou a formação da agenda e o monitoramento das políticas públicas, sendo que as outras fases do ciclo de produção de políticas públicas não foram, em nenhum sentido, sustentadas pelas atividades de participação digital do projeto Portoalegre.cc.

5.2.5. Fatores críticos

Macintosh (2004) sugere destacar os aspectos sociais, políticos, culturais, legais e tecnológicos que favorecem ou não a iniciativa de democracia digital. Nesse sentido, é fato que, por proporcionar a geração de dados espacializados por meio de um mapeamento colaborativo, o *design* da arquitetura computacional difundiu em uma nova tecnologia digital que despontava como inovação da internet no ano de 2011. Entretanto, ainda que as ferramentas que agregam o saber local nos processos de produção cartográfica para a gestão do território (SOUSA, 2011) não sejam novidades, a forma descentralizada e de coprodução, típica das novas tecnologias digitais emergentes, permitiu à plataforma Portoalegre.cc constituir-se como um mecanismo de “anotar” ou registrar espacialmente os problemas urbanos associados às questões cotidianas dos usuários e os elementos de interesse dos cidadãos (os equipamentos urbanos úteis e as ações coletivas existentes), bem como permitiu aos usuários relatar e compartilhar os seus significados pessoais sobre o espaço urbano. Assim, o caso estudado estabeleceu uma experiência relevante de mapeamento colaborativo que possibilitou aos usuários uma forma de diálogo e representação das suas vivências no território urbano.

Entretanto, considera-se que a experiência do mapeamento colaborativo não conseguiu ter continuidade enquanto uma iniciativa de participação digital, pois não foram consubstanciados arranjos institucionais que a definissem como um conjunto de regras e procedimentos, com vistas ou à sinergia entre as ações desencadeadas pela esfera civil (organizada ou não) e pela iniciativa privada ou à coordenação e à execução das políticas públicas pela administração municipal.

No primeiro aspecto, a aposta de que a plataforma digital fosse uma ferramenta para sustentar um “metamovimento”, sendo por meio dela estimuladas as “interfaces de participação política e cívica” entre os movimentos sociais e ações coletivas já existentes na esfera civil (em especial, as ações de ocupação do espaço público), pouco efetivou-se enquanto tal. Observa-se que as causas que demandavam ou indicavam anseios para novas ações coletivas no território, com tom propositivo e que se orientassem para o envolvimento direto da população, foram pouco registradas pelos usuários. Associado a isso, a dificuldade em articular novos parceiros, por parte da UNISINOS e da *startup* Lung, para que fossem financiadas as novas funcionalidades para a plataforma ou a própria manutenção da equipe do projeto, quando finalizado o convênio com a Prefeitura, também indica ausência de respaldo para a concepção da iniciativa.

Já em relação ao aspecto da consolidação do arranjo institucional para a coordenação das políticas públicas, fica claro que não havia consenso entre as instâncias governamentais em reconhecer o papel das atividades de participação digital, proporcionadas pela plataforma, para o processo de governar e para o ciclo de produção das políticas públicas. A visão de que a plataforma possibilitaria um ambiente virtual em que redes de cidadãos e movimentos atuassem em favor das questões do espaço urbano, sem necessariamente ter a ingerência e o financiamento orçamentário da administração municipal, estimulando *ações colaborativas* no território da cidade, tal como os gestores da SMGL entendiam ser o papel principal da plataforma, foi ponto de tensão entre os agentes governamentais. Mesmo porque o conteúdo das causas era muito crítico em relação à administração municipal, dado o volume de queixas e reclamações registradas pelos usuários. Essa característica dos registros exigia mais desempenho do governo. Por isso, foi difícil renovar o convênio financiado pelo governo local, sem contar a falta de clareza de quem seria a posse da plataforma enquanto produto financiado com recursos públicos.

5.2.6. Possibilidades democráticas digitais

Interpretar as possibilidades democráticas digitais da plataforma Portoalegre.cc significa apreciar como a tecnologia estimula ou habilita os usuários a realizarem certas atividades, dada a complementaridade entre humano-tecnologia. Dahlberg (2011) refere-se a uma “dupla hermenêutica”, já que o pesquisador interpreta o que outros percebem sobre a relação entre tecnologia e democracia, investigando como os usos democráticos das funcionalidades da plataforma digital foram significados e materializados pelos atores. Optou-se por esse tipo de análise numa tentativa de trabalhar com uma categoria mais flexível do que a proposta dos níveis de participação sugerida por Macintosh(2004), a qual indica três níveis (ativar, engajar e empoderar

cidadãos) para as políticas de democracia digital, como uma escala de participação na tomada de decisão política. Nessa abordagem, as atividades de participação digital envolvem basicamente os meios pelos quais o cidadão é informado e os mecanismos que o fazem parte da tomada de decisão e o habilitam para influenciar a agenda política. Pressupõe-se que as iniciativas de participação digital podem constituir-se enquanto formas democráticas particulares, sendo assim, a classificação nos níveis podem não dar conta da multiplicidade de experiências de participação política *online*, mais ainda no cenário da expansão das novas tecnologias digitais.

No caso do projeto Portoalegre.cc, a concepção e a metodologia da plataforma foram definidas e desenvolvidas pela parceria entre UNISINOS, Lung e Prefeitura. Como abordado anteriormente, a experiência surgiu do encontro entre duas perspectivas democráticas, que unidas pela ideia de colaboração, projetaram e desenvolveram atividades de participação digital. Uma primeira questão a ser levantada é que, tanto a UNISINOS e a Lung, quanto a SMGL, entendiam a plataforma digital enquanto uma “tecnologia de conciliação” entre Estado e esfera civil. Diferente de outras plataformas digitais lançadas no mesmo período, não era uma ferramenta de pressão e oposição ao governo local, nem mesmo um mecanismo do governo para informar, consultar ou deliberar temas com os cidadãos. Nesse sentido, as redes digitais não foram consideradas como terreno para a contestação do poder do Estado, para a formação de contradiscursos alternativos ou para dar visibilidade a grupos oprimidos ou marginalizados, a exemplo do ciberativismo. Nem mesmo a plataforma digital foi pensada para sustentar processos deliberativos emergentes com a constituição da esfera pública, por meio da qual a opinião pública formada é guia e substrato para as políticas públicas.

Três argumentos recorrentes são observados tanto nas falas dos atores sociais (UNISINOS e Lung) quanto nas falas dos atores estatais, para expressar os possíveis usos e efeitos democráticos com a experiência da plataforma Portoalegre.cc. O primeiro define a plataforma digital como “repositório de ideias para a cidade” ou como “uma plataforma de lançamento de iniciativas para a reocupação do espaço público”, materializada pela geração de conteúdo de “forma aberta e colaborativa” por qualquer cidadão interessado. As funcionalidades da arquitetura computacional materializariam a agregação das ideias geolocalizadas em um mapa cartográfico, conformando uma *wikicidade*. Ainda, por meio da lógica do “curtir”, de tecer comentários e do compartilhamento em rede das outras plataformas sociais, essas ideias seriam valoradas pelos outros usuários, potencializando ou não a sua difusão. O conteúdo distribuído e compartilhado pela Licença Creative Commons poderia ser utilizado livremente pelos próprios cidadãos, pela sociedade civil organizada, pela iniciativa privada ou pelo poder público, desde que fosse atribuída a criação do conteúdo por meio da plataforma Portoalegre.cc. Assim, o usuário não teria o direito exclusivo de uso e de

reprodução do conteúdo gerado por ele, estando a causa registrada à disposição do público. Nesse aspecto, interpreta-se que a plataforma digital foi entendida como um meio para transmitir informação e pontos de vistas entre os indivíduos, possibilitando a eles registrar as suas escolhas e demonstrar afinidade com as outras ideias apresentadas. A forma de distribuição livre permitiria a maximização dos fluxos de informação, sem constrangimentos dos direitos autorais proprietários. Esse entendimento evoca um posicionamento liberal-individualista em que a democracia é considerada “a expressão e a agregação dos desejos individuais” e que, por meio da autorregulação da plataforma, alguns desejos são mais ou menos apoiados pelos outros indivíduos.

Já o outro argumento indica que as funcionalidades tecnológicas possibilitariam a criação de “redes temporárias ou perenes de pessoas preocupadas em desenvolver projetos para a cidade”. A tecnologia proporcionaria a conexão das pessoas numa mesma plataforma, por meio da qual as determinadas causas ganhariam visibilidade, fomentando assim a corresponsabilidade e a colaboração entre as pessoas para materializar essas causas em ações coletivas presenciais. Os indivíduos poderiam encontrar na plataforma formas de fazer ações colaborativas no território da cidade. Em certa medida, esse entendimento pode ser interpretado como uma ideal comunitarista, já que percebe-se os potenciais das redes digitais para compartilhar valores e construir identidades comuns, estabelecendo senso de pertencimento comunitário. Assim, as redes cívicas engendradas pelas interações virtuais desdobrariam-se em interações face a face geograficamente situadas no espaço urbano.

Por último, a concepção de que a plataforma, enquanto um “metamovimento” que estaria a serviço da *wikicidadania* e que favoreceria o conceito de Inteligência Social, recoloca os entendimentos sobre as possibilidades democráticas digitais em uma outra ordem. Nesse argumento, as ideias de colaboração e de formação de *commons* associadas às redes digitais são compreendidas como potenciais para processos democráticos auto-organizados e autônomos do poder centralizado do Estado e mesmo das relações capitalistas de produção (contradizendo a ideia de “tecnologia de conciliação”). Nessa concepção democrática, os *commons* são produzidos de forma colaborativa, por coletivos em redes descentralizadas e de código aberto. As redes digitais permitiriam amplificar a produção e a distribuição cultural de código aberto, como os softwares livres e as tecnologias *wiki*.

Pelo exposto, a criação e o desenvolvimento da plataforma Portoalegre.cc foi atravessada por diferentes concepções democráticas, sendo considerada ou como ferramenta para as necessidades individuais (em especial, como um meio para expressar as opiniões sobre a cidade) ou como uma iniciativa de participação digital capaz de constituir redes comunitárias no território e coletivos colaborativos autônomos da ação do Estado.

A partir do exercício apresentando acima, concluiu-se que o conceito de possibilidades democráticas digitais é de difícil apreensão para embasar esforços analíticos sobre a relação entre as tecnologias digitais e os efeitos democráticos implicados por elas. O pressuposto assumido de que os significados e os usos das tecnologias digitais são radicalmente contingentes às preconcepções sobre democracia é relevante, mas também aberto à ambiguidade e à confusão. Entre o determinismo tecnológico e a flexibilidade interpretativa da tradição do construtivismo social, Dahlberg(2011) atualiza o conceito de “*technological affordances*”, muito utilizado em estudos sobre processos educativos *online* e à distância, com objetivo de interpretar como os posicionamentos entendem a relação entre humano e tecnologia, derivando daí as propriedades das tecnologias que permitem usos e efeitos democráticos particulares. Mas ficam muitas questões em aberto de como operacionalizar a análise, a saber: os significados percebidos para os usos democráticos da tecnologia são examinados quando da criação e do desenvolvimento ou quando da sua implementação? As possibilidades digitais para a democracia são as que realizaram-se ou as percebidas como realizadas? Desse modo, para que o conceito seja melhor apropriado para análises consistentes (o que, de certo modo, não foi atingido no escopo dessa dissertação), é fundamental discutir com maior profundidade os pressupostos teórico-normativos que perpassam os estudos sobre a sociologia da ciência e tecnologia e como eles articulam-se com as investigações sobre democracia digital.

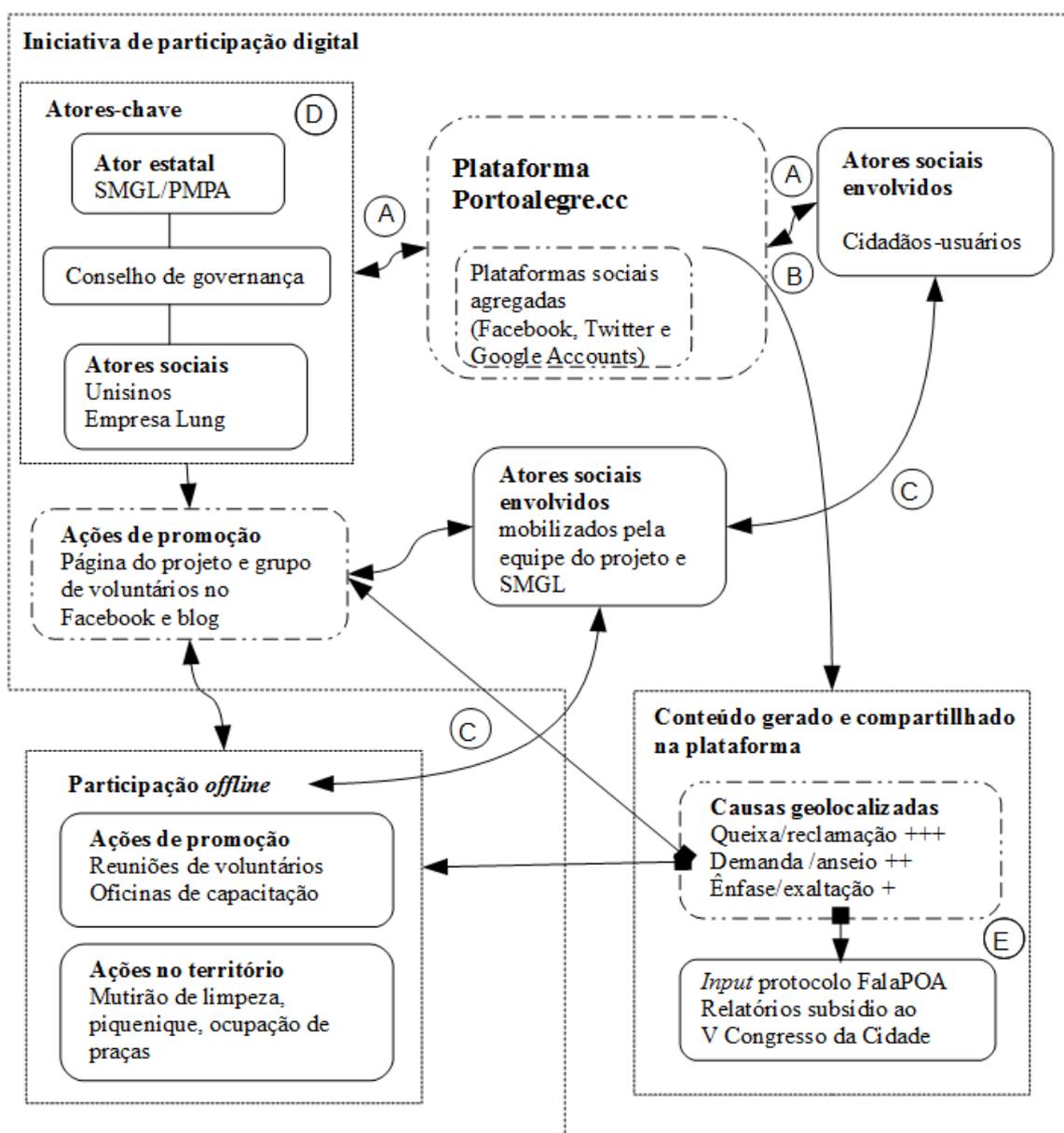
5.2.7. Interfaces socioestatais na iniciativa de participação digital estudada

O debate sobre interfaces socioestatais emerge dos esforços de um conjunto de pesquisadores interessados em perceber a reconfiguração das relações entre Estado e sociedade nas últimas três décadas no Brasil. Como apontam Lavalle; Szwako (2015, p.159), deslocamentos analíticos e revisão de pressupostos, não restritos à participação institucionalizada, têm produzido enfoques e objetos empíricos em que “atores, interações, instituições e efeitos comparecem como componentes dessas equações visando a formular diagnósticos capazes de apreender o cenário de pluralização institucional e complexificação da democracia no país”. Mais do que reforçar certa tradição investigativa que pressupõe a separação e a dicotomia entre Estado e sociedade, os autores estão preocupados em desenvolver lentes analíticas da mútua constituição, que expliquem “o conjunto de dinâmicas, padrões, encaixes e lógicas que configuram um modo recíproco de constituição socioestatal tendencialmente estável, porém historicamente mutável” (LAVALLE; SZWAKO, 2015).

Nesse diapasão, o exercício de pesquisa empreendido considerou que a categoria analítica de participação digital, enquanto categoria de médio alcance, em conjunto com uma definição mais acurada de plataforma (VAN DIJCK, 2013), permitiu examinar a dinâmica operante entre Estado e esfera civil, já que ela circunscreve-se aos mecanismos de interação ou aproximação, mediados por tecnologias digitais, que são estabelecidos entre essas esferas. Na medida em que orientam-se para a participação direta dos cidadãos, pressupõe-se que esses mecanismos proporcionam o incremento das habilidades para o envolvimento na decisão política e nas ações governamentais (MACINTOSH, 2004; SÆBØ; ROSE; SKIFTENES FLAK, 2008).

Sendo assim, essas referências propiciaram a descrição e a análise das interações entre os diferentes tipos de atores sociais envolvidos na experiência da iniciativa de participação digital estudada, bem como fundamentou a construção do esquema gráfico pelo qual são ordenadas essas interações e de que forma foram elas foram mediadas pela plataforma digital. Vale destacar que a proposta de Vera e Lavallo (2012), referência teórica dessa dissertação, é mais ampla do que a dimensão das interações dos *atores concretos* em determinada dinâmica, já que a *perspectiva relacional multinível centrada nos dispositivos* também aborda as dimensões da *interação institucional* e das *condições estruturais* de atuação, o que foi em parte contemplado no processo investigativo realizado nessa dissertação. Desse modo, o esforço de inferir os elementos constitutivos da arquitetura de participação, a partir das interfaces estabelecidas no caso estudado, dá indicativos sobre o bem básico de troca, sobre a lógica de ação dos atores e sobre a gramática relacional proporcionada pela iniciativa, tal como definido por Vera e Lavallo (2012). Nesse sentido, a Figura 9 apresenta as interações entre os atores envolvidos e como essas aproximações foram mediadas pela plataforma digital.

Figura 9. Interfaces socioestatais na iniciativa de participação digital estudada



FONTE: Elaboração própria (2016).

A figura sintetiza graficamente a dinâmica das interfaces materializadas pela iniciativa enquanto “um espaço constituído por sujeitos intencionais, cujas relações [...] assimétricas com outros sujeitos estabelecem um espaço de conflito, de negociação e disputa” (VERA; LAVALLE, 2012, p. 109). Evidencia-se que essas relações assimétricas foram mediadas pela plataforma Portoalegre.cc, a qual fez interagir os atores-chave – os atores estatais e atores sociais que em parceria desencadearam a criação e o desenvolvimento da iniciativa (ícone D) – e outros atores

sociais, como os cidadãos-usuários e as outras organizações, empresas privadas e coletivos mobilizados pela equipe do projeto (seja para as ações de multiplicação e adesão à metodologia ou para as ações presenciais no território da cidade). Essa relação estruturante da iniciativa foi marcada pelo ícone A. Esses últimos atores podem ou não estar na condição de cidadãos-usuários, já que a mobilização deles por parte da equipe do projeto e da SMGL aconteceu não somente por meio da plataforma Portoalegre.cc, mas também pelas ações virtuais e presenciais de promoção (oficinas de capacitação e reuniões de voluntariado), sendo representado na figura pelo ícone C.

Percebeu-se que, mais do que demandas propositivas e sugestões para futuras ações coletivas, a plataforma digital foi um meio para expressar e registrar as queixas ou reclamações sobre a atuação do governo municipal e para reivindicar demandas de serviços ou ações que cabem a execução, em grande medida, ao aparato estatal (ícone A). Nos meses iniciais da implantação da iniciativa, a plataforma foi considerada uma ferramenta virtual para o processo de planejamento consubstanciado nas ações do V Congresso da Cidade, sendo o conteúdo utilizado como relatórios de subsídio para a SMGL (ícone E). Não obstante, ao longo do desenvolvimento do projeto, foi instituída a integração da plataforma com o canal de comunicação FalaPOA, pela qual as causas geradas na plataforma transformaram-se em *inputs* para os protocolos de solicitação de serviços (ícone E), sendo que os cidadãos-usuários somente tinham a possibilidade de acompanhar o encaminhamento do protocolo utilizando outro ambiente virtual que não a plataforma Portoalegre.cc. Nessa relação, o bem básico de troca foi a informação e o sentido principal da troca foi da esfera civil para o Estado ($S \rightarrow E$), já que a esfera civil informou ou “fez saber” o Estado sobre as suas reclamações e reivindicações. Todavia, os dados demonstram a quase inexistência de troca do Estado para a sociedade. Não pode-se considerar que sejam uma troca do Estado para a sociedade. Isso porque, apesar das informações compartilhadas pelos cidadãos-usuários sobre os serviços públicos ofertados no território urbano serem informações públicas, não houve procedimentos institucionalizados de transparência da informação por parte do Estado nas funcionalidades da plataforma.

Nesse sentido, mesmo sendo inéditas as funcionalidades digitais e os objetivos concebidos para a plataforma Portoalegre.cc, as interfaces socioestatais estabelecidas pela iniciativa de participação digital não caracterizaram-se por uma gramática relacional de troca mútua entre a esfera civil – circunscrita ao conjunto dos cidadãos-usuários envolvidos – e a Administração Municipal de Porto Alegre, as quais materializassem.

Por outro lado, identificou-se que a plataforma também foi um meio de comunicação entre a própria população (ícone B), já que as queixas e demandas sobre novas atitudes para a convivência urbana ou as ênfases sobre o que se podia encontrar na cidade (com caráter de guia

cultural, esportivo ou turístico) foram, em menor grau, materializadas. Em certo sentido, a informação como bem básico de troca também estabeleceu interfaces sociais entre os cidadãos-usuários ($S \leftrightarrow S$), para além das interfaces socioestatais. Desse modo, a análise da utilização dos cidadãos-usuários por meio da plataforma permitiu caracterizar as interfaces sociais menos pelas proposições de novas ações coletivas no espaço urbano (o que era esperado conforme a concepção que embasou o desenho das funcionalidades digitais) e mais pela difusão de informações consideradas relevantes ou pontos de vistas sobre a condição urbana (ação que restringeu-se ao ambiente virtual).

Não desconsidera-se a relevância das ações presenciais no território da cidade que foram induzidas pela utilização da plataforma e mobilizadas pela equipe do projeto. A partir da seleção das causas que continham sugestões e proposições de novas ações coletivas, as ações presenciais eram promovidas e organizadas nas reuniões de voluntariado, nas oficinas de capacitação e por meio das outras ferramentas virtuais de divulgação (página e eventos no Facebook). Algumas ações realizadas foram massivas e favoreceram que determinados temas fossem amplificados, ganhando grande repercussão no ambiente virtual e nos veículos tradicionais de comunicação. O exemplo emblemático foi a Serenata Iluminada realizada no parque da Redenção que, na sua primeira edição em junho de 2012, contou com a presença de aproximadamente 4000 mil pessoas, pautando o tema da segurança pública e da falta de iluminação nos parques e tornando-se a partir de então um evento regular na agenda da cidade. Nesse sentido, percebeu-se, ao longo do processo de análise, que as dimensões de Macintosh(2004) para a caracterização das iniciativas de participação digital precisam ser ampliadas a fim de dar conta de como elas articulam-se com a participação *offline*.

Cabe ainda tratar das interfaces socioestatais entre os atores-chave que desencadearam a iniciativa do caso estudado, evidenciada no diagrama pelo ícone D. Como apontado anteriormente, evidenciou-se que foi possível a parceria entre esses atores, pois as ideias de solidariedade e cooperação que perpassam o conceito da Governança Solidária Local (GLS), aspecto constitutivo do projeto político do governo municipal e que sustenta as ações da SMGL, foram traduzidas na ideia de colaboração que a metodologia da *wikicidade* encarnava, concepção esta que é otimista com a potência técnica das novas tecnologias digitais para os usos democráticos. Assim, a iniciativa de participação digital estudada, para além de ter a informação como bem básico de troca entre Estado e sociedade (e em um sentido de troca de mão única $S \rightarrow E$), também materializou uma gramática relacional em que bens e serviços foram intercambiados, por meio da qual Estado e sociedade se provêm mutuamente ($E \leftrightarrow S$). Em certo sentido, constituiu-se um projeto de coinvestimento, já que a UNISINOS e a empresa desenvolvedora Lung foram financiadas por meio de convênio público da PMPA, bem como empregaram recursos próprios para dar continuidade a

iniciativa quando do término do convênio, sendo que o produto final (a plataforma e seu código) ficou em posse da empresa desenvolvedora.

5.2.8. A plataforma Portoalegre.cc à luz da hipótese do estudo

A partir da análise e dos dados apresentados acima cabe retomar de forma sintética alguns elementos constitutivos da hipótese do estudo e os resultados obtidos com a investigação. Tal como apresentado na introdução, o processo de pesquisa foi balizado pela suposição de que a plataforma digital Portoalegre.cc podia ser considerada como uma modalidade de participação institucionalizada na gestão pública local. Afirmava-se hipoteticamente que, mais do que uma experiência de governo eletrônico, por meio da qual o Estado “digitaliza” o acesso público à informação e a oferta dos serviços públicos, a plataforma Portoalegre.cc representaria as tendências mais contemporâneas de participação civil na vida pública a partir dos ambientes virtuais, visando o incentivo à criação e à mobilização de projetos colaborativos entre sociedade, mercado e Estado. Todavia, os resultados da investigação indicaram que os cidadãos-usuários participaram mais por demandas e opiniões sobre a ação estatal ou sobre a condição urbana e menos por meio de proposições e de mobilizações representativas de práticas colaborativas conforme previa a proposta da plataforma.

É importante ressaltar que a proposta da plataforma Portoalegre.cc não foi concebida para ser uma iniciativa de participação digital reconhecida como de caráter governamental. Os atores-chave que desencadearam o processo, a SMGL, a UNISINOS e a startup Lung, apostavam que a plataforma seria um mecanismo participativo inovador pelo qual a esfera civil promoveria ações colaborativas, independente da ação estatal ou com intervenção mínima do Estado. O processo de pesquisa permite inferir que esses atores confiavam na existência de uma densidade participativa da esfera civil que colocassem em ação as causas registradas na plataforma na qualidade de projetos colaborativos especialmente entre atores do mercado e sociedade, configurando processos de ação coletiva para além das formas tradicionais de participação política. Como foi identificado, a parceria entre os atores-chave foi possível porque as possibilidades democráticas das tecnologias colaborativas e locativas, consubstanciadas na proposta da plataforma Portoalegre.cc, constitui-se como uma tradução da perspectiva da Governança Solidária Local (GLS) e da concepção de Estado-rede que a sustenta, desdobrando dessa circunstância a ideia de wikicidade para justificar o caráter da iniciativa.

Por essa concepção, o desenvolvimento da plataforma foi uma iniciativa coordenada e desenvolvida por atores sociais (universidade e empresa de tecnologia) do que propriamente uma

iniciativa gestada e gerida no âmbito do aparato institucional do Estado. Mesmo que parte do financiamento tenha sido com recursos financeiros públicos, a plataforma não foi um programa governamental ou uma política pública orientada para a participação digital, a exemplo de outras iniciativas governamentais com esse caráter. Como resultado disso, percebeu-se que a arquitetura computacional da plataforma Portoalegre.cc, em que valorizou-se as propriedades sociotécnicas das tecnologias *wiki* para a sua configuração, foi projetada para a agregação de ideias e o compartilhamento de informações entre os cidadãos. Esse caráter das funcionalidades digitais da plataforma não foram concebidas para a interação dos agentes governamentais com a esfera civil. Sendo assim, a participação digital, por meio da plataforma Portoalegre.cc, pouco impactou o ciclo de produção das políticas públicas, já que as causas geradas na plataforma foram utilizadas, de maneira muito limitada, para a formação da agenda e o monitoramento das políticas públicas por parte da administração municipal, não influenciando em nenhum sentido as outras fases do ciclo de produção de políticas públicas. Por esses aspectos, pode-se afirmar que a proposta da plataforma Portoalegre.cc não circunscreveu-se a uma estratégia de governo eletrônico, categoria entendida como a modernização da gestão pública por meio de soluções tecnológicas, visando à eficiência dos processos operacionais e administrativos dos governos e à prestação de serviços públicos *online*, conforme escopo sugerido por Diniz et al. (2009) e Pimenta; Canabarro (2014).

A investigação demonstrou que a plataforma propiciou o desenvolvimento de um mapeamento coproduzido digitalmente, através do qual os cidadãos envolvidos na iniciativa tiveram possibilidades de expor suas ideias e opiniões sobre a cidade no ambiente virtual²³. Por conseguinte, na medida em que a utilização da plataforma Portoalegre.cc oportunizou a coprodução de conteúdo geolocalizado, de forma direta pelos cidadãos-usuários, a iniciativa permitiu a autoexpressão personalizada desses cidadãos como um ato político, gerando visibilidade para as suas questões individuais.

Entretanto, a análise do conteúdo das causas da plataforma Portoalegre.cc demonstrou que, mais do que a proposição de ações colaborativas a serem realizadas virtualmente ou no território da cidade, os cidadãos-usuários em sua grande maioria utilizaram para publicizar queixas ou demandas sobre a ação estatal e sobre a condição urbana. A partir da análise de conteúdo dos significados das *causas*, identificou que a maioria dos registros (73,34%) têm o caráter de queixa/reclamação (tornar pública uma insatisfação) ou de demandas ou anseios (apontar uma situação negativa e propor uma solução considerada cabível). Excluídos os registros sem conteúdo, o restante das causas (24,25%)

23 Nesse ponto, é importante destacar que a utilização da plataforma ficou concentrada em estratos da população residentes na área central da cidade, historicamente constituída por camadas médias de maior renda e escolaridade.

significavam ênfases ou exaltações, pelas quais eram divulgados um local específico, serviços privados, serviços públicos, uma ação coletiva já existente ou informar sobre acontecimentos ou eventos específicos que realizaram-se na cidade. Quando destacadas as demandas que indicavam sugestão para novas ações coletivas ou as ênfases que informavam sobre ações coletivas já existentes na cidade, percebeu-se que somente 6,19% do total das causas registradas tinham esse caráter, sendo que muitas delas foram inseridas pelos próprios profissionais ligados ao projeto (ou da administração municipal ou da empresa desenvolvedora). É percentual muito pequeno para considerar que a plataforma, mesmo sendo uma tecnologia colaborativa, tenha conseguido mediar ou induzir projetos colaborativos, tal como desejado pela proposta.

Assim, mesmo que as funcionalidades da plataforma digital não tivessem sido projetadas para estruturar mecanismos institucionais de transparência e de digitalização dos serviços públicos por parte do Estado, no decorrer da iniciativa, foi imperativa a necessidade de tornar o conteúdo das causas registradas em protocolos para o canal tradicional de comunicação com o governo municipal como forma de prestação de serviços públicos *online*, modificando, em certa medida, a concepção inicial da plataforma, aproximando-se assim das características das experiências de governo eletrônico. Dessa maneira, foi baixa a efetividade das potencialidades do mapeamento colaborativo, produzido por meio da plataforma Portoalegre.cc, para a materialização de projetos colaborativos entre sociedade, mercado e Estado. Dentre outras razões, essa realidade contribuiu para a descontinuidade da iniciativa. Assim, o conjunto dos dados e a análise empreendida do processo constituído pela plataforma Portoalegre.cc não permite confirmar a hipótese aventada pelo estudo.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, a presente dissertação analisou as interfaces entre Estado e esfera civil a partir do estudo de caso de uma iniciativa de participação digital. Para isso, realizou-se o exame da plataforma digital Portoalegre.cc como uma construção tecnocultural e como uma estrutura socioeconômica, articulando com a análise dos desdobramentos das atividades de participação digital estabelecidas para a configuração das relações entre esfera civil e Estado.

No esforço empreendido, foi marcante o aspecto da relação entre categorias nativas, enquanto sentido dados pelos atores, e das categorias teóricas, questão que perpassa a pesquisa empírica nas investigações sociológicas. As categorias nativas *wikicidade*, *wikicidadania*, *causa*, *plataforma colaborativa* e *ação colaborativa* aparecem, de forma recorrente, nas fontes documentais, no conteúdo gerado na plataforma e nas entrevistas realizadas. Percebe-se que todas elas evocam, em certa medida, as ideias de *wiki* e de colaboração, provenientes do campo da produção das tecnologias digitais. Inclusive, a ideia de plataforma colaborativa foi um indício para a escolha de uma abordagem das interfaces socioestatais, mas, por meio dela, procurou-se não assumir as categorias nativas como categorias analíticas, o que é observado em estudos instrumentais sobre democracia digital. Esse é um desafio colocado para quem pesquisa a relação entre internet, tecnologias digitais e política, já que os discursos da “potência técnica” perpassam os processos democráticos.

O encontro entre tecnologia e teoria democrática como tema de pesquisa exige a clareza dos pressupostos para cada umas dessas dimensões. Nesse sentido, como concepção democrática, indicou-se a necessidade de novos mecanismos de participação civil na vida pública no escopo da crítica da democracia participativa. Por outro lado, como concepção tecnológica, entendeu-se que as tecnologias digitais possibilitam ou reinventam as formas de participação política no cenário da expansão da internet, atentando-se para as problemáticas trazidas pelas tecnologias digitais nomeadas de colaborativas e locativas. Considerou-se que as tecnologias digitais são desenvolvidas para determinados usos e necessidades percebidas, bem como são apropriadas de forma variável pelos usuários, configurando possibilidades democráticas digitais particulares.

Para futuros estudos de caso, identifica-se que é necessária maior discussão teórica sobre o caráter da tecnologia a partir da tradição da Sociologia da Ciência e Tecnologia. Nesse sentido, a tecnologia medeia, induz, suporta ou é meio para a participação política? Essa é uma questão fundamental para novas investigações sobre os usos democráticos das tecnologias digitais no contexto de permanente transformação da internet, da lógica do compartilhamento e das novas propriedades sociotécnicas das mídias sociais/redes sociais virtuais.

Além disso, os debates sobre interfaces socioestatais, em grande medida assentados na tradição do neoinstitucionalismo histórico, propõem recolocar o estatuto teórico da categoria autonomia dos movimentos sociais frente ao Estado. Nesse intento, novas pesquisas sobre as iniciativas de participação digital, como foi caracterizado nesse trabalho, requerem que o arranjo dos atores envolvidos e as interações estabelecidas entre eles sejam esmiuçados, procurando entender como essa dinâmica influencia a configuração das iniciativas de participação digital e as possibilidades democráticas digitais que são materializadas. Cabem novos estudos de caso, de forma comparativa, para examinar os padrões diferenciados de mútua constituição entre Estado e sociedade que são conformados por essas iniciativas. Por exemplo, quais as diferenças entre as iniciativas estritamente governamentais das iniciativas civis das “plataformas cívicas”, aquelas plataformas digitais que são desencadeadas na esfera civil com vistas a pressionar o Estado ou dar transparência para um Estado? Até que ponto, essas últimas querem-se “autônomas” do Estado, pois o consideram antidemocrático? Ou a profusão de experiências de democracia digital estão, de fato, configurando aproximações entre Estado e sociedade, não vistas em outras áreas de políticas públicas, fortemente sustentadas pelos discursos sobre “a potência técnica” advindos das empresas desenvolvedoras de tecnologia, como no caso aqui estudado?

Identificou-se ainda uma problemática importante que destaca-se nos estudos sobre as iniciativas de participação digital. A internet seria incremento das formas tradicionais de participação política, a participação *offline*? Ou em que medida a participação digital mantém particularidades diante das formas de participação *offline*? Explorar as diferenças entre elas e discutir as vantagens e desvantagens que a participação digital oferece às modalidades tradicionais de participação política são caminhos para examinar a questão, tal como o fazem Anduiza; Cantijoch; Gallego (2009) e Sampaio; Roballo (2010).

Por fim, o exercício de escrutinar os significados das causas registradas, através da análise de conteúdo dos dados extraídos da plataforma digital, recurso metodológico utilizado na presente dissertação, sugere o desafio do uso crescente desse tipo de dado nas investigações sociológicas. Para além da discussão sobre os efeitos sociais da “era digital” e das transformações proporcionadas pelas tecnologias digitais nas sociedades contemporâneas, percebe-se a estruturação de um campo de estudos sociológicos que começa a refletir como “o digital” está reconfigurando as ferramentas, os conceitos e os pressupostos da disciplina, sendo nominado de Sociologia Digital (LUPTON, 2015; ORTON-JOHNSON; PRIOR, 2013). Dado que as investigações sobre a internet são marcadamente interdisciplinares, a Sociologia Digital procura situar como os/as sociólogos/as estão lidando com as diferentes formas de manifestações “do digital”, sugerindo que os contornos da disciplina estão sendo explorados e conformados pelos caminhos da imaginação sociológica. Na

medida em que é crescente a produção em massa de dados digitalizados, sendo referido amplamente como “Big Data”, diversas corporações e instituições específicas especializam-se na coleta, no armazenamento e na interpretação desse conjunto de dados. Como a Sociologia pode-se posicionar frente a essas dinâmicas de coleta e análise de dados sociais provenientes dos meios digitais? Nesse sentido, a Sociologia Digital aponta que, para além da análise da “sociedade digital” como oportunidade para os/as sociólogos/as apresentarem a potencialidade da disciplina, está também colocado o desafio, para os investigadores, de tornarem-se cada vez mais “acadêmicos digitalizados” fundamentados em debates mais consistentes sobre as implicações dessas mudanças para a prática sociológica e para as problemáticas que estruturam a disciplina.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDUIZA, Eva; CANTIJOCH, Marta; GALLEGO, Aina. Political Participation and the Internet. **Information, Communication & Society**. London, Uk, p. 860-878. 18 set. 2009. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13691180802282720>>. Acesso em: 20 nov. 2014.

APRESENTAÇÃO da empresa Lung. Disponível em: <<http://lung.com.br/>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

AVDIC, Anders et al (Org.). **Understanding eParticipation: Contemporary PhD eParticipation Studies in Europe**. Orebro: Orebro University Library, 2007. 241 p. Disponível em: <<http://www.diva-portal.org/smash/get/diva2:745317/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2014.

BAIERLE, S. **Lutas urbanas em Porto Alegre: entre a revolução política e o transformismo**. Porto Alegre: CIDADE, Centro de Assessoria em Estudos Urbanos, 2007.

BALLESTRIN, Luciana Maria de Aragão. Sociedade civil, democracia e violência. **Rev. Bras. Ci. Soc.**, v. 30, n. 87, p.143-161, 20 maio 2015. ANPOCS. DOI: 10.17666/3087143-162/2015.

BARBER, B. **Strong Democracy: Participatory Politics for a New Age**. Berkeley: University of California Press, 1984.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

BENKLER, Y. **The wealth of networks : how social production transforms markets and freedom**. New Haven: Yale University Press, 2006. [Edição Kindle]

BIANCHINI, Aline; GRIMBERG, Daniela. Wikicidade e imaginário: a representação do espaço urbano a partir do projeto PortoAlegre.cc. **Sessões do Imaginário: Cinema, Cibercultura e Tecnologias da Imagem**, Porto Alegre, v. 17, n. 28, p.111-120, dez. 2012. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/famecos/article/view/12175/8710>>. Acesso em: 18 out. 2014.

BOBBIO, N. **O conceito de sociedade civil**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1987.

BOBBIO, N. **O futuro da democracia**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

BOURDIEU, Pierre. Introdução a uma sociologia reflexiva. In: BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. Cap. 2. p. 17-58.

BRUNO, F. Rastros digitais sob a perspectiva da teoria ator-rede. **Revista Famecos**, Porto Alegre, v. 19, n. 3, p. 681-704, 2012.

BUSATTO, César. **Governança Solidária Local: Desencadeando o processo**. 2005a. Disponível em:

<http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/gsl_desencadeando_o_processo.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

BUSATTO, César. **Todos pela Governança Solidária Local**. 2005b. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/observatorio/usu_doc/todos_pela_governanca.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CHADWICK, Andrew; HOWARD, Philip N. (Org.). **Handbook of Internet Politics**. New York: Routledge, 2009. 530 p.

CHADWICK, Andrew. Web 2. 0: New Challenges for the Study of E-democracy in an Era of Informational Exuberance. **I / S : A Journal Of Law And Policy For Information Society**. Ohio, p. 9-34. jun. 2009.

COHEN, J. L.; ARATO, A. **Civil Society and Political Theory**. Cambridge: MIT Press, 1994.

CORRÊA, Gilson César Pianta. **Democracia digital: uma análise da percepção sobre a digitalização das práticas democráticas em Porto Alegre(RS)**. 2014. 287f. Tese (Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

CURTINOVI, Jéfferson. Internet e participação política no Brasil: limites e possibilidades para democracia digital em pesquisas nos últimos 10 anos. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 36., 2013, Manaus. **Anais do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Manaus: Intercom, 2013. v. 1, p. 1 - 15. Disponível em: <<http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2013/resumos/R8-1626-1.pdf>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

DAGNINO, Evelina. ¿Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?. In: MATO, Daniel Mato (org.). **Políticas de ciudadanía y sociedad civil en tiempos de globalización**. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. pp. 95-110.

DAHL, R. **Poliarquia: participação e oposição**. São Paulo: EDUSP, 1997.

DAHLBERG, L. Democracy via Cyberspace: Mapping the Rhetorics and Practices of Three Prominent Camps. **New Media & Society**, v. 3, n. 2, p. 157–177, 2001.

DAHLBERG, L. Re-constructing digital democracy: An outline of four “positions”. **New Media & Society**, Chicago, v. 13, p. 855–872, Sept. 2011.

DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre, 05 abr. 2012. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dopa/default.php?p_secao=127>. Acesso em: 15 dez. 2014.

DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE. Porto Alegre, 24 mar. 2011. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/dopa/default.php?p_secao=113>. Acesso em: 18 nov. 2015.

DINIZ, E. H. et al. O governo eletrônico no Brasil: perspectiva histórica a partir de um modelo estruturado de análise. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 1, p. 23–48, jan./fev. 2009.

EGLER, T. T. C. (org.). **Ciberpólis: redes no governo da cidade**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2007.

EGLER, Tamara Tania Cohen. Redes tecnossociais e democratização das políticas públicas. **Sociologias**, Porto Alegre, n. 23, p. 208-236, abr. 2010.

ÉHORA de compartilhar.: Do código ao propósito.. Do código ao propósito.. 2014. Disponível em: <<https://medium.com/@wearelung/e-hora-de-compartilhar-do-codigo-ao-proposito-d06ca229bc49#.n3o5ia76b>>. Acesso em: 18 nov. 2015.

ESPINDULA, Brenda. Entre a participação cidadã e o controle em tempo real: visões sobre duas experiências de wikicidade. In: SIMPÓSIO INTERNACIONAL LAVITS, 3., 2015, Rio de Janeiro. **Anais...** . Rio de Janeiro: Ufrj, 2015. v. 1, p. 305 - 314. Disponível em: <<http://lavitsrio2015.medialabufrj.net/anais/>>. Acesso em: 30 jun. 2015.

FEDOZZI, Luciano et al. Participação, cultura política e cidades. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p.14-44, ago. 2012.

FEDOZZI, Luciano Joel; MARTINS, André Luis Borges. Trajetória do orçamento participativo de Porto Alegre: representação e elitização política. **Lua Nova**, São Paulo, n. 95, p. 181-224, Aug. 2015.

FERGUSON, M. Estratégias de Governo Eletrônico: o cenário internacional em desenvolvimento. In: EISENBERG, J.; CEPIK, M. (Org.). **Internet e política: teoria e prática da democracia eletrônica**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 2002. p.103-140.

GERSON, D.C.; VALIATI, V. **PortoAlegre.cc, Shoot the Shit e Espiral positiva: Administração Público-Criativa Através Das Redes Sociais**. Trabalho apresentado no IX POSCOM - Seminário dos Alunos de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUC-Rio, 07, 08 e 09 de novembro de 2012. Disponível em <http://pucposcom-rj.com.br/wp-content/uploads/2012/12/8-Deborah-Cattani-e-Vanessa-Valiati.pdf>. Acesso em 15 de agosto de 2014.

GOMES, W. A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política. **Fronteiras - Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 7, n. 3, p. 214–222, set./dez. 2005a.

GOMES, W. Internet e participação política em sociedades democráticas. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 2, n. 27, p. 58–78, ago.2005b.

GOMES, Wilson. Democracia digital: que democracia? In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Org.). **Mídia, representação e democracia**. São Paulo: Hucitec, 2010. p. 214-257.

HABERMAS, J. **Mudança estrutural da esfera pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KAUCHAKJE, S. et al. Redes socio-técnicas y participación ciudadana: propuestas conceptuales y analíticas para el uso de las TICs. **REDES - Revista Hispana para el análisis de las redes sociales**, Barcelona, v. 11, n. 3, p. 1–26, dez. 2006.

LAVALLE, A. G.; HOUTZAGER, P. P.; CASTELLO, G. Democracia, pluralização da representação e sociedade civil. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 49–103, 2006.

LAVALLE, A. G.; SZWAKO, J. Sociedade civil, Estado e autonomia: argumentos, contra-argumentos e avanços no debate. **Opinião Pública**, Campinas, v. 21, n. 1, p. 157–187, Abr. 2015.

LAVALLE, A. G.; VERA, E. I. A trama da crítica democrática: da participação à representação e à accountability. **Lua Nova**, São Paulo, n. 84, p. 95–139, 2011.

LEMOS, A. O imaginário da cibercultura. **Revista São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 4, out-dez. 1998.

LEMOS, André. Mídia Locativa e Territórios Informacionais. In: SANTAELLA, Lúcia; ARANTES, Priscila (Org.). **Estéticas tecnológicas: Novos modos de sentir**. São Paulo: Educ, 2008. p. 204-226.

LOADER, B. D.; MERCEA, D. Networking Democracy? Social media innovations in participatory politics. **Information, Communication & Society**, Londres, v. 14, n. 6, p. 757–769, 2011.

MACINTOSH, Ann. Characterizing e-participation in policy-making. In: ANNUAL HAWAII INTERNATIONAL CONFERENCE ON SYSTEM SCIENCES, 37, 2004, Honolulu. **Proceedings of the 37th Annual Hawaii International Conference on System Sciences**.

- Honolulu: Ieee, 2004. v. 1, p. 1-10. Disponível em: <<http://ieeexplore.ieee.org/xpl/mostRecentIssue.jsp?punumber=8934>>. Acesso em: 05 dez. 2014.
- MAIRA, G. et al. O ciberativismo na construção da ciberdemocracia: análise do portal wikicidade de Porto Alegre. In: **Anais do 40 Simpósio Argentino de Informática y Derecho**. Córdoba (AR), 2011. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/conteudo/artigo-o-ciberativismo-na-construção-da-ciberdemocracia-análise-do-portal-wikicidade-de-por>>. Acesso: em 18 out. 2014.
- MANIN, B.; PRZEWORSKI, A.; STOKES, S. C. Eleições e representação. **Lua Nova**, São Paulo, n. 67, p. 105–138, 2006.
- MARQUES, F. P. J. A. “Muro baixo, o povo pula”: iniciativas institucionais de participação digital e seus desafios fundamentais. **Opinião Pública**, São Paulo, v. 16, p. 117–142, jun. 2010b.
- MARQUES, F. P. J. A. Democracia on-line e o problema da exclusão digital. **Intexto**, Porto Alegre, v. 1, n. 30, p. 93–113, jul. 2014.
- MARQUES, F. P. J. A. Internet, canais de participação e efeitos políticos: um estudo do Portal da Câmara. **Fronteiras – estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 12, n. 2, p. 82–94, mai./ago. 2010a.
- MARTINS, H. H. T. DE S. Metodologia qualitativa de pesquisa. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 30, n.2, p. 289-300, maio/ago. 2004.
- MILLS, C. W. **A imaginação sociológica**. Rio: Zahar, 1982.
- MILLS, C. W. **Sobre o artesanato intelectual e outros ensaios**. Rio de Janeiro: Zahar, 2009.
- NOVECK, B. S. **Wiki Government**. New York: Brookings Institution Press, 2009. [Edição Kindle]
- ORTON-JOHNSON, K.; PRIOR, N. **Digital Sociology: Critical Perspectives**. London: Palgrave Macmillan, 2013.
- PÁGINA da SMGL. Disponível em: <http://www2.portoalegre.rs.gov.br/smggl/default.php?p_secao=122>. Acesso em: 18 nov. 2015.
- PARRA, H. Controle social e prática hacker: tecnopolítica e ciberpolítica em redes digitais. **Sociedade e Cultura**, Goiânia, v. 15, n. 1, p. 109-120, jan./jun. 2012.
- PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PIMENTA, M.; CANABARRO, D. (orgs.). **Governança digital**. Porto Alegre: UFRGS: CEGOV, 2014.
- PLATAFORMA Portoalegre.cc. 2011. Disponível em: <www.portoalegre.cc>. Acesso em: 18 nov. 2014.
- PRESTAÇÃO de Contas do projeto Portoalegre.cc. Porto Alegre: Sem Editora, 2012. 115 p.
- PUTNAM, R. D. **Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna**. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- RAGIN, C. C.; BECKER, H. S. **What Is a Case?: Exploring the Foundations of Social Inquiry**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992. [Edição Kindle]
- RENNÓ, L.; SOUZA, A. A metamorfose do orçamento participativo: mudança de governo e seus efeitos em Porto Alegre. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 20, n. 14, p. 235-252, fev. 2012.

ROTHBERG, Danilo. Por uma agenda de pesquisa em democracia eletrônica. **Opinião Pública**, Campinas, v. 14, n. 1, p.149-172, jun. 2008.

ROVER, J. A. O governo eletrônico e a inclusão digital: duas faces da mesma moeda chamada democracia. In: ROVER, J. A. (org.). **Inclusão digital e governo eletrônico**. Zaragoza: Pressas Universitarias, 2008.

SÆBØ, Ø.; ROSE, J.; SKIFTENES FLAK, L. The shape of eParticipation: Characterizing an emerging research area. **Government Information Quarterly**, v. 25, n. 3, p. 400–428, jul. 2008.

SAMPAIO, R. C.; ROBALLO, J. H. A internet como incremento da participação offline: uma proposta de classificação para Orçamentos Participativos online. **Cadernos PPG-AU/UFBA**, v. 9, n. Edição especial, p. 125–138, 2010.

SAMPAIO, R.; NICOLÁS, M.; BRAGATTO, R.. Internet e política em análise: levantamento sobre o perfil dos estudos brasileiros apresentados entre 2000 e 2011. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 36., 2012, Águas de Lindóia. **Anais do 36º Encontro Anual da Anpocs**. Águas de Lindóia: Anpocs, 2012. v. 1, p. 1 - 27. Disponível em: <http://portal.anpocs.org/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=8344&Itemid=76>. Acesso em: 10 dez. 2014.

SAMPAIO, Rafael. Do conceito de governo aberto às suas relações com a e-democracia. In: PIMENTA, Marcelo Soares; CANABARRO, Diego Rafael (Org.). **Governança Digital**. Porto Alegre: Ufrgs/cegov, 2014. p. 12-22.

SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: SANTOS, Boaventura de Souza (Org.). **Democratizar a democracia: os caminhos da democracia participativa**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. p. 39-81.

SCHERER-WARREN, Ilse. Desafios para uma sociologia política brasileira: os elos entre movimentos e instituições. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 17, n.38, jan/abr. 2015. p. 44-62.

SILVEIRA, S. A. Convergência digital, diversidade cultural e esfera pública. In: PRETTO, NL., and SILVEIRA, SA. (orgs.). **Além das redes de colaboração: internet, diversidade cultural e tecnologias do poder**. [online]. Salvador: EDUFBA, 2008. pp. 31 - 50. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.

SOBOTKA, E. A. Orçamento participativo: Conciliando direitos sociais de cidadania e legitimidade de governo. **Civitas - Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, v. 4, n. 1, p. 95–110, 2004.

SOUSA, Paulo Victor Barbosa de. Cartografia 2.0: Pensando o Mapeamento Participativo na Internet. **Ciberlegenda**, Niterói, v. 25, n. 2, p.48-59, dez. 2011.

TAPSCOTT, Don; WILLIAMS, Anthony D.. **Wikinomics: How mass collaboration changes everything**. Londres: Portfolio, 2007. 314 p.

TERMOS de Uso da plataforma Portoalegre.cc. 2011. Disponível em: <www.portoalegre.cc>. Acesso em: 18 nov. 2014.

TUTORIAL Causas Portoalegre.cc. Porto Alegre: Sem editora, 2011. 11 p.

VCONGRESSO da Cidade. 2011. Disponível em: <http://lproweb.procempa.com.br/pmpa/prefpoa/smg/usu_doc/convoca_v_congresso_da_cidade.pdf>. Acesso em: 18 nov. 2015.

VAN DIJCK, J. **The Culture of Connectivity**. Oxford: Oxford University Press, 2013. [Edição Kindle]

VERA, E.; LAVALLE, A. Arquitetura da participação e controles democráticos no Brasil e no México. **Novos Estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 92, p. 105–121, Mar. 2012.

VERA, Ernesto Isunza. Interfaces socioestatais, prestação de contas e projetos políticos no contexto da transição política mexicana. In: DAGNINO, Evelina; OLVERA, Alberto J.; PANFICHI, Aldo (Org.). **A disputa pela construção democrática na América Latina**. São Paulo; Campinas: Paz e Terra; Unicamp, 2006. p. 261-308.

WRIGHT, S. Electrifying Democracy? 10 Years of Policy and Practice. **Parliamentary Affairs**, v. 59, n. 2, p. 236–249, abr. 2006.

8. APÊNDICES

8.1. APÊNDICE A

LISTA DE FONTES DOCUMENTAIS COLETADAS E TRATADAS POR MEIO DA ANÁLISE DE CONTEÚDO

Fontes digitais disponibilizadas pelo informante-chave

<i>Nome do documento</i>	<i>Descrição do documento</i>
Wikicidade – das redes para as ruas	Apresentação em formato digital que trata sobre a importância das wikicidades e da experiência da plataforma Portoalegre.cc
Portoalegre.cc – Praças	Documento digital que aborda as causas que tratam de possíveis ações voluntárias a serem realizadas nas praças de Porto Alegre
Prestação de Contas 1 ano Portoalegre.cc	Documento de prestação de contas de um ano do desenvolvimento do projeto. Nele estão sistematizados a concepção, a metodologia, as ações realizadas pela equipe do projeto e números relacionados ao projeto. Referência da fonte: PRESTAÇÃO..., 2012.
Tutorial Causas Portoalegre.cc	Apresentação em formato digital que orienta sobre o que entende-se por causa e como inserir uma causa na plataforma. Referência da fonte: TUTORIAL..., 2011.
Reunião de Voluntários - nov11 Reunião de Voluntários – jan12 Reunião de Voluntários – fev12 Reunião de Voluntários – mar12 Reunião de Voluntários – jun12	Apresentações em formato digital utilizadas nas reuniões de voluntários que foram mobilizadas pela equipe do projeto. Tratam de apresentar a plataforma, bem como apresentar as ações já feitas pelo projeto.

Fontes digitais coletadas na internet e capturadas no NVivo, a partir das referências presentes nas entrevistas realizadas

<i>Nome e descrição do documento</i>	<i>Extraído de</i>
Termos de Uso da plataforma Portoalegre.cc	Texto dos termos de uso extraído diretamente da plataforma www.portoalegre.cc . Referência da fonte: TERMOS..., 2011.
Contrato entre empresa Lung e PMPA	Publicação oficial da PMPA sobre o contrato entre as partes. Referência da fonte: DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE, 2012.
Protocolo de Intenções entre UNISINOS e PMPA e Aditamento do Convênio entre UNISINOS e PMPA	Publicação oficial da PMPA sobre termo de parceria entre as partes. Referência da fonte: DIÁRIO OFICIAL DE PORTO ALEGRE, 2011.
Convocatório do V Congresso da Cidade	Convocatória extraída do site da PMPA que apresenta a concepção e as atividades do Congresso. Referência da fonte: VCONGRESSO..., 2011.
Artigo “É hora de compartilhar. Do código ao propósito”, assinado pela empresa Lung	Artigo em meio digital em que a Lung apresenta a intenção de abrir o código-fonte da plataforma. Referência da fonte: ÉHORA..., 2014.
Artigo “O papel da Portoalegre.cc na discussão do território”, assinado pela empresa Lung	Artigo em meio digital em que a Lung trata sobre a experiência da wikicidade Portoalegre.cc. Extraído de: https://medium.com/@portoalegre.cc/o-papel-do-portoalegre-cc-na-discussao-do-territorio-22d851e8af5d#.9mjl0yi2m
Vídeo “Eu curto, eu cuido”. Depoimento do prefeito José Fortunati	Vídeo em que o prefeito José Fortunati fala sobre a campanha Eu curto, eu cuido, campanha de comunicação da PMPA. Extraído: https://www.youtube.com/watch?v=WUSc0JNbKYk
Vídeo “Portoalegre.cc: a cidade na era digital”, fala durante o evento TEDxLaçador do prefeito José Fortunati	Vídeo em que o prefeito José Fortunati aborda a plataforma Portoalegre.cc como inovação no legado da democracia participativa em Porto Alegre. Extraído:

	http://tedxtalks.ted.com/video/TEDxLaador-Jos-Fortunati-Porto
Documento “Todos pela Governança Solidária Local”, assinado por César Busatto	Documento em formato digital que apresenta a estratégia da Governança Solidária Local. Referência da fonte: BUSATTO, 2005b.
Documento “Governança Solidária Local: desencadeando o processo”, assinado por César Busatto	Documento em formato digital que apresenta a concepção e estratégia da Governança Solidária Local. Referência da fonte: BUSATTO, 2005a.

8.2. APÊNDICE B

Roteiro utilizado para a realização das entrevistas semiestruturadas

O roteiro para entrevistas semiestruturadas foi pensado a partir do problema de pesquisa (participação digital e interfaces socioestatais), definindo-se 5 (cinco) questões gerativas para o diálogo no momento da entrevista, como segue:

1. Papel do entrevistado no projeto da wikicidade Portoalegre.cc.
2. Quais os principais fatos e ações relacionados à criação, lançamento, implantação, desenvolvimento e finalização da plataforma?
3. Qual a concepção e os objetivos da plataforma, em especial sobre o tema da cidadania e da participação cidadã por meio da plataforma.
4. Qual a relação do projeto da plataforma com a gestão pública municipal? O que foi realizado a partir da parceria e como os gestores utilizaram a plataforma?
5. Sobre a repercussão das causas registradas na wikicidade, quais foram as causas mais ativas? De que maneira, a gestão municipal deu atenção a essas causas?

8.3. APÊNDICE C

Conteúdo do pedido de Informação à Prefeitura Municipal de Porto Alegre (PMPA)

Em face do desenvolvimento de uma pesquisa na área da Sociologia sobre tecnologias digitais colaborativas, gostaria de ser informada sobre as seguintes questões:

1. Quais convênios a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, seja diretamente pelos órgãos municipais ou empresas públicas, realizou com instituições, empresas privadas e/organizações da sociedade civil com o objeto de elaboração, implantação ou desenvolvimento de tecnologias digitais que promovam a participação dos cidadãos? Favor especificar dados do convênio, como instituição conveniada, natureza jurídica, como data de vigência (início e fim), descrição do objeto com ações desenvolvidas, justificativa, valor do repasse.
2. Em relação à plataforma Portoalegre.cc, tecnologia desenvolvida pela empresa Lung, quais os dados do convênio e quais os resultados atingidos, a partir do relatório de cumprimento do objeto, parte do processo de prestação de contas do convênio?
3. Em relação ao aplicativo Colab.re, quais os dados do convênio e qual o coordenador da ação junto à Administração Municipal?